

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZ:** =====

===== *Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, pelas catorze horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Protocolo de colaboração com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, para a organização do projecto de dinamização, animação e promoção do Centro Urbano “FAN ZONE – 2010”, que decorreu de 11 de Junho a 17 de Julho de 2010 – Autorização;* =====

===== **Ponto três:** *Protocolo de colaboração com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, para o desenvolvimento de actividades de animação, promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis, para os períodos: desfile de moda Outono/Inverno 2010; desfile de moda Primavera/Verão 2011; feita de stocks 2010 e 2011; iluminação e programa de animação de Natal 2010 – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ul, para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Cesar, para execução de obras de conservação e manutenção do Edifício do Jardim-de-Infância de Vilarinho e do Jardim-de-Infância n.º 2 de Cesar – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara, para execução de obras de alargamento e construção de muro na Rua da Obra Social – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta de adesão do Município à Energia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Processo n.º 86-2010 – Aluguer e manutenção de equipamento multifunções para o Gabinete de Comunicação e Imagem – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Processo n.º 83-2010 – Aquisição de combustíveis – Gasóleo e gasolina para 2011 e 2012 – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Classificação da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã – PPLRA; =*

===== **Ponto onze:** *Reconhecimento do Interesse Público Municipal do projecto de investimento – Parque de Saúde Dulcídio Alegria;* =====

===== **Ponto doze:** *Proposta de alteração do lugar de estacionamento na Freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação final;* =====

===== **Ponto catorze:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação final;* =====

===== **Ponto quinze:** *Empréstimo a curto prazo para o ano económico 2011 – Autorização;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Aprovação do mapa de pessoal para 2011;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2011 – Aprovação; =*

===== **Ponto dezoito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Cultural e Etnográfica de S. Miguel de Azagães – Autorização;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Fundação La-Salette – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte:** *Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo 2009/ 2010 a celebrar com as Associações/ Clubes Desportivos e com o Clube de Ténis de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com as Freguesias do Concelho, para execução de obras – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Revogação de protocolos de delegação de competências celebrados com as Freguesias de Carregosa, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo e Travanca – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Contrato de gestão e ratificação do Acto de Negociação Prévia de 14 de Dezembro de 2010 com a GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Isenção total de taxas, preços e outras receitas municipais à Empresa Municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM” – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Regulamento Municipal de Instrução de Operações Urbanísticas e Actividades Conexas em Formato Digital – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Proposta de ordenação do trânsito na Rua Salvador Machado – Aprovação.* =====

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:*** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Helga Alexandra Freire Correia, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Fernando Manuel Pais Ferreira, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernandes Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Manuel Francisco dos Santos Valente e Helena Maria Dinis dos Santos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária e Helga Alexandra Freire Correia, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Francisco Borges de Almeida Alves, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando:* =====

===== *Boa tarde. Aproveito aqui para justificar a ausência do Vereador Joaquim Jorge por motivos de saúde. O Senhor Vereador transmitiu-me para deixar a todos um abraço de umas boas festas e de um bom ano. Senhores Deputados, como podem observar, esta é uma Assembleia Municipal com vinte e seis pontos e depois há mais um a acrescentar, com vinte e sete pontos, portanto. Agradecia nas intervenções o vosso poder de síntese para que não se torne uma sessão muito fastidiosa e muito cansativa. Posto isto, justificar que a Deputada do PSD Dra. Ana Luísa Mendonça me telefonou há bocadinho a dizer que por motivos de saúde do filho vai chegar um bocadinho atrasada.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra a Senhora Ana Raquel Teixeira, do PS. =====

===== Muito boa tarde. Antes de mais gostaria de agradecer pessoalmente os votos de boas festas enviados pelo Senhor Presidente, Dr. Ricardo Tavares e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na passada Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2010, o Senhor Presidente assumiu nesta Assembleia o incumprimento legal relativo à Comissão Municipal da Juventude e afirmou que iria colocar imediatamente em funções esse Conselho e que não havia nenhuma razão especial para ele não estar a funcionar. Pois bem, decorridos nove meses, os jovens Oliveirenses continuam sem voz no nosso Município. Deixo assim novamente a questão: se a Câmara pode garantir quando é que os jovens vão reunir, quando é que este Conselho Municipal começa de facto a funcionar e quando é que os jovens Oliveirenses vão ter palavra no nosso Município. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel José Soares, do PS. =====

===== Estes dias finais de 2010 prestam-se a balanço e decorrido um ano de mandato do actual Executivo, importa reter o diagnóstico que fazemos da sua actuação. Uma actuação que se tem pautado pelas críticas ao Partido Socialista, acusando-o de irresponsabilidade por apresentar propostas que agravam a despesa, embora o PSD as vote favoravelmente em muitos casos. No entanto, a este propósito e suprema ironia esta reside no facto de ser o mesmo PSD o responsável de uma dívida que superou os cinquenta milhões de euros, um passivo que consome em média por ano cerca de dois milhões de euros só em juros, uma situação que obrigou a um Plano de Saneamento Financeiro, que não deve ser elogiado em caso algum como estratégico, como boa gestão, mas evitado muito simplesmente. Segunda marca de actuação deste Executivo, ela prende-se com a imagem, que para muitos é o elemento primordial da actividade política, devendo ser privilegiada a todo o custo, em detrimento da substância dos conteúdos que derivam das escolhas políticas, qual manto diáfano da fantasia, caracterizado pela sua efemeridade não justifica a adjudicação de serviços externos de marketing e comunicação, como já referimos e os problemas do concelho mantêm-se apesar de tudo. Elencando apenas algumas promessas: é urgente o edifício sede dos Paços do Concelho, acabar com as rendas avultadas pagas anualmente pelo município, aos munícipes, a não ser que haja excepções, não interessa manter a actual situação; é urgente o Centro Coordenador de Transportes; é urgente a conclusão das Vias Estruturantes e da Via do Nordeste; é urgente a construção dos estaleiros municipais, acabando com os encargos de mais de cem mil euros anuais com o arrendamento dos actuais, aos munícipes não interessa manter a situação a não ser que haja excepções; é

urgente a remodelação do Cine-Teatro Caracas; é urgente a requalificação ambiental e também a classificação e protecção do património histórico e arquitectónico; é urgente, dentro de outras medidas, a construção da pista de atletismo e também a piscina de Cucujães. A comunicação e marketing são incapazes de esconder dois factos: diminuição de despesa à custa de uma forte diminuição do investimento e o corte das transferências para as Juntas de Freguesia. Deve também o pudor político impedir que o Executivo Municipal aproveite os ventos de navegação das obras do Poder Central, nomeadamente o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, a requalificação do Parques Escolar, o Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, a A32 e as várias obras sociais promovidas pelo Governo. Criticar o seu adversário política e apelidá-lo de pessimista e negativista não é a melhor estratégia do Executivo Municipal Social Democrata. Esse truque já não tem segredos no contexto da maturidade democrática cada vez mais evidentes nos municípios, Oliveirenses, a aposta da imagem quando pende para a manipulação e demagogia também já não colhe quando ultrapassa a divulgação e a informação objectiva, aliás legítimas da actividade do Executivo Municipal. Nesta encruzilhada só há um caminho a percorrer, não o caminho fácil da imagem, mas o caminho mais estreito de conteúdo, mais sólido no entanto e mais consolidado, reflectindo sobre as prioridades a perseguir e os objectivos a obter. Para este caminho o Partido Socialista contribuirá sistematicamente com propostas no sentido do progresso e do desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Venho aqui falar sobre dois pontos, um deles é uma repetição de uma intervenção que eu fiz em Abril e como está por concretizar eu gostaria de saber porquê. Nessa Assembleia coloquei a situação da falta de existência de dois sinais de trânsito que eu achava que seriam simples de colocar e simples de resolver duas situações que para mim podem colocar em perigo alguns condutores. Na altura o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador estavam de acordo que seria uma solução fácil de resolver, o que é certo é que passaram oito meses, estamos em Dezembro e isto foi em Abril e continua tudo igual, os sinais não estão colocados e o perigo continua. Eu falo concretamente, para que se possa saber que sinais são esses, pelo menos lembrar, é o sinal aqui atrás da Biblioteca de proibição de virar à direita, é uma coisa que acho que é simples e o outro sinal seria no separador da Avenida Eng.º Arantes de Oliveira, ali em frente ao antigo Centro de Saúde, de proibição de inversão de marcha de quem vem de norte/sul, visto que existe um sul/norte, acho que ali deve haver conformidade até em termos de trânsito. Acho que é de elementar colocação, quer dizer uns não podem virar para cima e os outros podem virar para baixo, sinceramente não consigo perceber. Estes eram os dois sinais e um dos pontos. O outro ponto, é uma situação para a qual eu quero chamar a atenção, porque é uma situação que eu considero de perigo, a derrocada de um muro

nessa mesma rua que eu falei há pouco, onde termina a Rua Eng.º Arantes Oliveira e começa a Rua Manuel Brandão, nesse redondo esse muro tem uma fissura quase de alto a baixo, está seguro, nem sei como, por qualquer coisa, há lá dois grandes redondos com pedras à mostra. Os transeuntes que passam ali correm sempre o perigo de qualquer dia aquilo cair por cima de alguém. Acho que é uma situação perigosa e que não é difícil de resolver, penso eu que possivelmente terão que ser os proprietários das casas a ter de reparar o muro, mas se eles não o fizerem, na minha opinião, cabe à Câmara fazer e apresentar a conta. Penso que isso é possível, quando as pessoas são alertadas e não o fazem. Não sei se já alguém porventura chegou a ver essa situação, eu como passo lá todos os dias vejo. É verdade que houve lá uma protecção de tubo junto à estrada, eu normalmente quando lá passo faço-o sempre o mais encostado possível, porque se houver lá um acidente, nem sequer as pessoas podem fugir para a estrada, porque encontram lá os tubos e só se passarem por cima. Eram só estes dois pontos. =

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Começo por desejar que todos tenham tido um óptimo Natal e que entrem no novo ano com o pé direito. Mais uma vez achei que tínhamos a cidade mais bonita de toda a região ao nível das iluminações, pena é a malvadez de alguns que insistem em danificar tudo o que se faz para tentar embelezar a nossa cidade, refiro-me mais uma vez ao presépio instalado no jardim público. Dirijo-me ao elenco camarário findo que está um ano de mandato e com esta intervenção pretendo lembrar as dívidas que este elenco tem para com o CDS-PP de Oliveira de Azeméis. Já no mandato anterior lhe foi solicitado e neste foi veemente reforçado a resolução de duas questões na sede de concelho de Oliveira de Azeméis. 1. Água e saneamento na Rua Marechal Carmona vulgar chamada Moinho-do-Meio. Resolução prometida pelo antigo Presidente da Câmara Senhor Ápio Assunção e reiterada por este elenco. 2. A Rua Bento Landureza falada há mais de 2 anos ainda está por finalizar. Está melhor é verdade, muito melhor, mas não está acabada. Neste momento temos tampas demasiado altas que obrigam os condutores a autênticas gincanas no seu inteiro percurso nesta rua. Já no decurso do meu actual mandato existiram variadas questões que me vejo forçado a vir novamente solicitá-las. 1. Como está a situação do hipotético Centro Comercial? Serão cumpridos os prazos estipulados em contrato de aquisição dos terrenos? A entidade que se propôs construir o centro comercial tem-se pronunciado sobre este assunto? 2. Em relação à sinalética de trânsito de Oliveira de Azeméis, foi prometido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que esta seria distribuída aos líderes das bancadas desta Assembleia Municipal, continuamos à espera deste documento. 3. Colocações de passadeiras onde as estradas se cruzam com a rua pedonal. Muitos veículos atravessam estas zonas da rua pedonal a velocidades demasiado imprudentes. Gostaríamos de saber se esta pretensão é exequível. 4. Aumento do policiamento destas artérias especialmente no período nocturno para reduzir os actos de vandalismo nestas artérias. Existiram negociações

com as forças da ordem? Qual a abertura destas para colaborar nesta situação? 5. Contratação da empresa F5C, realmente fiquei de passado um ano avaliar o seu desempenho. Pergunto qual desempenho? Na área de comunicação e imagem tudo me pareceu semelhante a anos anteriores na nossa autarquia, com excepção da Volta a Portugal em Bicicleta. Mais, em Boletim Municipal de 08.03.2010 surge outro ajuste directo com outra empresa de comunicação e imagem, este no valor de € 38.880,00 - Ingrey Studios. Contínuo a questionar tanto investimento nesta área da autarquia estando nós numa fase de aperto financeiro. 5. Levantamento e catalogação de todas as espécies florestais protegidas no nosso concelho. É falado vulgarmente o corte indiscriminado de espécies protegidas no nosso concelho, pelo que gostaríamos de saber em que ponto se encontra este processo de catalogação destas espécies? 6. Reconhecimento jurídico da fundação La-salette. Pelos vistos continuam as transferências entre a autarquia e a fundação La-salette, até quando se irá manter esta situação ilegal? 7. No âmbito da Comissão de Saúde à qual eu pertenço ficou decidido na primeira reunião a cedência de toda a documentação desta área aos elementos da comissão, o que ainda não foi concretizado. Quais os motivos de não ter sido cedida esta documentação e para quando a concretização desta pretensão? Outros assuntos agora mais actuais: - O CDS-PP detectou um caso em que um cidadão paga taxas de águas residuais e saneamento sendo que o local onde se encontra a sua habitação não está ligado a qualquer colector de saneamento. Mais, este prédio foi multado numa verba elevada por denúncia anónima da fossa estar a derramar para a via pública. Pela incapacidade das cisternas responderem a estes pedidos atempadamente estas situações acontecem repetidamente e se as denúncias se começam a multiplicar o que será dos populares. O saneamento prometido tarda e sinceramente não vejo no horizonte resolução atempadamente. - Na edição do Jornal "Correio de Azeméis" do dia 7 de Dezembro de 2010, vem a notícia da cedência de viaturas aos Bombeiros do Concelho. Olhando para a notícia, verifica-se que o executivo da Câmara Municipal, pretende ceder a título gratuito, quatro viaturas pesadas, antigas viaturas de recolha de lixos, da Câmara Municipal. Constata-se ainda, que pretende o executivo, ceder a título gratuito, três dessas viaturas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e uma viatura à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões. Ora posto isto, o CDS-PP de Oliveira de Azeméis, entende que uma vez mais a Câmara Municipal não gere, em nosso entender os bens que tem ao dispor dos seus cidadãos da melhor maneira. Porquê? Lembro a minha intervenção sobre protecção civil e até a Autoridade Nacional de Protecção Civil tem critérios muito mais sustentáveis e coerentes na atribuição destes meios aos agentes de Protecção Civil, nomeadamente os Bombeiros. No nosso entender, deve a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, através do seu Serviço Municipal de Protecção Civil (serviço este que já entendemos que não existe neste Município) ceder as viaturas gratuitamente, já devidamente equipadas para os serviços que no entender do Serviço Municipal de Protecção Civil o justifique, de acordo com as necessidades coerentes com as cartas de risco do Município, e, sublinho, sem nunca perder o direito de propriedade das mesmas. Aliás esta é uma das competências do Comandante Operacional Municipal, lembro

cargo a nomear no nosso concelho. Quanto ao argumento trazido a público, em entregar três viaturas a uma Associação e apenas uma viatura à outra, alegando que o critério se resume a área geográfica de cada uma delas, cabe-nos apenas dizer que o concelho de Arouca é maior que o de Oliveira de Azeméis e isso não é sinónimo de Arouca ter maior risco que Oliveira de Azeméis. Este critério pode ser tido em conta, mas nunca como único e exclusivo critério. Como tal, o que propomos enquanto não existe um Serviço Municipal de Protecção Civil, devidamente estruturado e organizado, ceder em igual número as viaturas aos agentes de Protecção Civil Municipal, de acordo com os critérios já enunciados. - Para culminar queria solicitar a colocação de um ecoponto na rua do Monte em S. Tiago de Riba-Ul, visto não existir nenhum ecoponto com proximidade aceitável a estas residências. Queria também transmitir que em alguns locais a regularidade com que os ecopontos são despejados deveria ser aumentada pois começam a aparecer muitos sacos ao lado por estes já se encontrarem cheios. Também neste ponto nos parece positivo o lançamento de uma campanha direccionada à população, baseada até no sucesso que as campanhas a nível escolar tiveram. Isto pois só temos um planeta. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Vou procurar corresponder ao seu pedido de contenção tendo em conta a extensão da Ordem de Trabalhos, mas não queria deixar de começar por esperar que todos tenham passado um bom Natal e desejar também as melhores e recuperação rápida quer ao Eng.º Joaquim Jorge, quer à Prof. Isabel Vilhena. Quanto à questão colocada pela Senhora Deputada Ana Raquel Teixeira, há uma grande diferença entre ter Conselho Municipal de Juventude ou não ter, ou os jovens terem ou não terem voz activa no Município de Oliveira de Azeméis. Nós temos felizmente um tecido associativo jovem bastante forte e todos eles têm a oportunidade de expressar as suas ideias, as suas propostas junto da Câmara Municipal, em diversos fóruns, junto do Senhor Vereador, junto também inclusive da Presidência da Câmara Municipal. A Senhora Deputada, é verdade que falou nisso, é verdade que eu até na altura respondi que estávamos à espera que nos fosse entregue a chave do Centro de Saúde para iniciarmos a implementação do Fórum Municipal da Juventude, até ao momento ainda não nos entregaram a chave, porque tem lá algum material para transferir para as actuais instalações do Centro de Saúde. Mas isso não tem a ver uma coisa com a outra, tem a ver com indicações que nos chegam via Associação Nacional de Municípios, quer através dos diversos Grupos Parlamentares, incluindo o do Partido Socialista, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que há uma certa confusão naquela que é vontade, que é política também da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e de muitas outras Câmaras, na implementação do Conselho Municipal de Juventude. Aliás, os diversos Grupos Parlamentares estão em conversações em sede da Assembleia da República, no sentido de resolverem aquelas questões que estão pendentes e que precisam rapidamente de serem resolvidas. E, portanto, nós, é verdade tem esse compromisso e

eu espero que logo que ultrapassadas estas questões, se elas não forem ultrapassadas teremos que avançar pelos nossos próprios meios e depois fazer as alterações que vierem a ser definidas por Lei, mas a vontade política existe e o compromisso político existe e, portanto, a implementação do Conselho Municipal de Juventude vai ser feita. Não somos como outros Presidentes de Câmara, nem como outras Câmaras Municipais que dizem liminarmente que não fazem, algumas Câmaras Municipais, aliás uma até muito utilizada em reuniões de Câmara como exemplo de um sucesso, até no nosso distrito, e o Senhor Presidente da Câmara diz publicamente que não faz Conselho Municipal de Juventude. Nós não dizemos isso, nós fazemos, mas também gostamos de cumprir com aquelas que são as indicações que recebemos, quer da Associação Nacional de Municípios e nomeadamente algumas recomendações que nos têm chegado de diversos Grupos Parlamentares. Quanto ao balanço do Senhor Deputado Manuel José, obviamente que eu não vou aqui fazer comentários, já estava a discutir o PPI, já estava a falar de obras para o futuro e temos um ponto certo para discutir, quando discutirmos o plano e o orçamento. Há uma questão que entretanto foi dita, duas vezes julgo eu pelo que eu consegui retirar da sua intervenção, eu gostava que o Senhor me esclarecesse se soubesse, porque isso de levantar a poeira para o ar comigo não funciona Senhor Deputado, o Senhor já teve outras funções, outras coisas, mas agora é aqui Deputado, é aqui nós nos entendemos e é aqui que nós falamos, porque o Senhor foi dizendo que se passa umas rendas a não ser que haja excepções e que não se paga isto a não ser, mas o que é isso de não ser a que haja excepções, explique-me lá. O Senhor manda para o ar “ a não ser que haja excepções”, aqui não há excepções nenhuma. O Senhor anda completamente distraído sobre aquilo que se passa no nosso Município e o Senhor diz “a não ser que haja excepções”, então se o Senhor sabe que há excepções diga-as, denuncia-as nos locais próprios, agora atirar areia para o ar, isso é uma tática já muito antiga e eu percebo o Senhor ainda um bocado impregnado por aquilo que foi o seu passado do ponto de vista jornalístico. Mas agora já não é jornalista, agora aqui é Deputado e estamos aqui os dois ao mesmo nível. O Senhor depois já não tem microfone para fazer outras coisas, nós aqui estamos ao mesmo nível e, portanto, agradecia-lhe que essas insinuações não fossem aqui feitas. Se tem alguma coisa a denunciar denuncie, aqui ou aonde quiser, também podem encaminhar para a Polícia Judiciária, para aqueles coisas todas que os senhores sabem e conhecem, portanto esteja completamente à vontade nessa matéria, mas não venha para cá levantar pó, porque isso não é uma boa maneira de fazer política. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado José Ramos, aquelas que dizem respeito à sinalética, é verdade que já é a segunda vez que fala nelas, mas nós temos em discussão pública neste momento toda a reestruturação do trânsito e da postura de trânsito. Há aqui algumas questões que se calhar não se justificam que se espere por isso. Queria-lhe só dar este enquadramento, para que não subsistam dúvidas, aquilo que está em cima da mesa hoje é uma proposta relativamente ao trânsito, porque eu já vejo muita gente a falar como coisas fechadas, não são fechadas senão não se abria a discussão pública. Já vejo muita gente a fazer comentários só pela proposta, é uma proposta e depois há-de chegar uma altura de decidirmos.

Somos nós aqui na Assembleia Municipal que vamos decidir depois de uma profundíssima discussão. Quanto à questão do muro, eu também lá passo todos os dias, é verdade, e como sabe está prevista para ali uma intervenção e nós estávamos a tentar ver se o muro ainda aguenta, ou seja, se o muro aguenta quando fizermos a intervenção, porque até agora andaram-se a fazer ali umas obras porque houve ali uma ruptura de água. Como sabe nós queremos alargar aquela rotunda, pelo menos mais um metro e meio e ela já está prevista, já está a fazer-se nas obras por administração directa e, portanto, logo que se faça essa intervenção garanto-lhe que essa questão do muro fica resolvida. O problema é se o muro não aguenta, mas isso aí vamos rezar aos santinhos para que o muro aguarde para aí fazermos uma intervenção completa. Quantos às questões colocadas pelo Senhor Dr. Miguel Portela, elas foram muitas e várias, diversificadas, umas só para deixar o recado, outras mais concretas e objectivas, mas deixe-me dizer-lhe Senhor Deputado Miguel Portela que vou fazer-lhe chegar um parecer jurídico para que o Senhor não tenha nenhuma dúvida na sua cabeça, porque já é a segunda vez que fala nisso, de que não há qualquer ilegalidade nas transferências que são feitas da Câmara Municipal para a Fundação La-Salette. Não há qualquer ilegalidade, aliás as transferências que são feitas são elas sim justificadas por pareceres jurídicos e por informações que foram recolhidas junto de outros serviços. As nossas contas ao longo dos últimos anos têm sido fiscalizadas, têm sido auditadas e, portanto, não há qualquer ilegalidade. Portanto, queria que ficasse tranquilo relativamente a essa matéria. Outra coisa é o reconhecimento da Fundação La-Salette enquanto Fundação e esse reconhecimento ainda, segundo as informações que eu recolhi, na semana passada foi feito um contacto com a Presidência do Conselho de Ministros no sentido de ultrapassar e limar uma série de pormenores e de arestas que ainda existem, com outros casos análogos por este País fora e, portanto, para não haver dois pesos e duas medidas, a argumentação está a ser feita e os contactos estão a ser estabelecidos, quer pela Fundação La-Salette, quer pelos serviços da Câmara Municipal e também com a Presidência do Conselho de Ministros que é quem tutela a área das Fundações. Relativamente à obra da Rua Bento Landureza, é verdade, não está terminada e não está terminada porque foi lançado um concurso, foi feita uma adjudicação, há-de reparar que desde a semana passada a iluminação presente nessa rua é completamente diferente daquela que está nas ruas de Oliveira de Azeméis, com uma tecnologia nova, que gostaríamos de poder implementar em todas as ruas, mas ela ainda é muito cara, apesar do ponto de vista da eficiência energética ser melhor para o ambiente e também ter outras questões bastantes positivas mas ainda não é possível. O que falta à Rua Bento Landureza neste momento é a última camada de tapete e a pintura. Como sabe este tipo de obras e aquela obra foi com uma intervenção bastante delicada, porque parte da obra foi feita por empreitada e a outra parte pela Divisão de Administração Directa e houve que dar também algum tempo à própria obra para que ela possa ser concluída com perfeição, como nós queremos e como as pessoas que ali passam, os milhares de pessoas que ali passam já sentem que está melhor, é verdade, mas ela ainda não está completa, é preciso percebermos que ainda falta esta colocação de tapete. Quanto à questão dos ecopontos, como sabe a responsabilidade

não é nossa. Nós solicitamos à ERSUC que cumpra e que coloque dentro do contrato que existe conosco, portanto daremos boa nota dessa matéria. Depois há uma outra coisa que eu queria Senhor Deputado Dr. Miguel Portela também aproveitar para esclarecer, porque muitas vezes até no período destinado ao público, umas vezes com uma opinião, outras vezes com outra e já aqui por diversas vezes falada na Assembleia Municipal, dizer-lhe o seguinte: a responsabilidade de fiscalizar o trânsito na rua pedonal não é da Câmara Municipal, que fique isto claro de uma vez por todas. Nós já falamos milhentas vezes à GNR, falamos milhentas vezes e, portanto, dizer-lhe que esse é um problema que não é da nossa responsabilidade. Agora, a zona pedonal nesta fase do Natal foi aberta para a passagem do Comboio de Natal e tinha também a ver com a animação de Natal, mas essa questão não é uma questão que seja da nossa responsabilidade, nós estamos cansados de alertar as autoridades para intervirem de outras forma, porque alertar as pessoas não vale a pena, se quiserem que nós façamos um levantamento dos carros que ali estacionam, que ali passam diariamente eu até da minha janela posso dar à polícia se eles me pedirem como é evidente, mas essa é uma matéria que não é da nossa responsabilidade. Quanto à questão que colocou do centro comercial, dizer-lhe que ainda durante o mês de Novembro e início de Dezembro nós tivemos reuniões de trabalho com o Grupo Martifer. É evidente que estamos todos a viver um período de crise económico-financeira mas foi-nos garantido uma vez mais pela empresa, pelo Presidente da empresa, que este projecto era um projecto para ficar, um projecto para avançar e, portanto, vamos voltar agora a reunir-nos em Janeiro porque uma parte do projecto era até para se ter iniciado em Dezembro, houve até pedidos na Câmara nesse sentido, só que a Câmara Municipal quis aqui acautelar que tudo fosse feito e não fazer por fases, fazer uma fase e depois a segunda fase esquecermos um bocado e terceira então é que nós esquecemos, portanto nós temos que ter garantias para que haja o cabal cumprimento daquilo que está contratualizado e isso foi-nos dado pela empresa em diversas reuniões e mesmo pelo responsável máximo desse grupo empresarial. Quanto à questão da Protecção Civil e dos Bombeiros, o Senhor Deputado sabe tão bem como eu que a própria Associação Nacional de Municípios recomenda aos Municípios que não nomeiem os Comandantes Operacionais Municipais, isto talvez devido à pessoa que tem responsabilidades na Associação Nacional de Municípios ser Bombeiro, que é o Presidente da Câmara de Poiares Jaime Soares, mas não tem a ver com isso. Nós temos a protecção civil na Câmara Municipal pronta a actuar, colabora evidentemente de maior proximidade com os Bombeiros de Oliveira de Azeméis, com os Bombeiros de Fajões, com o Núcleo da Cruz Vermelha de Cucujães e com um conjunto de outras entidades. Ainda com estas chuvas e com este temporal foi preciso dar uma resposta rápida em Pindelo, na freguesia de Pindelo, e a Protecção Civil ali esteve, não foram chamados os Bombeiros, e respondeu rapidamente e resolveu um problema que tinha a ver com a queda de uns beirais para a via pública, onde passavam carros e pessoas e, portanto, essa resposta foi dada logo que tomamos contacto, depois feito o contacto com a Junta de Freguesia e a resposta foi imediata. Quanto à questão da cedência das viaturas, nós estamos a falar de viaturas, eu acho que não cometo nenhum erro se

disser que elas têm milhares de quilómetros, eram as viaturas que faziam a recolha do lixo, viaturas municipais. A partir do momento que nós concessionamos esse serviço essas viaturas deixaram de fazer sentido e aliás já estavam também bastante desgastadas e era recorrente a Câmara Municipal na altura alugar viaturas para fazer esse trabalho, porque aquelas avariavam muitas vezes. O que acontece é que isto foi feito em conversação com os Bombeiros, os tanques de grande dimensão são viaturas que fazem pequenas deslocações e que não são viaturas para andarem na frente dos incêndios, portanto, não são viaturas para subir os matos, para subir os montes, são viaturas para estarem em locais estratégicos, para que as pequenas viaturas de intervenção rápida, nomeadamente as viaturas todo-o-terreno, jeeps e outros possam depois fazer a frente de combate do incêndio. Portanto, são viaturas, aliás quer uma quer outra corporação tem viaturas destas que foram já também gentilmente oferecidas por empresas, são viaturas para fazer ao serviço dos bombeiros poucos quilómetros. E por isso nós não estamos obviamente aqui a oferecer viaturas que estejam em péssimo estado que depois os bombeiros fiquem com elas no meio das florestas e depois elas possam ter outros problemas e acidentes, quer materiais, quer pessoais, não é isso. Dizer-lhe que isto foi uma conversação que foi feita com as corporações, que acharam interessante e é um pouco para elas estarem mais bem equipadas nesta área onde normalmente estas viaturas já com uma utilização longa podem ter utilidade. A última questão que colocou prende-se com a questão do saneamento e a questão da água e relativamente a essa matéria, deixe-me dizer-lhe que na última reunião de Câmara foi aprovado o programa de concurso e o caderno de encargos da concessão e exploração da gestão dos serviços públicos de distribuição de água, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais. Foi aberto o procedimento em sede de Câmara Municipal, vamos ter que agora solicitar parecer ao ERSAR, à Entidade Reguladora do Sistema de Águas Residuais, parecer esse que é obrigatório, mas não é vinculativo. E dar-lhe nota que o programa que foi lançado tem a ver com a gestão da rede em baixa, tem a ver com um investimento que está estimado entre trinta e cinco a quarenta milhões de euros, todo o sistema em baixa do Município de Oliveira de Azeméis e estamos já a trabalhar também naquilo a que diz respeito o sistema em alta. O sistema em alta basicamente, de grosso modo, estamos a falar da construção de uma ETAR, estamos a falar da construção de uma ETAR e das adutoras para essa ETAR e estamos a falar do valor a rondar os trinta milhões de euros, dessa parte do sistema em alta. Atendendo às contingências económicas e à necessidade que os próprios operadores também vão sentir no mercado, como sabe todas estas concessões ou estas parcerias são alicerçadas em project finances e a banca neste momento nem àqueles que têm muito dinheiro empresta dinheiro e, portanto, também aqui houve necessidade de abrir a concessão para a gestão em baixa, ou seja, neste primeiro valor que lhe falei entre trinta e cinco a quarenta milhões de euros valor máximo, a gestão da rede em alta é feita de outra forma e, portanto, estamos também a trabalhar já com o Ministério do Ambiente e mesmo directamente com Bruxelas no sentido de poder financiar ou não, de haver financiamento ou não. Como sabe o POVT – Programa Operacional de Valorização do Território em 2010 não abriu no seu eixo, relativamente à questão da água e

saneamento, candidaturas. Há dinheiro, muito dinheiro, tendo em conta o cumprimento do objectivo delineado pelo PEASAR, que temos até 2013 que cumprir metas, há compromissos assumidos com Bruxelas, mas fruto da crise e fruto também da própria estratégia das águas de Portugal, o ano 2010 foi um ano de espera, mesmo os Municípios que aderiram às Águas de Portugal a única repercussão que tiveram nos últimos meses foi o aumento da tarifa para Janeiro de 2011. E, portanto, como lhe estou a explicar o procedimento como vamos fazer e dizer que vamos agora enviar para o ERSAR, vamos esperar por esse parecer, o parecer é muito rápido, aliás tem uma data limite, tem trinta dias para ser feito e, portanto, o processo já está em andamento e nós esperamos que o nosso objectivo estratégico de até ao final de 2013 podermos cobrir definitivamente o nosso Município naquilo que diz respeito à rede de saneamento, à distribuição de água e à rede de saneamento básico. Portanto, há aqui alguns investimentos e vamos também ter a oportunidade de ver isso mais à frente, há aqui pequenos investimentos que vão ser feitos, muito poucos, naquilo que diz respeito ao nosso Orçamento e ao nosso Plano, porque se a aposta é pela via da concessão não se justifica que tenhamos a comprometer recursos financeiros no Orçamento para 2011 e também no Plano Plurianual de Investimentos. Eu julgo, Senhor Presidente, peço desculpa se me alonguei, mas também foram muitas as perguntas que me foram feitas e penso de alguma forma ter esclarecido os Senhores Deputados. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== A primeira questão, entretanto já tive uma conversa com o Senhor Presidente, é sobre a Rua da Lomba, que liga o lugar do Outeiro – Santiago de Riba-Ul a Bustelo – S. Roque. A Rua está miserável, estes dias apareceu-me lá um abaixo-assinado com dezenas de assinaturas, que eu encaminhei para o Senhor Presidente da Câmara. Aquilo está mesmo horrível, acho que é uma rua que precisa e carece mesmo de manutenção e conservação. Sei as diligências que têm sido feitas nesse sentido, mas ainda não foi possível. Outra questão que eu queria colocar, esta dói-me, há dias uma brigada da GNR andou por S. Roque a averiguar lá um colector que drenava para o rio. Não procurou o Presidente da Junta, andou por lá a averiguar e entretanto alegaram que se o colector drenava para o rio é negligência do Presidente da Junta e cumplicidade com o Presidente da Câmara. Senhor Presidente, eu não queria passar por estas vergonhas, acho que eles também não foram muito correctos. Essa brigada não foi muito correcta porque eu entretanto apareci, quis falar e eles disseram que já estavam esclarecidos e que não queriam nada comigo. Acho que foram muito injustos, porque toda a gente é testemunha do quanto eu tenho lutado pelo saneamento, porque esta é a prioridade das prioridades que nós temos. Aproveitava o momento para felicitar todos os colegas, todos os Presidentes de Junta pelo sucesso e pelos êxitos que têm tido na dinamização das suas freguesias. Eu este ano não tive tanta sorte, mas penso que um dia também chegará a

minha vez. Felicidades para todos, porque acho que todos precisamos de muita sorte, porque isto não está muito fácil. Obrigado Senhor Presidente e obrigado a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Boa tarde. Eu antes de mais quero-lhe dizer, Senhor Presidente, que nós do Partido Socialista não ficamos muito agradados com a forma como o Senhor se dirigiu à intervenção do meu colega Manuel José. Eu de facto não vi qualquer tipo de insinuação, não reparei que houvesse algum escrito entre linhas que justificasse uma intervenção da forma como o Senhor o fez. Estou-lhe a criticar quer a forma, quer o conteúdo. Penso que de alguma forma suscitou um tom algo intimidatório que fica mal, fica mal, e de facto todos nós, estou aqui penso que a traduzir a voz de todos os meus colegas, de alguma forma ficamos um bocado desagradados com a sua posição. De qualquer maneira, ainda ficamos mais desagradados, se isso não fosse o suficiente, ter retirado da intervenção do Deputado Manuel José apenas algum tom insinuatório e não se pronunciado sobre as questões que o mesmo levantou. De qualquer maneira, eu em complemento com a intervenção que o meu próprio colega fez, a qual eu subscrevo e elogio desde já, porque bem-feita, coerente, objectiva e sem qualquer intuito persecutório, sequer sancionatório e má de alguma análise que não a que reflectia da sua própria intervenção, eu gostaria então de fazer alguma avaliação, para além daquilo que o meu colega Manuel José fez. E de facto há aqui uma situação que me permite trazê-la aqui à Assembleia, porque acho-a de toda a pertinência. Há pouco tempo, aqui num fórum, numa comunicação aqui da imprensa regional, na convenção autárquica, o PSD concentrou as suas críticas, aliás como já vem sendo hábito, nas propostas que os Vereadores do Partido Socialista têm feito relativamente àquilo que eles entendem ser uma gestão equilibrada, coerente e mais de acordo com a nossa realidade. Classificou muitas das propostas que os Vereadores do Partido Socialista têm feito como irresponsáveis, irresponsáveis do ponto de vista político, por apresentarem propostas que agravam a despesa. E diz que de facto classificou os Vereadores do Partido Socialista de alguma demagogia no sentido de não adequar as propostas àquilo que é a realidade Oliveirense. Nós, obviamente, temos desde logo uma resposta que é a situação actual do Município. Evidentemente que o Partido Social Democrata está neste Executivo Camarário desde que nós temos uma democracia implantada no País e desde lá para cá acumula-se uma dívida de cinquenta milhões de euros, embora haja algum esforço para descer. O que é facto é que ela continua mais ou menos igual, a situação continua mais ou menos igual, existe um aglomerar de dívida que seguramente vai aumentar, além dos já propalados dois milhões de euros de pagamento de juros por ano, o que é facto é que esta situação tender-se-á a agravar até pelo cumprimento do Plano do Saneamento Financeiro que começará no próximo ano. Outra situação que nós queremos aqui alertar, Senhor Presidente, é o facto de V. Exa. se ter regozijado que 20% do Orçamento da Autarquia é feito em despesas de educação e de alguma

forma incutir algum carácter social e algum carácter de preocupação da autarquia. Toda esta situação, do ponto de vista do Partido Socialista, reveste-se de alguma demagogia, porque a maior parte destas despesas são referentes aos transportes escolares, refeições e AEC's, o que resume-se em muito o papel do Município àquela solução reestrutural que é a reformulação do Parque Escolar. Situação essa que na realidade tem sido feita através de muitas das vezes de activas associações de pais que vão compensando alguma incapacidade da Câmara Municipal em prover isso. Há outro ponto que eu queria analisar, de facto o que nós temos visto mais neste Executivo e neste último ano, é uma preocupação pela imagem, ou seja, a promoção de marketing da própria imagem é de facto uma situação que nós não deixamos de vincar e de considerar neste último ano. Este diagnóstico começou cedo com a adjudicação de cerca de cem mil euros de serviços externos a uma empresa de Marketing e Comunicação, através até de um ajuste directo, o que nós entenderíamos que era uma situação perfeitamente dispensável. Não podemos deixar também de referir aqui a situação da água e do saneamento. Há um ano que o Senhor Presidente da Câmara prometeu a construção integral das redes de distribuição de água e de saneamento básico neste mandato. É óbvio que nós temos a consciência de que apenas um quarto foi cumprido, só que lembramos e não podemos deixar de esquecer que existe um estudo aprovado desde 2008 para a concessão de exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e drenagem de águas residuais de Oliveira de Azeméis, que custou oitenta e quatro mil euros aos cofres da autarquia e não se compreende que se tenha passado um ano e que essa promessa não se encontre concretizada. Relativamente então às propostas do Partido Socialista, nós Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista vimos aqui lançar algumas situações que nós independentemente da demagogia que nos possam atacar e dizer que nós temos propostas megalómanas, que não estão de acordo com a realidade económico-financeira da Câmara, nós vamos aqui apresentar algumas situações que pretenderíamos que essa situação fosse perfeitamente clara e elucidada. Em primeiro lugar, nós achamos muito importante a construção de um edifício sede dos Paços do Concelho, acabando inclusivamente com as enormes rendas a que o Manuel José se referia; o Centro Coordenador de Transportes; a conclusão das Vias Estruturantes e da Via do Nordeste; plano de intervenção e requalificação da rede viária do concelho, nós temos a perfeita consciência e há tempos estive num estudo sobre requalificação das redes viárias e a rede viária do nosso concelho era das mais pobres; criação de uma zona industrial que responda à realidade empresarial do nosso concelho, entendemos que o parque industrial que recentemente foi criado numa das nossas freguesias não é só por si suficiente; remodelação do Cine-Teatro Caracas; conclusão do moroso processo de revisão do PDM, este é um aspecto deveras imperioso que pode trazer questões jurídicas muito complicadas à Câmara; construção de oito centros escolares previstos na nossa Carta Educativa; definição dos planos estratégicos de dinamização do nosso comércio e indústria; requalificação ambiental dos nossos rios; construção da pista de atletismo já referida. O que nós podemos, infelizmente, Senhor Presidente, aqui verificar é que passou um ano e neste primeiro quarto de mandato nós apenas temos uma conclusão quase óbvia, há uma diminuição

da despesa há custa de uma forte diminuição em investimento e do corte das transferências para as Juntas de Freguesia, mas pensamos que isso só não basta para que o Presidente da Câmara publicite esta diminuição como resultado de uma gestão rigorosa. Face à escassez de tempo eu ficar-me-ei por aqui. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Boa tarde. Esta intervenção tem dois pontos, eu achava que este primeiro ponto deveria ou ser distribuído pelos Partidos todos ou então não ser considerado, uma vez que eu acho que nós ao fim de algum tempo devemos prestar contas nesta Assembleia para aqueles lugares para os quais somos mandatos nesta Assembleia. Uma delas é a Comissão de Toponímia, em que os três Partidos fazem parte e nós achamos por bem trazer aqui uma resenha do que foi feito ao longo deste ano, porque foi feito muito trabalho nesta Comissão, nós reunimos cinco vezes, reunimos em Janeiro, finais de Janeiro; reunimos em Março, duas vezes, no início e no fim de Março; reunimos em Maio e reunimos em Dezembro. Dizer que foi em sede desta Comissão que algumas coisas importantes foram feitas, desde logo conseguimos fechar aditamentos de toponímias em onze freguesias, conseguimos ainda em sede de Comissão, em consequência deste memorável acordo, estamos a falar do acordo feito entre Cesar e Fajões, que os Senhores Presidentes de Junta acordassem igualmente proceder a trabalhos de definição da respectiva delimitação administrativa, processo que este que seguirá paralelamente. Já uma vez nos congratulamos por este trabalho e queria-vos dar nota que nesta Comissão há o espírito de colaboração, de cooperação, de concertação e ainda de ponderação e ainda uma grande vontade de resolver os atritos. Acho que foi uma comissão que trabalhou. Tinha outro assunto, mas fica para uma próxima Assembleia, tinha a ver exactamente com Assembleias Metropolitanas das quais também fazemos parte e acho que era importante também aqui darmos nota, mas não há tempo, fica para uma próxima Assembleia para aqui nós debatermos o que lá se passa e até interrogarmo-nos mesmo se um dia não haveremos de repensar a nossa posição em relação à Assembleia Metropolitana e à Área Metropolitana do Porto. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel José Soares, do PS, para defesa da honra. =====

===== Venho manifestar o meu espanto pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Penso que a minha intervenção foi objectiva, não percebo que ilações é que está a retirar das expressões que eu utilizei, não percebo também a irritação que não é habitual no seu perfil como Presidente de Câmara e no tom urbano com que costuma dirigir-se aos Deputados deste Órgão. E dizer que cada um de nós tem o seu passado, eu tenho o meu, o Senhor Presidente da Câmara terá o seu. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *Boa tarde. A minha intervenção precipitou-se enfim na sequência efectivamente de algumas das intervenções aqui feitas, nomeadamente naquilo que toca a uma avaliação de um ano de mandato deste Executivo. Efectivamente que creio que o melhor momento para o fazer é na apreciação das contas que ocorrerá em Abril do próximo ano, no entanto sem dúvida que era uma obrigação de consciência fazer aqui algumas referências. Em primeiro lugar, Senhor Presidente, eu creio que denota-se aqui efectivamente algum nervosismo relativamente à actuação da Câmara Municipal da parte do Partido Socialista, dos Partidos de Oposição e em particular relativamente a algumas das opções que o Senhor Presidente da Câmara e a respectiva Câmara tem tomado. Em primeiro lugar, por parte da Bancada do Partido Social Democrata deixe-me dizer-lhe, Senhor Presidente, que a aposta que tem feito na imagem para o Município de Oliveira de Azeméis é uma aposta mais que acertada e tem total suporte na Bancada do Partido Social Democrata. E digo-lhe porquê. Seguramente que ninguém pensará que se trata de um investimento em promoção pessoal do Senhor Presidente, seguramente que não passa pela cabeça de ninguém que assim seja. Eu dir-lhe-ia mais, Senhor Presidente, reforçando a opção do Senhor Presidente, eu creio que para contrapor especialistas de maledicência, seguramente na prossecução de alguns objectivos políticos egoístas, que tem rebaixado a imagem de Oliveira de Azeméis, efectivamente ter-se-ia que se encontrar os melhores especialistas para ajudarem a destacar aquilo que deve orgulhar os Oliveirenses. E, portanto, esse apoio é muitíssimo bem-vindo e aliás eu creio que foram inequívocos os frutos do trabalho de projecção de Oliveira de Azeméis, que no curto espaço de tempo que a Câmara Municipal tem de exercício conseguiu, e de facto foram múltiplos os momentos que as diversas televisões do País projectaram aquilo que de bom acontece, que de bom existe em Oliveira de Azeméis e claramente não há valor que pague este benefício para o concelho, porque efectivamente o nosso orgulho é o que também nos move para desenvolvermos a componente económica, a componente social e temos efectivamente orgulho de sermos Oliveirenses. Eu gostava também de fazer uma referência que pode parecer demasiadamente singela, mas que eu creio que neste fórum tem toda a importância e que é de facto, o Senhor José Ramos há pouco referiu, referiu também um outro Deputado da Bancada do Partido Socialista, o próprio Miguel Portela, e eu creio que é importante aqui destacar e reconhecer o respeito que o Senhor Presidente da Câmara tem demonstrado pelos Membros deste Órgão, que é a Assembleia Municipal. Efectivamente foram aqui feitas várias chamadas de atenção, de questões até particulares e pontuais que provavelmente poderiam eventualmente serem tratadas num outro ambiente que não este, mas que efectivamente houve uma disponibilidade e uma rapidez na resposta que é importante assinalar. Eu recordo aqui, efectivamente houve algumas que foram reconhecidas, felizmente, e dou também os parabéns por isso, por essa capacidade de reconhecer, mas há muitas outras que têm sido esquecidas. Eu recordo que se falou na Rua*

Bento Landreza que está neste momento requalificada e quase concluída, a Rua do Cruzeiro que efectivamente necessitava de uma intervenção. Recordo também, na última Assembleia creio eu, se falou aqui da saída da cidade para o IC2 que estava a carecer de uma intervenção, poucos dias depois foi feita uma intervenção de requalificação, obviamente não de renovação integral, mas que permite de facto ter o mínimo de qualidade para o trânsito na cidade. Recordo também o trabalho profundo, e que demonstrou ser planeado, de recolocação e ampliação da rede de mupis que se encontram na cidade, dando também um aspecto de uma maior urbanidade e sobretudo salvaguardando aquele aspecto que aqui foi chamado diversas vezes, que era o risco para o trânsito em alguns pontos, com as alterações de trânsito na cidade, de facto provocavam algum risco por falta de visibilidade dos transeuntes. E, portanto, aqui acima de tudo, aquilo que eu gostaria de fazer, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, era reconhecer, enfim não terei que agradecer, mas reconhecer o respeito pelas chegadas que esta Assembleia Municipal tem feito, no fundo como parte integrante também ou como apoio ao exercício do seu mandato. Eu gostava também de fazer uma outra referência e o Partido Socialista aqui teve uma postura interessante, enfim há situações que se calhar não tendo força suficiente ditas uma vez, diz-se duas vezes, o Senhor Dr. Pais Ferreira veio aqui dizer exactamente o que tinha dito o Colega Manuel José e eu aqui gostava de destacar também o seguinte: nós percebemos esta estratégia do alvo móvel, é que há uns anos atrás ouvimos permanentemente o Partido Socialista a falar da Biblioteca Municipal, das Piscinas Municipais, do Largo do Gemini, da pedonização da cidade, do Pavilhão Municipal, da Via do Nordeste até ao extremo nordeste do concelho, de facto hoje não os ouvimos falar, mas ouvimos aqui um autêntico pacote de obras do regime destacado aqui pelos Senhores Deputados do Partido Socialista. Sem dúvida que o gosto que teriam em que elas se concretizassem amanhã não é maior do que aquele que nós todos teríamos, mas obviamente que temos que ter o mínimo de bom senso para as propostas que vamos fazendo. Relativamente a um outro tema que aqui foi referido também, o Senhor Presidente já deu a resposta e creio que nem necessitaria de dar uma resposta, mas eu tenho também de dizer, que é o tema da água e do saneamento. Sem dúvida que inquieta algumas mentes, assumir-se um compromisso de tão grande obra num relativo curto espaço de tempo, mas têm sido múltiplas também as intervenções do Senhor Presidente explicando, com comunicação se calhar o senhores da imagem ajudam-no também nesse sentido, para que as pessoas possam saber como as coisas vão evoluindo, porque até que nasça enfim tem um conjunto de meses ou de anos muitas vezes de concepção e de amadurecimento e, portanto, o processo de água e saneamento é inequívoco, está em curso, a própria Câmara Municipal já se pronunciou, portanto, creio que não haverá aqui grandes dúvidas relativamente à evolução e obviamente todos nós desejamos que seja o mais expedita possível. Uma última nota para terminar, não quero também tomar demasiado tempo, mas que não posso deixar de destacar, que decorre da intervenção do Dr. Pais Ferreira, que aliás me fez recordar afirmações do passado, que projectaram a dívida da Câmara Municipal em setenta milhões de euros, que anunciaram que a Câmara Municipal nunca mais faria qualquer investimento porque estava

completamente inibida de o fazer. Duas afirmações que foram feitas, uma relativamente à dívida que tem diminuído um bocadinho, oxalá todas as dívidas deste País fossem diminuindo um bocadinho, estávamos todos satisfeitos, mas vai aumentar; e, por outro lado, mais uma vez também um cenário catastrófico, o Plano de Saneamento Financeiro vai agravar a situação, porque a partir do próximo ano a Câmara Municipal terá que fazer amortizações. Aqui, permita-me que lhe diga, provavelmente não terá estado atento às contas que aprovou no ano passado, é que a Câmara Municipal embora não estivesse obrigada a isso, efectivamente o Plano previa que apenas a partir do ano 2011 começasse a ser feita a amortização do empréstimo, mas na verdade, a Câmara Municipal criou condições para isso e já o começou a fazer. Portanto, a afectação que poderia ter ao investimento já teve, não será apenas no próximo ano. E, portanto, aqui apenas uma reflexão que deixo no ar, que eu não sei se estas projecções do Partido Socialista se serão previsões ou se serão desejos, se são previsões seguramente que estão errados, se são desejos, enfim, era importante que fossem alterados. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Vou obviamente ser rápido para tentar cumprir o tempo que me é destinado. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Amaro Simões, quanto à questão da Rua da Lomba, aquela rua que vai de Bustelo até São Tiago, é verdade que aquilo não está em condições, precisa de ser arranjada, está no nosso plano de intervenções. Mas há certo tipo de intervenções, e os Senhores Presidentes de Junta já se vão habituando a isto e o Senhor Amaro também tem grande experiência, que não podem ser feitas correndo o risco de repente chover, há outras que se podem quando há chuva, pára, aguenta, volta, agora ali é uma intervenção mais profunda, às vezes é fácil dizer “é só ligar Bustelo à estrada da Lomba”. Eu reconheço, também lá passo, que aquilo não está em condições e que precisa de ser intervencionado e vai ser intervencionado, vai ser feita uma intervenção lá para resolver não só o problema dos moradores, mas também quem ali passa com frequência, quem ali passa diariamente. Senhor Amaro, deixe-me só dar-lhe esta nota, o Senhor dirigiu-se aos seus colegas Presidentes de Junta e disse que há aqueles que tiveram mais sorte e aqueles que tiveram menos sorte, mas Senhor Amaro isto não é uma questão de sorte e deixe-me dizer-lhe que se formos ver entre sorte e azar o Presidente de Junta que tem mais sorte é o Senhor. Vamos ver as coisas como elas são, como no ano passado foi o Senhor Diamantino Melo, com o Centro Escolar de Azagães – Carregosa e este ano é um investimento estratégico da educação que é o Centro Escolar de S. Roque, que é por acaso na freguesia de S. Roque. Se o Senhor por acaso não quiser, de certeza que o Senhor Presidente de Nogueira do Cravo aceita, que é só mais um bocadinho acima. Estas coisas têm de ser como elas são e o Centro Escolar de S. Roque é uma obra participada com Fundos Comunitários, é uma obra que foi candidatada ao QREN, que foi aprovada e tem uma

componente muito forte de investimento na Câmara Municipal, que se formos a ver pela sorte e pelo azar que o Senhor Amaro estava a tentar colocar, que é sempre uma coisa difícil, já houve uma tentativa na reunião de Câmara parecida com essa entre a sorte e o azar, quem tem sorte e quem tem azar. Isto não é de sorte ou de azar, os números são os números e não enganam e, portanto, a participação do Município para o Centro Escolar de S. Roque é fortíssima e ultrapassa qualquer investimento em qualquer freguesia do nosso concelho. E queremos é fazer mais, Senhor Amaro, isso é o que queremos e que todos tenham a sorte que o Senhor teve também este ano e que vai ter no futuro, porque também merece ter sorte porque também trabalha para isso. Quanto à questão que o Senhor Dr. Fernando Pais colocou, ele colocou várias questões, aliás conforme aqui já foi dito repetiu até muitas das que tinham sido anteriormente apresentadas pelo Senhor Deputado Manuel José, mas Senhor Deputado Fernando Pais deixe-me aqui fazer um pacto consigo, que é assim: o Senhor acha que o Partido Socialista pode dizer o que lhe apetece, faz conferências de imprensa, vem aqui e diz o que disser e o Senhor fica todo incomodado, todo crispado quando o PSD faz uma reunião onde junta centenas de pessoas, não são dois ou três e fazer uma conferência de imprensa, são centenas de pessoas uma tarde inteira num auditório e o Senhor fica todo irritado porque o PSD diz, porque o PSD isto ou o PSD aquilo. Meu amigo, o que é política? O que é que é vida partidária? O Senhor enquanto responsável do PS pode dizer raios e coriscos, dizer o que lhe apetece e o PSD não pode dizer nada, tem que estar calado, sempre a levar porrada de cima abaixo e não pode reagir. Isto não pode ser assim. Portanto, ouça, isto é confronto político-partidário e, portanto, tenha paciência, o Senhor diz que o PSD não pode dizer nada, que o PSD disse isto, que o PSD criticou as propostas dos Vereadores do PS. Mas então o PS não critica todos os dias o PSD? Ouça, e nós zangamo-nos? Não, é a vida partidária e nós podemos concordar ou não, mas isto tem a ver com a vida política, outra coisa são as questões partidárias, isto sem ultrapassar os limites, dentro daqueles que são os limites aceitáveis e que a democracia nos ensinou. Mas nós não podemos é só gostar de dizer mal. A vossa lógica é dizer mal do PSD e da Câmara, isso é de cima abaixo, e dizer bem do Governo, o Governo é uma maravilha, isto é um cenário cor-de-rosa. E depois eu até acho estranho os Senhores falarem da imagem. Meus Senhores, os senhores são de que Partido? Os Senhores não são do Partido Socialista? Mas há algum político em Portugal que mais usa a imagem que seja o Eng.º José Sócrates? Ouça, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas e dizer “a gente gosta muito das gravatas do Eng.º Sócrates, dos penteados, das mensagens, é o melhor, é uma máquina”, nós agora aqui em Oliveira de Azeméis que somos uns aprendizes, somos à beira do Eng.º Sócrates uns aprendizes, os Senhores já nos criticam tanto. Se o Eng.º Sócrates um dia vos pedir a opinião, ai meu Deus, os senhores estão ali dias e dias a dizer que ele faz tudo mal, que ele abusa da imagem. Meu caro, há uma coisa que eu percebo que ditas muitas vezes e os Senhores estão a conseguir passar isso, porque a nossa comunicação social é um bocadinho vulnerável e os Senhores dizem tantas vezes isso da imagem que eles vão voltar a falar da imagem, e da imagem e da imagem. Mas olhe nós podemos muito bem com isso, podem continuar a falar

nessa matéria. Já agora fazer uma precisão, que o Senhor disse naquela sua brilhante intervenção, o Senhor disse que nós tínhamos gasto cem mil euros em imagem, não foi cem mil, a adjudicação foi feita por cinquenta mil euros, não foi cem mil, e, portanto, se nós quisermos para o ano passarmos a ser cem mil, se fizermos depois para o ano seguinte passamos a ser cento e cinquenta mil. Portanto, só para fazer esta pequeníssima precisão que é só o dobro, eu percebo que os cem mil é um bocadinho maior e enche mais a boca do que os cinquenta. Quanto à questão que o Senhor Deputado também aí no alto da sua autoridade falou do estudo de 2008, “há um estudo de 2008” e eu quero dizer que depois do estudo de 2008 já houve o Decreto-Lei 194/2009 e há o Decreto-Lei 90/2009, ou seja, há legislação que alterou e o estudo, como é evidente se há nova legislação, tem que ser adequado à legislação em vigor, porque nós não queremos estar nem fora da Lei, nem acima da Lei, isso é que nós não queremos de forma alguma. Quanto à questão do PDM, ainda bem que o Senhor falou no PDM porque a minha preocupação é muito maior do que a sua, só que o Senhor vem aqui de três em três meses e fala nela e eu não, eu é todos os dias junto da CCDRN, junto do Ministério da Agricultura e junto da Secretaria de Estado do Ambiente, nomeadamente da DGOTDU. Sabe porquê? É que o PDM está à espera de informações, não é de pareceres, destas entidades públicas, que prometem, prometem e nunca mais mandam. Sabe qual foi o prazo de que ficaram de mandar, foi Fevereiro de 2010 e não mandaram, agora mandaram uma indicação para Janeiro e nós esperamos que isso fique definitivamente encerrado, porque esta é a razão objectiva que podemos provar com a troca de correspondência que temos com estas entidades. Falou também o Senhor Deputado, porque também fala muitas vezes nos cortes das transferências para as Juntas de Freguesia, mas olhe sabe que os números não enganam. É como eu lhe digo, o Senhor pode repetir mil vezes o que quiser, agora a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em 2010, contratualizou com as dezanove Juntas de Freguesia € 2.202.000,00 (dois milhões duzentos e dois mil euros), está a perceber? E depois há-de dizer-me de onde vem o corte, onde é que já receberam mais, essas coisas todas, porque isto são contas e eu estou-lhe a falar de 2010, não estou com a imagem a tentar de alguma forma induzi-lo em erro, o objectivo não é isso. Já agora porque falou em imagem, deixe-me dizer-lhe o seguinte: ainda antes do Natal, não sei porque será, recebemos em Oliveira de Azeméis duas das maiores empresas na área do ambiente para investirem em Oliveira de Azeméis e se calhar não é porque não se fala de Oliveira de Azeméis mas porque se fala e o Senhor Deputado devia estar muito satisfeito por se falar bem de Oliveira de Azeméis. Acho que isso é muito importante para todos nós e isso tem a ver com a imagem do Município, a forma como as entidades externas, o Governo, os empresários, as associações, as federações desportivas olham para Oliveira de Azeméis. Olham para Oliveira de Azeméis como um concelho importante, como um concelho onde vale a pena investir, onde vale a pena apostar e onde vale a pena fazer parcerias. Se isso tem a ver com a imagem, olhe, bendita a imagem do Município de Oliveira de Azeméis, Senhor Deputado. Muito obrigado, Senhor Presidente. ===

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Antes de entrar no “Período de Antes da Ordem do Dia”, colocava à votação o agendamento por 2/3 do ponto vinte e sete: Designação de quatro elementos para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Sugeria um elemento de cada Bancada e um elemento da Mesa. Depois faziam chegar à Mesa essa designação. =====

===== O Senhor Presidente colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3 dos do ponto vinte e sete na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento. =====

===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos: =====

===== **Ponto vinte e sete:** Designação de quatro elementos para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. =====

===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida informação. =====

===== **Ponto dois:** Protocolo de colaboração com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, para a organização do projecto de dinamização, animação e promoção do Centro Urbano “FAN ZONE – 2010”, que decorreu de 11 de Junho a 17 de Julho de 2010 – Autorização. =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - as atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local; - que a realização de projectos de âmbito promocional das actividades económicas do município, não são passíveis de alcançar os resultados desejáveis sem a participação de parceiros públicos e privados; - a imprescindível e reconhecida intervenção da UAC no desenvolvimento e dinamização de acções de animação e de promoção de centro urbano de Oliveira de Azeméis, desde a sua criação; Considerando ainda: - As competências dos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local consignadas designadamente, no artigo 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, propõe-se: 1 - Aprovação da minuta do protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tenha como objecto estabelecer os termos da colaboração institucional entre o MUNICÍPIO e a UAC, na organização do projecto de dinamização, animação e promoção do Centro Urbano “FAN ZONE – 2010”, de 11 de Junho a 17 de Julho de 2010 e se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos; 2 - Que, para efeitos do disposto no nº2, da cláusula 2ª da minuta do protocolo, se valide, para efeitos de pagamento, os justificativos de despesa apresentados.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar do protocolo que foi feito com a UAC e tem a ver com o projecto de animação da FAN ZONE de 11 de Junho a 17 de Julho. Tem a ver também com a realização do Campeonato do Mundo de Futebol, na altura ali na zona da Praça da Cidade, toda aquela animação que ali existiu. E também dizer aos Senhores Deputados que o valor em causa foi de € 29.000,00 (vinte e nove mil euros). Julgo que o próprio protocolo é explicativo, Senhor Presidente.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, para a organização do projecto de dinamização, animação e promoção do Centro Urbano “FAN ZONE – 2010”, que decorreu de 11 de Junho a 17 de Julho de 2010.* =====

===== ***Ponto três:** Protocolo de colaboração com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, para o desenvolvimento de actividades de animação, promoção e dinamização do comércio tradicional*

na cidade de Oliveira de Azeméis, para os períodos: desfile de moda Outono/Inverno 2010; desfile de moda Primavera/Verão 2011; feira de stocks 2010 e 2011; iluminação e programa de animação de Natal 2010 – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o ofício/exposição de 01 de Outubro, enviado pela UAC, apresentando as actividades a desenvolver no Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, ainda no decorrer do último trimestre de 2010 e para o ano 2011; - que tem sido critério do Município promover, em colaboração com outras entidades, a animação e dinamização da cidade, promovendo assim o comércio tradicional; - as competências dos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local consignadas, designadamente, no art.º28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; propõe-se: - Aprovação da minuta do protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem como objecto estabelecer os termos da colaboração institucional entre o MUNICÍPIO e a UAC, na prossecução e desenvolvimento das actividades previstas no plano de actividades apresentado e que se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O objecto do protocolo, aliás na cláusula primeira isso fica bem claro, tem basicamente a ver com o desfile de moda Outono/Inverno 2010; desfile de moda Primavera/Verão 2011; feira de stocks 2010 e 2011; iluminação e programa de animação de Natal 2010. A razão que leva a que também tenhamos de aprovar em sede de Assembleia Municipal tem a ver com a repartição de encargos, ou seja, estamos a falar do compromisso de € 20.000 em 2010 e de € 60.000 em 2011, o que perfaz o valor de € 80.000 para fazer face ao que acabamos de dizer. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Em relação a este ponto o CDS-PP vem apenas pedir um esclarecimento relativamente ao aumento dos custos previstos para as realizações a efectuar no Natal de 2011, detectamos um acréscimo de quase 400%. Quais são as circunstâncias que justificam este aumento e qual o modo de financiamento, se será subsidiado pelo MODCCOM ou pela

autarquia? Pareceu-nos que este aumento seria devido à falha de financiamento por parte do MODCCOM, por isso pedimos este esclarecimento. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. =====

===== A dúvida e a questão que o Senhor Deputado Miguel Portela coloca e que depois responde, é precisamente isso. A candidatura ao MODCCOM foi apresentada pela Associação Comercial dos Municípios de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra não foi aprovada e, portanto, não tinha verba. A razão é claramente essa. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, para o desenvolvimento de actividades de animação, promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis, para os períodos: desfile de moda Outono/Inverno 2010; desfile de moda Primavera/Verão 2011; feita de stocks 2010 e 2011; iluminação e programa de animação de Natal 2010. =====

===== **Ponto quatro:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ul, para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica a arquivar em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Ul para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico, e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Permita-me que não me circunscreva só à questão do protocolo, mas que possa falar um pouco mais da questão do Parque Temático Molinológico, ou seja, porque é um ponto estratégico para Oliveira de Azeméis naquilo que diz respeito à valorização do turismo. E, portanto, têm sido várias as visitas da Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal ao Parque Temático Molinológico, temos conversado bastante também com outras entidades, nomeadamente com a Comissão de Coordenação da Região Norte relativamente àquilo que o Parque Temático Molinológico pode representar para a Área Metropolitana do Porto. Permita-me dizer também e aproveitar esta oportunidade para dar nota que aqui ninguém fica de fora naquilo que diz respeito à gestão, ao futuro da gestão do Parque Temático Molinológico. Não vale a pena aqui alimentar problemas entre freguesias, entre Ul e Travanca, passando pela APPUL, ou por outras associações. Aquilo que estamos a fazer e isso já foi também devidamente explicado, estamos a fazer um protocolo e a acordar com a Junta de Freguesia de Ul, que tem a ver com uma forma de ultrapassarmos e resolvermos alguns problemas que estão pendentes e que necessitam de ser ultrapassadas, ou seja, um pouco aqui eliminar também a burocracia. Pareceu-nos ser o mecanismo mais ágil, a partir do momento em que recolhemos por parte da Junta de Freguesia essa disponibilidade e vontade, a Junta de Freguesia de Ul também mostrou obviamente bastante disponibilidade e vontade de com a Câmara Municipal procurar ultrapassar um conjunto de dificuldades. E, portanto, a aposta estratégica no turismo é para manter e o Parque Temático Molinológico, à semelhança do Parque de La-Salette, são dois eixos fundamentais para o desenvolvimento e para a aposta no turismo. Vamos ter a oportunidade também para falar sobre isso na Área Protegida do Antuã, ou seja, porque ela vem da freguesia de Pindelo, da encosta do Parque de La-Salette e depois vem até ao Parque Temático Molinológico. Portanto, este protocolo que é feito com a Junta de Freguesia de Ul pelo valor de €27.000 (vinte e sete mil euros), não é para dar aqui nenhum sinal para o futuro, não é para excluir ninguém, foi a forma como encontramos de resolver um problema e de ultrapassar aqui uma burocracia. Dizer que continuamos a trabalhar activamente para que o Parque Temático Molinológico tenha mais poder de atracção. Uma questão que já estamos neste momento a trabalhar e que tem a ver com a parte de Ul, neste caso vou citar que muita gente se queixa das dificuldades de acessibilidade pedonal e mesmo rodoviária, então no Inverno é quase impossível, é muito íngreme, é paralelo, as senhoras têm mais dificuldade tendo em conta que utilizam muitas vezes saltos altos e, portanto, é muito difícil lá chegar e nós estamos a procurar criar condições para num patamar intermédio ter um parque de estacionamento muito mais próximo do núcleo principal do Parque Temático Molinológico. E temos ainda também outras questões pendentes com entidades, quer com a cultura, quer com o turismo, para ainda maior valorização do Parque Temático Molinológico, ou seja, a fileira do pão, do milho, da farinha, é para manter, é para aumentar, é para reforçar e, portanto, não queria que se estabelecesse nenhuma confusão com a efectivação deste protocolo com a Junta de Freguesia de Ul. Aquilo que também nos cumpre assinalar é a pronta disponibilidade da Junta de Freguesia de Ul para colaborar com a Câmara Municipal nesta parceria. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Bruno Aragão e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Boa tarde a todos e desde já os meus votos de boas festas. Antes de mais um esclarecimento prévio, não ficaria muito tranquilo se não o dissesse. Eu não fico muito agradado quando nós colocamos a questão em termos de desejos, desejos nas propostas de boa vontade que cada bancada, cada pessoa faz. Eu nunca pus em causa que cada pessoa, enfim, à sua medida, pensa que está a fazer o seu melhor. Eu posso discordar se acho que é o melhor, e se é efectivamente e o contrário também é verdade, mas é uma coisa que me custa um pouco, achar-se que há aqui má-fé ou há vontade que os resultados sejam noutra sentida, porque isso não é verdade. Eu tinha que me retratar neste sentido e peço desculpa por fazer neste momento da Ordem de Trabalhos. Relativamente a este ponto, Senhor Presidente, desde já agradecer algumas explicações no sentido de algumas questões que eu iria colocar, mas apesar disso não posso deixar de reflectir um pouco sobre este ponto. De facto sabemos que o Parque Temático Molinológico foi uma aposta fortíssima do Município, é um dos pontos mais citados em revistas de turismo, em guias do Distrito de Aveiro e mesmo em guias nacionais, encontrei até algumas referências em guias internacionais. Quanto a isso também acho que não há dúvidas, foi uma aposta e uma aposta fortíssima de 1,2 milhões e é exactamente por isso que ele nos merece mais preocupação e é exactamente por isso que diz que o turismo continua a ser uma aposta importante e aliás no site da Autarquia há declarações do Senhor Vereador Pedro Marques a dizer exactamente isso. São vinte e nove hectares, são onze moinhos, circunscritos geograficamente a duas freguesias, isto é um pormenor importante naturalmente. E a questão aqui, naturalmente que o Senhor Presidente apresentou algumas dessas justificações por isso, é que nós criamos em sede de Assembleia Municipal uma Associação exactamente para gerir este parque, composta, por entre outros, pela Junta de Freguesia de Ul, pelo Município, mas há várias não se circunscreve a estas e a questão aqui não é como bem disse se ficam dentro ou se ficam fora, quem é que fica dentro e quem é que fica fora, isso é indiferente neste momento. O que é importante é que temos um investimento de 1,2 milhões, onde o Município aposta em termos de imagem imenso e por isso tem que ser garantida a gestão de uma determinada maneira. Nós aprovamos essa Associação no ano passado em Abril, em Setembro aprovamos aqui exactamente para a gestão do parque um protocolo de € 18.000 a atribuir a esta Associação para, estou a citar as palavras do Vereador Dr. António Rosa, “fazer aquilo que é a função da associação, que é fazer a gestão deste espaço”, é o que está em acta. Aquilo que eu não consigo perceber, peço desculpa se é limitação minha, não consigo mesmo perceber, que é qual a necessidade que temos de criar uma associação e depois paralelamente fazemos um

protocolo que eu não consigo perceber, não faz sentido até para a própria Junta de Freguesia em que os recursos humanos e materiais que são exigidos são enormes. Não é a questão da boa vontade da Junta de Freguesia de Ul, imagino a que a de Travanca tenha a mesma boa vontade, a Confraria das Papas que também faz parte também tenha essa mesma boa vontade, a questão não é essa, a questão é de estratégia. Se é estratégia, se existe uma associação, se nós já em sede de Assembleia Municipal demos € 18.000 para essa associação, qual é a necessidade de alterarmos agora este modo de gestão e protocolarmos com a Junta de Freguesia de Ul? Podem reconhecer que de facto pode-se tornar muito mais ágil, então se é mais ágil alteremos o funcionamento disto, extinguimos a associação, dizemos que ela não é necessária e começamos a protocolar directamente com a Junta de Freguesia de Ul, com a Junta de Freguesia de Travanca e tentamos fazer a gestão de outra forma. Esta é a questão. Eu tive a oportunidade de recolher este material, que deixo no Senhor Presidente, a acta de criação da Associação, a acta da Assembleia Municipal onde está a aprovação por unanimidade nem houve sequer praticamente intervenções sobre isso, foi unânime a importância desta associação, está depois a ordem de trabalhos da acta que aprova esses € 18.000 e também a acta que diz, sim senhora, que foi conseguido esse valor, aliás com as palavras do Dr. António Rosa a dizer exactamente isso mesmo, que a associação foi criada para gerir o parque e então como existe esta associação damos o dinheiro e partimos do princípio que a questão é adequada. Quanto a esta questão nunca consegui perceber por mais esforço que faça, entendendo as explicações do Senhor Presidente de Câmara, eu não ponho em causa se pode ser mais efectivo, se é mais efectivo e a associação deixa de fazer sentido ou pelo menos passa a ter nos seus estatutos outros moldes. Aquilo que eu sugeria é que se retirasse este ponto porque de facto se entende corrigir essa situação, ou então temos que pensar futuramente, para numa outra Assembleia, fazer a extinção desta associação, se é que ela não faz sentido nestes moldes. Muito obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== A explicação dada pelo Senhor Presidente relativamente a este ponto foi de extrema importância para nos ajudar a enquadrar na motivação da Câmara Municipal para propor à Assembleia Municipal este protocolo. De facto a Bancada do Partido Social Democrata suporta esta proposta, naturalmente, e pacificamente dará o seu voto favorável. Eu não poderia deixar de dizer e gostava de fazer esta referência, bem sei que é inequívoco o sentimento do Senhor Presidente e da Câmara Municipal relativamente a isso, aliás afirmou-o à pouco, é que a dimensão deste espaço, a dimensão não geográfica apenas mas do ponto de vista significativo, é de facto para o concelho de Oliveira de Azeméis um elemento que deve ser aglutinador de todas as forças. Os recursos do Município, recursos técnicos e recursos financeiros também, naturalmente, que têm que continuar ao serviço de forma séria e de uma forma empenhada para que este espaço, que já está altamente projectado e projecta o Município

de Oliveira de Azeméis, continue a cumprir e a fortalecer este papel no panorama do turismo de Oliveira de Azeméis. E muito mais do que o turismo é a coreografia da história e do próprio desenvolvimento económico naquela região, naquela zona e que aliás recorde também para todos coisas bonitas aconteceram a pretexto e a reboque deste espaço, nomeadamente o grande desígnio histórico de agregar um punhado de padeiras que depois de muito esforço ao longo de anos, de décadas, se juntaram, se uniram e têm feito um trabalho excepcional de promoção do Pão de Ul que é tão querido de todos nós ao ponto de ontem em horário nobre vermos o Senhor Presidente de Câmara a provar a regueifa de Ul e o Pão de Ul. De facto este é um património conquistado e atingido, seguramente. Era este apelo que deixava à Câmara Municipal, obviamente que à parte deste expediente muito bem aceite pela Junta de Freguesia de Ul, mas à parte deste expediente de resolução imediata que efectivamente continue a dar a este espaço a nobreza e a atenção que ele merece, tanto mais que para além de 1,2 milhões de euros no seu investimento para a concretização material há muito investimento humano também naquele espaço e há inclusivamente uma candidatura da Câmara Municipal de um investimento de cerca de mais setecentos ou oitocentos mil euros para requalificar, ou melhor para complementar aquele espaço para que ele tenha, para além da dignidade que tem, a capacidade de acolher também as centenas de pessoas que se dirigem àquele espaço todos os fins-de-semana. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Muito rapidamente, só para dar nota do seguinte, eu julgo que depois das explicações que eu dei e das duas intervenções, quer do Deputado Bruno Aragão, quer do Deputado António Rosa, julgo que não subsistem já quaisquer dúvidas e fico naturalmente muito satisfeito por percebermos que temos mais um ponto onde acho que é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide, ou seja, o orgulho que todos sentimos por ter o Parque Temático Molinológico. E por isso é que chamamos Parque Temático Molinológico e não chamamos Parque Temático Molinológico de Ul ou Parque Temático Molinológico de Travanca, ou de outras freguesias porque há outros moinhos espalhados ao longo do rio, mas chamamos Parque Temático Molinológico. Eu queria que ficasse claro que este é um passo intermédio, ou seja, há necessidade de agilizarmos com a Junta de Freguesia de Ul, como pode haver necessidade de agilizarmos com a Junta de Freguesia de Travanca, com a APPUL, agora era urgente e necessário fazer este protocolo. Quando eu disse que a Junta de Freguesia de Ul mostrou disponibilidade, obviamente que foi contactada e a Junta de Freguesia também falou connosco, falamos quando é obviamente preciso e entendemos que agilizávamos o processo se fizéssemos este protocolo. Foi com a Junta de Freguesia de Ul, podia ter sido feito com a Junta de Freguesia de Travanca, quero que fique aqui claro. Não tem a ver com a limitação do espaço, não tem a ver com questão da freguesia. Portanto, estamos num passo intermédio no

sentido de todos, sem excepção, valorizarmos e optimizarmos um investimento estratégico, que não está terminado, nós temos agora que passar à fase de levar mais pessoas, de criar mais condições para levar essas mais pessoas. Houve necessidade de agilizar aqui um procedimento e ele foi feito com a Junta de Freguesia de Ul sem qualquer outra intenção, que fique claro, que não subsista nenhuma dúvida nos Senhores Deputados. Obviamente que teremos que encontrar formas, esta que o Senhor Deputado Bruno Aragão falou da Associação que existe, que podem aparecer outras associações a quererem fazer parte, que se justifiquem, pode haver aqui outras questões que cá estará a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal para as decidir em conformidade. Mas eu agradeço tanto a intervenção do Deputado Bruno Aragão como a do Deputado António Rosa, porque acho que ajudaram a clarificar. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, sim de facto este ponto une-nos, aliás eu diria que a maioria dos pontos nos une na sequência da história dos desejos, o que nos pode desunir é a gestão que nós entendemos que podemos fazer em cada uma destas questões. Exactamente por o Parque Temático Molinológico ter uma dimensão que não é geográfica também, é que se criou a tal associação, essa era a minha questão e de facto acabou por corroborar isso. O Parque Temático Molinológico tem uma dimensão que é para lá da sua dimensão geográfica e daí se ter criado uma associação específica para gerir, não foi uma associação que se quis envolver também na dinâmica do Parque, não, foi uma associação para gerir, está nos estatutos, nós aprovamos aqui. E volto a dizer: Senhor Presidente, eu percebo que possa haver necessidades prementes na gestão do Parque, se há porque é que a Associação não as pode suprimir, isto é porque é que não fazemos o mesmo protocolo com a Associação, à semelhança do que fizemos já no ano passado. Qual é essa necessidade, quais são essas especificidades tão urgentes, tão prementes que justificam que o protocolo seja com a freguesia de Ul? Eu não tenho rigorosamente nada contra a Freguesia de Ul, eu sou vizinho, moro em Damonde, portanto, uma parte dos moinhos ainda está na minha freguesia. A questão nem é essa é mesmo a questão da gestão e porque é que foi esta opção, quais são as necessidades. E nesse sentido, na sequência das suas declarações, se está previsto para a parte dos moinhos que estão do outro lado do rio, portanto já estão em Travanca, alguma verba própria para a gestão do espaço, se a associação vai ter alguma verba própria para continuar as suas actividades. Esse era o meu ponto, exactamente pela questão não geográfica e pela importância que o Município colocou aqui. Nesse sentido, obviamente que eu não posso votar favoravelmente um protocolo destes e é nesse sentido que fique claro, ninguém está contra o Parque Molinológico, de maneira nenhuma, agora aquilo que entendemos é que a gestão pode ser de outra forma. E nesse sentido eu colocar aqui a questão de nós podermos retirar este ponto se assim se entendesse e continuar na linha daquilo que tínhamos feito. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse: =====*

===== *Senhor Presidente, eu julgo que não há nada mais a adiantar, é a opinião do Senhor Deputado, temos que a respeitar. Eu já expliquei que estamos a dar um passo intermédio, estamos a agilizar, estamos a criar aqui um mecanismo ágil e estamos aqui a abrir a oportunidade para caso se justifique fazer a mesma coisa com a Junta de Freguesia de Travanca e sucessivamente com outras associações, não estamos a mudar a gestão do Parque Molinológico, nem nada que se pareça. Estou a pedir a compreensão se a quiserem, se não quiserem também estamos à vontade, é para agilizar e desbloquear situações que desta forma são mais rápidas e que tem a ver com o bem-estar do Parque e com o normal funcionamento do Parque. Já expliquei quais é que são, o Senhor Deputado se votar com a sua consciência vota como quiser. A Junta de Freguesia de Ul manifestou essa disponibilidade. Senhor Deputado, eu já percebi que o Senhor não quer votar, não esteja a querer justificar aquilo que não vai votar.*

===== *Colocada à votação a proposta do Partido Socialista para retirar o ponto da Ordem de Trabalhos, foi a mesma rejeitada por maioria, com a seguinte votação: a favor – dez do PS; contra – vinte e sete do PSD, dois do CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro e Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com Freguesia de Ul, para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico, com a seguinte votação: a favor – vinte e sete do PSD, dois do CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra- dez do PS; abstenções – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro e Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta. =====*

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Cesar, para execução de obras de conservação e manutenção do Edifício do Jardim-de-Infância de Vilarinho e do Jardim-de-Infância n.º 2 de Cesar – Autorização. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação, Tempos livres e Acção Social Escolar consignadas designadamente, nas alíneas d), f) e h) do no n.º1 do art. 13º, art.19º, art. 21º e art. 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento gestão dos equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento*

de actividades complementares de acção educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art. 19.º do citado diploma; - O previsto no artigo da Lei 159/99, de 14 de Setembro e artigo 37º conjugado com o artigo 66º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro relativamente à delegação de competências dos Municípios nas Juntas de Freguesia; - que as Juntas de Freguesia deverão ser parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - Que o conforto, bem-estar das crianças e a garantia das condições necessárias a uma educação de qualidade são preocupações partilhadas pelo Município e pela Junta de Freguesia de Cesar, - Que o edifício sede do JI de Vilarinho e JI nº2 de Cesar necessitam de uma intervenção no sentido da sua manutenção geral, estado das paredes e pinturas interiores e exteriores. - Que as entidades que se encontram junto das populações podem realizar intervenções mais eficazes devido ao conhecimento e proximidade das mesmas. Propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Cesar e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar de um protocolo de delegação de competências para as obras nos jardins-de-infância que o Senhor Presidente acabou de citar, até ao valor de € 8.260,00 (oito mil duzentos e sessenta euros.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Freguesia de Cesar, para execução de obras de conservação e manutenção do Edifício do Jardim-de-Infância de Vilarinho e do Jardim-de-Infância n.º 2 de Cesar.* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara, para execução de obras de alargamento e construção de muro na Rua da Obra Social – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 25 de Agosto de 2009 foi celebrado Protocolo de Delegação de Competências entre o*

Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de S. Martinho da Gândara; - Para concretização do seu objectivo há necessidade de proceder à alteração das cláusulas primeira e segunda do referido protocolo, propõe-se: - Seja aprovada a minuta da Adenda ao Protocolo de delegação de competências, a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que se reconheça e valide o montante de 9.575,00€, correspondente aos justificativos apresentados que cumprem e integram o objecto e finalidade do Protocolo Delegação de Competências.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de um protocolo com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, relativamente às obras de alargamento e construção de muro na Rua da Obra Social, no valor de €9.575,00 (nove mil quinhentos e setenta e cinco euros). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de S. Martinho da Gândara, para execução de obras de alargamento e construção de muro na Rua da Obra Social. =====

*===== **Ponto sete:** Proposta de adesão do Município à Energia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Plano de Acção para a Promoção da Energia Sustentável no Norte de Portugal, integrado no Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal, tem como principais objectivos criar na Região do Norte um quadro energético inovador, pautado por critérios e práticas estruturantes de eficiência energética e de valorização das energias endógenas; - Uma das medidas estruturantes apontadas por este Plano de Acção se refere à dinamização de uma rede de centros de recursos partilhados ao nível intermunicipal para a promoção, o acompanhamento e a monitorização da utilização racional e eficiente da energia; - Os centros de recursos partilhados, designados por simplificação por Agências de Energia, serão actores-chave especializados na promoção da inovação e das boas práticas no domínio da energia, acompanhando e estimulando a adopção de comportamentos de eficiência energética e de valorização dos recursos energéticos de proximidade em ligação com as autoridades locais, os

agentes económicos regionais e os cidadãos em geral, proporcionando qualidade, visibilidade, integração e impacto duradouro às medidas de intervenção que dinamizem de forma integrada este Plano de Acção; - É agora criada a Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, que tem como objecto contribuir para a gestão da procura de energia, a eficiência energética, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, e a gestão ambiental na interface com a energia, em linha com os objectivos do Plano de Acção referido - A área de intervenção da Associação coincidirá com a dos Municípios seus associados; - O valor da participação associativa inicial global será de 150.000€, correspondendo a 150.000 Unidades de Participação, a realizar pelos associados, num prazo máximo de três meses após a integração; - O valor das quotizações anuais terá um valor de 50.000€ a pagar em 4 prestações trimestrais. Propõe-se a adesão do Município à Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, através da aquisição de 150.000 (cento e cinquenta mil) unidades de participação (valor unitário igual a 1€). Para efeitos do nº 2, da alínea m), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverá a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para a competente autorização.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== No âmbito do QREN foi aberto um aviso que dava nota da possibilidade de existência de duas agências de energia no norte, nomeadamente na Área Metropolitana do Porto. Depois foi decidido pelos Municípios, em sede de Junta, que existisse uma agência de energia a norte, do Porto para cima, e uma agência de energia de Gaia para baixo. Os avisos tinham um conjunto de pressupostos e requisitos que precisavam de ser preenchidos, nomeadamente a continuidade territorial dos Municípios e um determinado número de Municípios. Como sabem esta área da energia, da eficiência energética é extremamente importante e muito actual, aliás nós tivemos também recentemente aprovada uma candidatura para esta área da energia, com a questão da redução dos fluxos energéticos, mas dizer-lhes que é importante para o Município de Oliveira de Azeméis estar, participar e estar inserido numa agência de energia. E, portanto, procurando aqui como é evidente apoio técnico, que será depois feito de forma gratuita aos Municípios e que tem muito por base aquela que é considerada uma agência de energia modelo que é a Energaia e que funciona hoje só para o Município de Gaia. Portanto, alargar um bocadinho o know-how sem grandes aumentos de pessoas, de recursos humanos, nem investimentos, mas dar também massa crítica a esta agência de energia. E, portanto, nós tivemos uma má experiência, posso assim dizer, aquilo que foi a Agência de Energia de Entre o Douro e Vouga, que ainda hoje estamos a resolver problemas que ficaram pendentes e, portanto, eu já tive a oportunidade de dizer até isto na reunião de Câmara também, já estamos vacinados relativamente a esta matéria e já não nos vamos deixar

envolver da forma tão apaixonada como fizemos num passado recente, já teremos outros objectivos e teremos outros cuidados. Portanto, julgo que é importante, aliás estratégico para o Município de Oliveira de Azeméis que tenhamos a participação nesta agência de energia. O valor de participação associativa que está neste momento em cima da mesa são € 150.000, que representam 150.000 unidades de participação, e o valor das quotizações anuais será um valor de € 50.000 a pagar em quatro prestações trimestrais. Só para vos dar nota que os Municípios que decidiram aderir a esta agência é o Município de Gaia, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Espinho. Até ao momento o Município de Arouca não decidiu, o Senhor Presidente da Câmara pediu mais algum tempo, havia possibilidades de no aviso deixar esta questão em aberto, mas segundo as informações que eu consegui recolher a inclinação do Município de Arouca é para não integrar esta agência de energia. O que também não coloca em causa a própria agência de energia, porque quando falei há pouco da necessidade da continuidade territorial, não é um daqueles Municípios que cortava a meio esta ligação, mas segundo as informações que eu tive junto do Senhor Presidente da Câmara de Arouca a vontade do Município é de não participar. Mas como disse não põe em causa a própria associação. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Fernando Pais Ferreira e Ricardo Bastos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== De facto, pela leitura da proposta de decisão da aquisição das unidades de participação que está hoje em causa, nós depois de uma leitura atenta não vemos qualquer, aliás só vemos benefícios relativamente à adesão. Portanto, desde já vamos votar a favor da adesão à Energaia. Estamos todos recordados da intervenção do anterior Executivo Camarário no que respeita à adesão ao Entre o Douro e Vouga Digital, na altura foi apresentado exactamente como este, lembro-me perfeitamente, as condições eram extremamente vantajosas, o projecto era bastante aliciante e no entanto neste momento verificamos que de facto foi um erro. Um erro de avaliação, um erro de gestão, foi mais um erro criado durante o período do Executivo. Portanto, Senhor Presidente, nós mais do que discutir a proposta de adesão à Energaia, o Partido Socialista gostaria que se fizesse um levantamento dos motivos que levaram, primeiro, à extinção do EDV Digital e em segundo lugar, o que é que nós herdamos, quer como benefício, quer como proveito, no fundo fazer uma avaliação igual à que este Executivo fez do Programa Solis quando este teve fim. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== *Quase que prescindia da palavra, mas é só dizer que na última Assembleia Metropolitana este assunto foi falado, eu penso que foi a primeira vez que se falou de Oliveira de Azeméis naquela Assembleia Metropolitana e que o Presidente da Comissão executivo falou que haviam duas que funcionaram bem e outra ali na zona de Oliveira de Azeméis... Não foi bom ouvir aquilo, não gostei de ouvir aquilo. Funcionava assim tão mal mesmo para que o Presidente da Comissão Executiva dissesse “aquela coisa lá em Oliveira de Azeméis, funcionava mal”?* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *Eu também sou Membro da Assembleia Metropolitana do Porto e questiono às vezes um bocado a existência da Assembleia Metropolitana do Porto. Parece-me que é um bocado cada um a defender o seu, não há unidade que devia haver quando há uma Assembleia Metropolitana, quando há um conjunto de concelhos, deviam ser todos a lutar por um objectivo único e não cada um olhar para o seu umbigo, que é o que me parece que se vê lá muito e até desmotiva quem está lá com interesse em fazer alguma coisa pela área. A única questão que se me pôs aquando a este ponto e decidi agora intervir devido às intervenções anteriores, compreendo a necessidade de nós fazermos parte e de entrarmos, agora queria perceber como é que a Área Metropolitana do Porto, com a constituição actual e pelo que eu vejo na Assembleia Metropolitana, vai utilizar os recursos que Oliveira de Azeméis vai investir lá e se há maneira de Oliveira de Azeméis exigir da Assembleia Metropolitana do Porto acção, porque parece-me ser uma entidade um bocado amorfa na minha humilde opinião. É só isso, mas compreendo perfeitamente e vamos votar a favor porque temos que fazer parte. Agora toda esta Área Metropolitana do Porto mete-me um bocado de confusão, parece uma coisa que não avança muito, saem recomendações que não são aceites e deixa um bocado confuso o cerne da Área Metropolitana em si. Claro que temos que participar, somos um membro activo e acho que se calhar tem que se reequacionar mesmo aqui a nível de cada concelho como é que ela funciona e como é que podemos pôr a funcionar melhor.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Só dar aqui duas ou três explicações, ou seja, fazer uma pequena correcção ao Dr. Fernando Pais, não era EDV Digital era EDVENERGIA. Eu próprio disse que tinha sido uma experiência que eu não conheço muito bem, porque não teve a ver com este Executivo, quando nós chegamos ela já tinha terminado, ainda não está encerrada, estamos a tratar do processo de encerramento agora em sede de Associação de Municípios Terras de Santa Maria e, portanto, chegará o momento em que nós teremos que fazer uma avaliação relativamente a essa*

matéria e estou totalmente de acordo e totalmente disponível para o fazer. Aquilo que pude recolher até ao momento é que houve uma fase boa da Associação, o início segundo as informações que eu recolhi tendo em conta o seu principal responsável, mas há um momento em que há uma alteração de responsável, há um novo Presidente ou Director Executivo, não sei como é que se chamava e que a partir desse momento a Associação se perdeu um pouco no espaço e perdeu um bocadinho daquilo que era o seu âmbito de actuação. Eu julgo que vai chegar o momento para fazermos essa avaliação, aliás nós agora decidimos fazer o levantamento de todo o material que está no GAT, no ex-GAT, na sede da Associação de Municípios, lá no segundo andar, fazer o levantamento porque há lá bom material comprado no ano do término da associação. Há ainda situações burocráticas para resolver no âmbito da gestão e da contabilidade da própria associação, mas dizer aquilo que o Senhor Deputado Ricardo Bastos acabou de dizer “havia uma lá uma associação em Oliveira de Azeméis”, a associação não era de Oliveira de Azeméis era do conjunto de Municípios, não era de Arouca, Arouca nunca fez parte, era de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, de Santa Maria da Feira e de Vale de Cambra. E segundo as indicações que eu também consegui recolher, o último Presidente da Associação do Entre o Douro e Vouga Energia até tinha sido indicado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira, pelo menos era a indicação que eu consegui recolher. Nós já tivemos oportunidade de discutir isto em sede de conjunto de Municípios. Isto não se pode chamar Douro Sul, porque tenta-se muito dizer que isto é do Douro Sul, mas o Douro Sul depois tem ali a zona de Lamego e da Régua e, portanto, isto não é bem Douro Sul, há-de se arranjar aqui uma terminologia mais feliz. Já agora dar também esta explicação, de ter usado o nome da Energaia e depois dar-lhe outra denominação como é evidente, mas a marca Energaia é uma marca prestigiada, quer a nível nacional na área da energia, quer em Bruxelas onde a Energaia conseguiu aprovar para o Município de Gaia um conjunto de candidaturas directas, ou seja, porque nesta área da energia há muitas candidaturas que não passam pelos programas nacionais, o aviso é aberto para a Europa. E, portanto, neste caso a agência fez isso e conseguiu ter êxito. Ainda há tempos, não sei se vocês tiveram oportunidade de ver, esteve em Gaia um Comissário Europeu que vinha precisamente em virtude dessa ligação directa que ocorreu entre esta Agência e a própria União Europeia, via Comissão Europeia. Eu julgo que é importante para nós pertencermos e não ficarmos de fora, agora não misturemos esta questão da Agência de Energia com o funcionamento da Assembleia Metropolitana ou da Junta Metropolitana, porque isso levava-nos depois para uma discussão mais complexa. O que eu sei que aconteceu na última Assembleia Metropolitana foi-me descrita pelo Senhor Presidente Rui Rio. Eu percebo que ele fez correr por todos os Presidentes de Câmara Municipal e também não é segredo, ele não me pediu segredo, só para vos dar nota de qual foi o desagrado manifestado: é que em sede de Junta Metropolitana, onde estão todos os Presidentes de Câmara, neste caso do PS e do PSD, foi aprovado por unanimidade o Orçamento de funcionamento da Junta e esse mesmo Orçamento quando foi proposto à Assembleia foi chumbado e o Presidente deu-nos só conhecimento, não nos pediu

mais nada, como é evidente a Assembleia é livre e autónoma, mas eu não queria aqui estar a fazer essa discussão, só queria partilhar convosco porque isso foi o que nos chegou ao conhecimento. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adesão do Município à Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto. =====

*===== **Ponto oito:** Processo n.º 86-2010 – Aluguer e manutenção de equipamento multifunções para o Gabinete de Comunicação e Imagem – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da minha competência delegada através de despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves, datado de 6 de Novembro de 2009, publicado em Boletim Municipal, e considerando a informação técnica n.º I/74707/2010 e e-mail’s, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas, bem como o despacho por mim proferido na referida Informação Técnica: Pretende-se a abertura de Procedimento na modalidade de Ajuste Directo Regime Geral, ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com os artigos 114º a 127º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) para a contratação do ALUGUER E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO MULTIFUNÇÕES PARA O GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM, PELO PERÍODO DE 60 MESES, CUJO VALOR ESTIMADO É DE EUR 60.000,00 (sessenta mil euros); Com efeito, e uma vez que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, e que o prazo de execução é de cinco anos, proponho ao órgão executivo que submeta à aprovação do Órgão Deliberativo, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 22º, conjugado com o seu n.º 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, a seguinte repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico: Janeiro a Dezembro de 2011: 12.000,00€; Janeiro a Dezembro de 2012: 12.000,00€; Janeiro a Dezembro de 2013: 12.000,00€; Janeiro a Dezembro de 2014: 12.000,00€; Janeiro a Dezembro de 2015: 12.000,00€.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta proposta que aqui trazemos para aprovar já deu também uma grande discussão em sede de Executivo Camarário e foi objecto de um grande estudo. Foi objecto de um grande estudo porque duas soluções se colocam perante um investimento destes: ou se compra a

máquina, o equipamento multifunções, e depois se fica com ela, fica para a Câmara Municipal; ou se faz um contrato de aluguer que permite pagar uma renda, neste caso anual, entre 2011 e 2015, no valor de € 12.000 essa mesma renda, o que perfaz os € 60.000 e ao fim desses cinco anos a máquina não é da Câmara Municipal, a Câmara Municipal não fica com o encargo. Todos os técnicos e os pareceres que pedimos dentro da Câmara Municipal dizem que um equipamento deste género ao fim de cinco anos está desactualizado, há coisas mais modernas, se calhar mais baratas e este contrato também abrange a manutenção da própria máquina. Para além disso, uma máquina destas permite à Câmara Municipal deixar de mandar fazer alguns trabalhos nesta área fora, fazê-los dentro de nossa casa pelos nossos funcionários. Depois há aqui uma outra situação que já tem a ver com a parte contabilística, com o desgaste de equipamento, com a valorização do equipamento do ponto de vista daquela que é a sua forma de contabilizar. E, portanto, ponderados os prós e os contra, o Município decidiu por esta opção, que é uma opção válida como outra qualquer, obviamente discutível, como eu disse há várias formas de o fazer, mas nós entendemos que esta era a melhor forma para satisfazer uma pretensão de um gabinete, que é o Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal.

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Bruno Aragão e Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Novamente um ponto prévio: dizer que ninguém põe em causa a necessidade de promoção da imagem que o próprio Município tem que ter. Aliás, hoje em dia acho que isso é questão assumida em qualquer manual de promoção de um determinado produto, seja um concelho, seja um Parque Molinológico, a questão é depois como é que se faz isso. E a minha questão aqui é até mais prévia do que isso. Este contrato por cinco anos mais esta parte final de 2010, são € 12.000/ ano, isto significa 30.000 cópias a cores por mês segundo o que está no contrato e tenho várias questões sobre isto. Trinta mil cópias por mês, dá em média mil e trezentas cópias a cores por dia, a minha questão é: onde é que o Município vê que vai fazer tantas cópias a cores? Sabemos o custo deste tipo de coisas, enfim quando o contrato só diz mil cópias a preto e branco, € 12.000/ano se formos ver o que está em sede de Orçamento para material de educação e cultura é um valor inferior a isto, salvo erro uma verba perto de onze mil euros, claramente inferior ao que se vai aqui ajustar e naturalmente que isto é uma questão de opção e estamos absolutamente de acordo, se compra, se faz aluguer. A minha questão até é anterior a isso, que é: se há um volume de tiragem na Câmara Municipal que obriga a um contrato de 30.000 cópias a cores por mês, ou se o volume é claramente inferior e então não precisamos de ter um contrato de 30.000 cópias, porque o contrato assegura manutenção para 30.000 cópias, não significa obviamente que se tirem as 30.000 cópias. E, se não justifica isto

tudo, será que não compensa pontualmente, quando é preciso um volume maior de tiragem fazer-se uma entrega. A minha questão vai nesse sentido. Depois outra coisa, é mais uma questão de princípio: isto cai já sobre 2014 e 2015, portanto, prolonga-se para lá do mandato do actual Executivo e isso onera sempre a gestão seguinte, seja ela de quem for, € 24.000 mais. Enfim, entendo que este tipo de contratos de gestão corrente deve sempre cair em cima da duração do próprio mandato de quem os assina. Nesse sentido não me sinto e não nos sentimos muito confortáveis em votar favoravelmente isso, mas aguardamos naturalmente as explicações porque é um volume de cópias desta dimensão. Obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Em relação a este ponto o CDS-PP coloca algumas questões: Estima-se um valor de € 60.000 para o aluguer por 60 meses do referido equipamento. No documento anexo quase no final estimasse um custo médio mensal de € 1.500, o que em 60 meses dá uma derrapagem de € 30.000, ou seja o custo real seria de € 90.000, não sei se houve alguma coisa que me falhou na análise. Só a título informativo, apercebemo-nos que o nível de cópias a cores é muito superior à impressão a preto e branco pelo que perguntamos qual o tipo de impressão que é feito nesta máquina e a real necessidade destes números. Quanto ao pretense leasing em vez de aquisição nada temos a comentar, é uma coisa habitual hoje em dia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Dar nota do seguinte: seguramente que o Presidente da Câmara Municipal que me vier a suceder não vai ficar chateado por chegar lá e ter este equipamento, garanto-lhe que não. Eu percebo as suas questões, mas este equipamento é neste momento importante ser adquirido para a Câmara Municipal e ser adquirido desta forma. O Vereador Dr. Pedro Marques conduziu este processo e não havia semana em que não era contactado para tomar uma decisão e ele demorou a tomar esta decisão porque ponderou os prós e os contra de se fazer, não se fazer e teve que ser justificada. Por acaso é falha nossa porque podíamos ter trazido um conjunto significativo de cartazes, flyers, prospectos de informação que são produzidos pela Câmara Municipal, que são impressos ainda também num equipamento que está hoje na Câmara Municipal e que foi adquirido desta forma e que está no seu limite de funcionamento e obviamente que tendo uma máquina mais potente, com maior capacidade, seguramente que podemos também disponibilizar serviços às associações, às Juntas de Freguesia, dentro das nossas disponibilidades, para poder potenciar o uso deste equipamento. Eu percebo e compreendo claramente as questões que foram colocadas, mas foi testado o valor do outsourcing, de quanto é que custa mandar fazer fora, era mais caro, a questão de comprar a

máquina e ficar com a máquina aí até são os próprios operadores que quase dizem que é um erro fazer isso. A sugestão foi essa. Há outra coisa que os senhores me estão a dizer, que podemos poupar na questão da utilização das cores e fazer mais coisas a preto e branco, mas depois o departamento x reclama porque gosta mais do cartaz a cores, são coisas mais complicadas. Aquilo que eu vos quero garantir é que esta máquina é para ser potenciada a sua utilização e para aumentar o leque de serviços que o Gabinete de Comunicação e Imagem presta, por exemplo, à GEDAZ, às escolas, às associações e às Juntas de Freguesia, porque se alugamos um equipamento destes e por este valor devemos potenciá-lo e potenciá-lo é também colocá-lo à disposição de outras entidades. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, obrigado pelas suas palavras. Dizer que se de facto esse trabalho de contabilização se compensa ou não fazer, o outsourcing é feito, sendo possível disponibilizá-lo obviamente que a nossa posição é tomada de outra forma. Tentamos sempre socorrer-mos dos documentos que temos e à luz dos documentos que temos naturalmente que se mantém o que eu disse anteriormente, mas tendo esse material e o trabalho todo que está por detrás disso, não custa disponibilizar aos Membros da Assembleia, naturalmente que a apreciação do ponto pode vir a ser diferente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Não sei se eu não percebi bem, no último documento fala de um custo mensal previsto de € 1.500, quando na proposta da Assembleia está € 1.000. Gostava de perceber porque é que aparece no documento à frente com mais € 500/ mês, o que é uma grande verba nestes anos todos. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor - vinte e sete do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - onze do PS; abstenções - dois do CDS/PP, José Lourenço (PS) e Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

*===== **Ponto nove:** Processo n.º 83-2010 – Aquisição de combustíveis – Gasóleo e gasolina para 2011 e 2012 – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização. =====*

=====
 ===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o previsto no n.º 2, do artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, e ao abrigo da competência em mim subdelegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal para realização de despesas até 748.196,85€ (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), de acordo com o Despacho datado de 06 de Novembro de 2009, publicado em Boletim Municipal, e considerando: 1º A PAQ N.º 1124/2010, com Ref.º I/100550/2010, com despacho por mim proferido em 08 de Novembro de 2010, que refere a necessidade de abertura de um procedimento para Aquisição de Combustíveis – Gasóleo e Gasolina para 2011 e 2012; 2º Que o valor total estimado deste fornecimento é de EUR 676.450,00 (seiscentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta euros), para um período de vigência de dois anos (2011/2012), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2011 prevê-se uma verba de EUR 338.225,00 (trezentos e trinta e oito mil duzentos e vinte e cinco euros) e para o ano de 2012 prevê-se uma verba de EUR 338.225,00 (trezentos e trinta e oito mil duzentos e vinte e cinco euros). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 3º E que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. Propõe-se ao órgão executivo, que submeta à autorização do órgão deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 2, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Estamos a falar de um processo, neste caso de um concurso para a aquisição de combustíveis que ultrapassa um ano, ou seja, para 2011 e 2012. A secção das compras, disse que este é um concurso, do ponto de vista administrativo, pesado e de ser uma necessidade permanente da Câmara Municipal, ou seja, o gasóleo é sempre necessário. O preço dos combustíveis varia, podem os Senhores Deputados dizerem “mas como é que vão fazer um concurso se o preço varia”, o concurso é feito com base no desconto, quem fornece o maior ou menor desconto em termos de pressupostos. A questão de termos optado pelos dois anos, foi também uma sugestão que nos foi apresentada pela secção de compras, tendo em conta também a agilização do procedimento, não coloca aqui nada em causa. Podem também dizer que de repente pode baixar o preço do gasóleo ou o preço da gasolina, mas o que está aqui em causa é o desconto, se baixar para nós fica seguramente mais barato. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez:** Classificação da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã – PPLRA. =

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência do trabalho desenvolvido para a delimitação e classificação da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã, nomeadamente do decurso do período de discussão pública despoletado pela deliberação I/77942/2010, apresenta-se a proposta final (I/105714/2010), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, para submissão de aprovação em Assembleia Municipal. Com este passo concluem-se os procedimentos legais para a criação desta figura de salvaguarda, defesa, requalificação e valorização do património natural, cultural e ambiental da área seleccionada como de intervenção municipal prioritária. Após a aprovação em Assembleia Municipal e publicação em Diário da República e publicitação nos termos da lei, deverão ser identificados os representantes dos órgãos identificados em regulamento para desempenho das respectivas competências.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar aqui também como uma medida importante para o futuro. Estamos a falar da criação da Paisagem Protegida do Rio Antuã, um projecto que geograficamente envolve, à semelhança de outros, mais do que uma freguesia: Macinhata da Seixa, Oliveira de Azeméis, Travanca e Ul e que tem uma área de 206 hectares. É preciso ter nota que estamos a falar de muita zona RAN, REN e do domínio hídrico, e estamos a falar também da importância que é termos esta paisagem protegida, que nos permita poder concorrer a fundos comunitários disponíveis para Municípios que tenham este tipo de paisagens protegidas. Estamos a falar do aviso geral, e esperemos que abra já no início de 2011, é na gestão activa dos espaços protegidos, onde há muitos recursos do QREN disponíveis só para determinadas áreas, ou zonas, ou parques, é que é possível ir a esta candidatura. Portanto, é estratégico por duas ordens de razões para o Município: por um lado, para condicionar estes 206 hectares junto ao Rio Antuã, para delimitar esta área, criar regulamentação própria para esta área e ao mesmo tempo criar condições para que o Município se possa candidatar à gestão activa de espaços protegidos e assim melhorar consideravelmente também esta zona. Estamos a falar, eu julgo que já dei essa explicação, que numa primeira fase estava incluído também uma zona de Pindelo, que depois fruto das obras da A32 ia haver aqui algum conflito relativamente a essa questão, por isso a freguesia de Pindelo ficará para findas as obras da A32, depois

podemos procurar encontrar aqui também outras soluções, até porque há zonas de Pindelo que são lindíssimas, que têm quedas de água extraordinárias, fantásticas, de difícil acessibilidade é verdade, mas de uma beleza extraordinária. Portanto, aquilo que nós estamos a falar agora é de Oliveira de Azeméis, basicamente do Parque de La-Salette, um bocadinho mais atrás, até ao Parque Temático Molinológico. Tínhamos de começar por algum lado, eu bem sei que o Rio Antuã não acaba ali, continua e, portanto, haverá seguramente também no futuro oportunidades de estender. Agora também quando apostamos nisto e quando os técnicos da Câmara Municipal se envolveram neste projecto entenderam que esta era a área adequada, ou seja, à volta dos 206 hectares para podermos apresentar e ser ela também reconhecida. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Rui Luzes Cabral. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

===== Boa tarde a todos. Espero que o Natal tenha sido bom para todos e que o ano 2011 seja cheio de saúde e também de alegria para todos. Quanto a este ponto só uma achega rápida e simples: agora o Senhor Presidente esclareceu um ponto que eu também vinha aqui falar e tem a ver com uma segunda fase que possa existir nesta área do Antuã, até porque a Junta de Freguesia de Loureiro tinha em sede de discussão pública enviado um texto para a Câmara Municipal em que referia isso. Aqui a questão é o seguinte: é que na nota justificativa do projecto de regulamento da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã diz que o Rio Antuã engloba um conjunto de elementos, até aí tudo bem, e que devido ao seu actual estado debilitado, fazendo-se notar principalmente pela poluição que abrange quase todo o seu perímetro e pela descaracterização contínua associada a uma fragilidade visual aparente, fruto de um crescimento económico acelerado e um planeamento territorial ecologicamente menos cuidado, ou menos cuidadoso, portanto que há uma intervenção de fundo a fazer para recuperar estas margens. E depois fala também do Parque Temático Molinológico. A questão que eu coloquei na altura à Câmara Municipal e que me foi respondida prontamente, é que para já não iriam pensar nisso, porque existiria ali o viaduto da EN224, que introduzia na paisagem um impacto visual, sonoro e paisagístico negativo, as escarpas eram também de difícil acesso, o que não me convenceu muito. Mas posto que vai haver uma segunda fase, eu espero que assim aconteça, porque aquela zona não é muita e daria se calhar um enquadramento diferente ao Parque Temático Molinológico. Não é um espaço muito grande e na altura o que eu vinha a propor era simplesmente que fosse aberto um caminho pedonal, que parte dele já existe junto à Ponte da Minhoteira, em direcção a Ul, portanto a abertura dessa zona pedonal que enriqueceria toda as margens do Antuã, até para conhecimento e até porque mais acima, como

vão começar as obras para a área de acolhimento empresarial, isso poderia ser também uma ligação e uma mais-valia para ligar tudo isso. Julgo que era importante a Câmara Municipal pensar, poderá não classificar de interesse paisagístico numa primeira fase, mas pelo menos abrir esse corredor pedonal que não é difícil. O parecer que enviaram à Junta de Freguesia diz que é difícil, mas não é difícil, mandem para lá uma máquina que a situação resolve-se e com todos os proprietários também, até porque o Senhor Presidente já aqui falou na questão do turismo que é importante e todos estamos de acordo com isso. Só para deixar mais uma nota em relação a isto das discussões públicas, se calhar não era má ideia para futuro as Juntas de Freguesias serem ouvidas antes das discussões públicas, ou seja, porque estão no mesmo patamar de toda a população, se calhar não era má ideia haver a execução do projecto da parte da Câmara Municipal, os pareceres técnicos e depois haver uma discussão “privada” entre a Câmara e as Juntas de Freguesias, este é um caso, o PDM é outro caso se calhar e então depois haver um período de discussão pública para as restantes pessoas, porque senão estamos a colocar no mesmo patamar as Juntas de Freguesia e a população geral, se bem que as Juntas de Freguesia representam a população em geral, mas todos sabemos que seria se calhar muito importante haver um estreitamento dessa discussão antes de ela ir para discussão pública. Era só, obrigado. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Deixe-me só, Senhor Presidente em exercício, dar aqui uma pequena explicação e aproveitar também para fazer um elogio, porque acho que é justo e merecido. O Senhor Presidente da Junta de Loureiro participou como outros Presidentes de Junta e particulares participaram, colocaram questões, tecnicamente foram-lhes dadas algumas explicações. É evidente que aqui a questão do viaduto que foi falado tem muito a ver com o viaduto de Pindelo, porque a zona onde eu estava a falar das quedas de água de Pindelo tem lá ao lado uma daquelas torres enormes, portanto o viaduto de Pindelo é maior do que o viaduto de Loureiro, pelo menos à vista desarmada parece-me que é maior. Dizer-lhe que isto não vai morrer aqui como é evidente, vamos obviamente continuar, porque nós queremos valorizar, isso está também no nosso desígnio estratégico, do Município, das orientações estratégicas do Município a valorização dos rios e a valorização dos rios tem muito a ver com a água e o saneamento que já discutimos, mas também tem muito a ver com a preservação e a classificação destes espaços, criarmos mecanismos de protecção para não permitir abusos. Como eu disse também há pouco, há também aqui o interesse e a oportunidade do QREN que é mais um ponto a acrescentar a todos os outros que estiveram na base da criação desta classificação. O elogio que eu queria

fazer, não é à Câmara, não é ao Executivo, mas aos técnicos da Câmara, aos funcionários, porque isto foi tudo feito internamente, ou seja, este é um trabalho muito apurado, muito técnico e por isso às vezes quando se pergunta “mas para quê contratar uma arquitecta paisagista, para quê contratar um geógrafo”, às vezes perguntam-se estas coisas e depois é nestes exemplos que nós podemos demonstrar que tecnicamente a Câmara Municipal está preparada para fazer documentos importantes, que se calhar outros Municípios mandam fazer fora. Eu julgo que aqui devemos valorizar e às vezes são tão injustamente criticados os funcionários municipais e até do estado, os funcionários públicos, e eu queria fazer este registo porque foi um esforço gigantesco, nomeadamente da arquitecta paisagista que acompanhou e também da engenheira do ambiente com a classificação das espécies, todo o trabalho que os Senhores Presidentes de Junta também acompanharam e nesta matéria mostraram também um grande interesse. Eu julgo que é hoje importante aprovarmos isto, mas não pararmos, não ficarmos por aqui, como eu disse o rio não acaba em Ul, nem começa no Parque de La-Salette, mesmo para Pindelo findas as obras da A32 temos que pensar também numa solução para valorizar todo esse espaço. O Senhor Presidente da Junta de Ossela já está ciumento, está-me aqui a dizer que passa lá o Rio Caima, eu sei que passa mas agora estamos a falar do Rio Antuã. =====

===== Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze:** Reconhecimento do Interesse Público Municipal do projecto de investimento – Parque de Saúde Dulcídio Alegria. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Município de Oliveira de Azeméis, consciente da dinâmica empresarial instalada, tem vindo a implementar e desenvolver um conjunto de actuações que visam a promoção socioeconómica do Concelho, nomeadamente no estímulo do espírito de iniciativa e de empreendimento e na promoção da potencialidade de investimento, através de uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações dos empresários locais, dos investidores e dos agentes económicos em geral; - no âmbito das suas atribuições compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento promover e apoiar o desenvolvimento de projectos de interesse municipal; Considerando ainda: - a informação técnica, a qual se dá aqui como transcrita ficando arquivada em pasta anexa ao livro de actas; propõe-se: - Reconhecer o projecto de investimento “Parque de Saúde Dulcídio Alegria” de Especial Interesse Público Municipal e remeter para a Assembleia Municipal, conforme disposto no artº64, nº6 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela redacção da Lei nº 5-A/2010, de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==*

===== *É o reconhecimento do interesse público municipal do Parque de Saúde Dulcídio Alegria, que está também na minha opinião bem justificado, estamos a falar de uma previsão de investimento numa primeira fase de € 700.000 (setecentos mil euros). Estamos a falar de um investimento na área da saúde, numa Unidade de Cuidados Continuados, que tem depois também aqui uma parceria com a Universidade de Aveiro, segundo nos foi dito pelo parceiro privado, estamos a falar de um investimento de uma parceria privada. E basicamente o que é que é pedido ao Município e à Assembleia Municipal? A exemplo de outros projectos que concorreram com este na candidatura, que julgo que já terá terminado, era até ao dia 15 de Dezembro que tinha que ser apresentado, os outros Municípios também reconheceram em cada Município o interesse municipal a este projecto, porque cria emprego, porque é importante na área da Saúde, porque recupera, neste caso até há recuperação de um edifício antigo que tem a ver com a zona da Fábrica de Papel do Caima, para se situarem isto fica a seguir ao Hotel Rural que está a ser construído, está já na sua fase final, é um investimento privado e a Unidade de Cuidados Continuados, a previsão de investimento por parte deste promotor é na Fábrica do Papel, onde era a casa da Fábrica do Papel e tinha lá umas oficinas, para quem conhece, para quem visitou é fácil identificar, no primeiro corte descemos, fica ali do lado direito. Basicamente estamos com esta indicação, com este reconhecimento, estamos a dar mais uns pontinhos à candidatura que em sede de avaliação por parte da Comissão de Coordenação da Região Norte espero que tenha valor, porque senão o fizéssemos imaginemos o que era esta candidatura ser preterida por outra que tinha reconhecido interesse municipal. Nesta fase, obviamente que se a candidatura for aprovada entramos noutra fase, na fase do projecto, na aprovação do projecto, no licenciamento e depois também o envolvimento próprio da Junta de Freguesia de Palmaz em todo este processo. Eu julgo que foi distribuída toda a documentação, quer da candidatura, quer do parecer que foi depois feito internamente na Câmara Municipal. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade reconhecer o projecto de investimento – Parque de Saúde Dulcídio Alegria de Interesse Público Municipal. =*

===== **Ponto doze:** *Proposta de alteração do lugar de estacionamento na Freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 09/03/2010, o requerente, Ambulâncias e Táxis Mais Vida, Lda., titular da licença de*

táxi n.º 37, veio solicitar através do E/8106/2010 a alteração do lugar de estacionamento na Freguesia de Pinheiro da Bemposta sugerindo os seguintes locais: junto à Estação dos Correios, sito na Rua Banda de Música ou junto ao Centro de Saúde, Farmácia e Banco, sito na Rua Abel da Silva Ribeiro. - De acordo com o Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros e Passageiros – Transporte em Táxi o contingente afecto à freguesia em causa é de duas viaturas. - Compulsada a base a nossa base de dados verificamos que foram atribuídas duas licenças de táxi, a n.º 37 cujo proprietário é a firma Ambulâncias e Táxis Mais Vida, Lda., regime de estacionamento fixo em Pinheiro da Bemposta, bem como a licença n.º 38 cujo proprietário é a firma Táxis Mário Silva Tavares, Lda., com regime de estacionamento fixo no Largo do Cruzeiro, freguesia de Pinheiro da Bemposta, tendo vindo apenas o titular da licença n.º 37, solicitar a alteração do respectivo lugar. - O n.º 2 do artigo 13.º do regulamento atrás mencionado salienta que “pode a Câmara Municipal, no uso das suas competências próprias em matéria de ordenação do trânsito, alterar, dentro da área para que os contingentes são fixados, os locais onde os veículos podem estacionar, quer no regime de estacionamento condicionado quer no regime de estacionamento fixo”. - Após a deslocação dos serviços da DPGU ao local e parecer a Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, o local mais indicado para a marcação do lugar de estacionamento para táxi é na Rua Abel da Silva Ribeiro, conforme despacho favorável do Sr. Vereador com competência na área do ordenamento do trânsito, nesse sentido. - O referido assunto trata-se de um averbamento da licença de táxi que está previsto no Regulamento de Taxas, no montante de 33.34€. - Pelo exposto, propõe-se que se submeta a presente proposta à Câmara Municipal para apreciação e deliberação da autorização da alteração de um lugar de estacionamento na Freguesia de Pinheiro da Bemposta à empresa Ambulâncias e Táxis Mais Vida, Lda., para a Rua Abel da Silva Ribeiro devendo ser cobrada a respectiva taxa de averbamento ao interessado.” =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Estamos a falar de alterarmos um lugar de estacionamento que nos foi solicitado pela empresa “Ambulâncias e Táxis Mais Vida, Lda.” para a Rua Abel da Silva Ribeiro e estamos também a aprovar que seja cobrada a respectiva taxa de averbamento, neste caso ao interessado. A Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta pronunciou-se e disse que o sítio mais adequado é no início da Rua Abel da Silva Ribeiro, do lado sul, junto ao outdoor aí instalado, próximo da sede da Junta de Freguesia. Obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto treze:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação final.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 15 de Julho último sobre a **proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Macieira de Sarnes** e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente proposta se submete a aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta Final de Classificação e Cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Macieira de Sarnes, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.”*

===== *O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* ==

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *Boa tarde a todos. Este ponto é idêntico a um ponto que já passou aqui, é a fase final de um procedimento de classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis. Já foi aprovado em sede de Assembleia Municipal um ponto idêntico e um procedimento idêntico relativamente à freguesia de Madail, neste caso seguiu-se o mesmo procedimento relativamente à freguesia de Macieira de Sarnes. Os documentos em anexo demonstram toda a fase do procedimento e penso que está em condições de ser aprovado.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação final.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 13 de Julho último sobre a **proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos de freguesia de Macinhata da Seixa** e decorrido o período de discussão*

pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente proposta se submete a aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta Final de Classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Macinhata da Seixa, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.”

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== Trata-se do mesmo procedimento, agora relativamente à freguesia de Macinhata da Seixa. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto quinze:** Empréstimo a curto prazo para o ano económico 2011 – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada uma proposta acompanhada dos elementos comprovativos das condições praticadas pelas diversas Instituições de Crédito, para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2011, no montante até € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Estamos a falar do empréstimo de curto prazo, que foi adjudicado ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria. Estamos a falar de um empréstimo de um milhão e meio de euros, foi a melhor proposta e deixem-me dizer-vos que atendendo à conjuntura me apreço ser uma boa proposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação do referido empréstimo. =====*

===== ***Ponto dezasseis:** Aprovação do mapa de pessoal para 2011. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 3 de Dezembro de 2010, foi publicado no DR, 2º Série, N.º234, Aviso n.º25220/2010, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Nuclear do Município de Oliveira de Azeméis, na sequência da aprovação em reunião de Câmara de 9 de Novembro de 2010 e sessão extraordinária de Assembleia Municipal de 19 de Novembro de 2010; - As necessidades previsionais de pessoal para 2011, manifestada pelos serviços/Secções/Divisões/Departamentos, em cumprimento do nº1 do art. 4º da Lei 12-A/08, de 28 de Fevereiro (alterada pela Declaração de Rectificação n.º 22- A/2008, de 24.04; Lei n.º64-A72008, de 31.12; Lei n.º3-B/2010, de 28.04; Lei n.º34/2010, de 02.09), adaptada à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/09, de 3 de Setembro (alterada pela Lei n.º3-B/2010, de 28 de Abril); - Que a LVCR veio estabelecer, entre outros, novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, entre os quais a anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta de orçamento (art.s 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 49º e 117º, nºs 7 e 8 da LVCR), conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09; - Que o mapa de pessoal compreende a totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as actividades previstas no Plano de Actividades, que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou actividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (art. 5º da LVCR, conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, Decreto-Lei n.º121/08, de 11 de Julho e art. 79º da Lei n.º 59/09, de 11 de Setembro); - Que as verbas relativas a despesas de pessoal, a inscrever no orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações e de acordo com deliberação específica para o efeito, poderão eventualmente prever verbas para fazer face a novos recrutamentos de pessoal, alteração de posicionamentos remuneratórios obrigatórios e gestionários e se for o caso, com a atribuição de prémios de desempenho, a atribuir aos trabalhadores, propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa, o qual fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2011; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para 2011, nos termos do art.s 4º e 5º da LVCR, conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, e art. 53º n.º2 alínea o) e art. 64º, nº 6 alínea a), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que posteriormente, se torne público, por*

afixação no órgão/serviço e inserção na página electrónica, em cumprimento do determinado no n.º3 do art. 5º da LVCR.” =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Esta também é uma obrigação legal, ou seja, a aprovação do Mapa de Pessoal, que todos os anos na última Assembleia Municipal se aprova o Mapa de Pessoal. O Mapa de Pessoal que basicamente traduz as necessidades previsionais dos postos de trabalho que são manifestadas pelos serviços para fazer face a diversas missões, atribuições, actividades, tarefas para o normal funcionamento e que tem a ver também com os desafios que o Município tem pela frente, quais são os seus objectivos estratégicos, e as secções e o pessoal, os responsáveis, vão dizendo quais são as suas necessidades. Dizer-vos que as necessidades que me foram apresentadas não são aquelas que vêm aqui hoje, estamos a falar de mais de quarenta unidades como aquelas que foram apresentadas e aquelas que aqui trazemos são no número de dezoito. Pode parecer um número grande, mas a previsão de saídas para o ano de 2011 estão no número catorze e, portanto, prevê-se aqui uma saída de catorze e uma entrada de dezoito, o saldo são quatro. Mas repito, porque isto é muito importante, porque no ano passado as notícias que saíram deu muita conversa, nomeadamente, muita gente a dirigir-se à Câmara porque iam criar postos de trabalho, etc.. Isto acontece já hoje nas empresas públicas, estamos a falar da criação de um Mapa de Pessoal que é uma previsão, porque se acontecer alguma coisa de extraordinário durante o ano 2011, nomeadamente naquilo que diz respeito aos recursos humanos, se não existir esta previsão, se não existir no Mapa de Pessoal estas questões não pode ser feita a abertura do procedimento concursal. Portanto, estamos aqui a criar no Mapa de Pessoal, a prever no Mapa de Pessoal a eventual necessidade ou possibilidade de abrir ou não, caso se justifique e obviamente muito bem justificado estes procedimentos concursais. Para além disto, há hoje outras regras e outras normas que têm a ver com o Orçamento de Estado para 2011, como sabem só em circunstâncias extraordinárias é que se aceita a entrada de pessoal na Administração Pública. Mas isso não nos livra de termos que fazer este Mapa de Pessoal e de aprovar este mapa para no caso de se manifestar absolutamente necessário e só mesmo no limite é que os procedimentos concursais serão abertos, com ainda uma outra situação: é a superior aprovação por parte do Ministério das Finanças, via das normas que estão constantes no Orçamento do Estado para 2011. Numa primeira fase, Senhor Presidente, eram estas as informações que eu queria dar, seguramente que irão fazer perguntas e depois teremos oportunidade de dar mais esclarecimentos se entenderem necessários. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ricardo Bastos, Dr. António Rosa e Dr. Miguel Portela. =====

===== *O Senhor António Griço, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS.* =====

===== *Já no ano passado eu falei sobre este assunto e farei sempre que necessário. No ano 2010 a Câmara Municipal já admitiu 11 funcionários, agora para o novo ano pretende-se aumentar o quadro de pessoal em 42 novas vagas, sendo que destes 42 lugares pretende abrir já concurso para 18 lugares. Nós achamos que a aposta em pessoal deve ser feita e reforçada nas Juntas de Freguesia. Nestes 18 lugares a concurso apenas um diz respeito a esta nossa preocupação, que é a afectação de forma equitativa de pessoal às Juntas de Freguesia. Assim sendo, constatamos que estas 18 entradas para já são superiores às saídas previstas para todo o 2011, que serão catorze funcionários. Este será o primeiro ano em que se verificará um aumento do quadro do pessoal da autarquia após alguns anos de redução e é algo que é contrário ao Plano de Saneamento Financeiro da Autarquia que prevê a manutenção da actual estrutura até final da vigência do Plano, ou seja, até 2020. Há aqui uma série de pessoas que vão ser admitidas, eu gostava só de perguntar para tentar perceber, qual é a necessidade da Câmara Municipal em licenciados em artes plásticas e escultura?* =====

===== *O Senhor António Griço, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *Naturalmente que não nos pronunciaremos sobre o conteúdo das propostas feitas, porque obviamente nenhum de nós conhecerá melhor que o Senhor Presidente e a respectiva Vereação as necessidades da autarquia e aquilo que são os projectos e as responsabilidades inerentes à formatação deste quadro de pessoal. Na sequência da intervenção do Ricardo Bastos, creio que há aqui uma descontextualização da informação e naturalmente aqui uma manipulação da informação, não digo que intencional obviamente, mas que o há, há, efectivamente e, portanto, importa corrigir aquilo que é a verdade. Efectivamente aquilo que vejo, mais do que a designação e a caracterização dos lugares que estão colocados à aprovação pela Câmara Municipal, é efectivamente aquilo que é o seu resultado em sede de Orçamento Municipal, que falaremos imediatamente a seguir, mas que naturalmente tenho que antecipar no que a isto diz respeito. É que o Orçamento Municipal da Câmara Municipal para 2011 prevê uma redução de custos com pessoal de 4,3% em relação ao Orçamento que foi apresentado há um ano atrás. Isto obviamente que altera completamente aquilo que o Ricardo Bastos dizia, obviamente que quantitativamente a Câmara Municipal poderia ter “n” funcionários novos desde que garantisse que a massa salarial se mantivesse. Eu diria mais e já agora é importante referi-lo, é que efectivamente a Câmara Municipal enquadra seguramente, é o que a Lei prevê e os técnicos dão corpo a isso, estas previsões de acréscimos no Orçamento e isto resulta numa redução previsível de 4,3% da massa salarial, dos custos com o pessoal. Mas podemos ir um pouco mais além até, é que o Plano de Saneamento Financeiro feito há três anos atrás previa*

que em 2011, reparem que isto é notável, que a massa salarial do Município se cifrasse em €11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil euros) e este orçamento prevê um valor de €10.873.000 (dez milhões oitocentos e setenta e três mil euros). Portanto, significa isto que não só há uma redução em relação ao previsto para este ano em curso como há ainda mais uma redução ou pelo menos uma racionalização dos recursos humanos superior àquela que estava obrigada no que diz respeito ao Plano de Saneamento Financeiro. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Em relação a este ponto vamos mudar a posição em relação ao ano passado, vamos aprovar o quadro de pessoal. Achamos que realmente há uma redução, vamos lembrar que há cortes salariais para quem ganha acima de € 1.500, esperemos que isso ajude, deve ajudar concerteza. Vemos este esforço de prever só mais quatro funcionários, cá estaremos daqui a um ano para avaliar se foi cumprido esse esforço e se realmente se conseguiu. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Só para fazer uma previsão, eu na minha intervenção inicial disse que no ano passado se podia ter criado alguma confusão, fruto das notícias que saíram relativamente a esta matéria. E obviamente que as pessoas não inventam, quando aqui se vem dizer que se vão admitir, não se vai admitir ninguém, só se vai admitir se for estritamente necessário, depois de cumprir todos os formalismos que a própria Lei nos impõe e estamos a falar do mapa previsional. Agora se dissermos que vamos admitir, obviamente que as notícias são “vamos admitir 42 pessoas” e estamos a criar falsas expectativas e não é verdade. Vejam aquilo que foi feito o ano passado e o que foi dito o ano passado, eu tenho aqui as actas se quiserem ler, o que é que foi dito e depois quais é que foram as admissões. Durante 2010 as únicas admissões que foram feitas na Câmara Municipal foram por procedimentos concursais abertos em 2009, ainda pelo Executivo anterior. É bom que fique claro. Este é um instrumento que a Lei nos obriga a ter, o Mapa de Pessoal e para se procederem aos ajustamentos devidamente justificados e devidamente ponderados tem que estar previsionalmente previstos no Mapa de Pessoal. Portanto, era só esta pequena correcção que eu queria fazer para evitar outro tipo de leituras, uma vez que, conforme já aqui foi dito e vamos já discutir o ponto seguinte e contas são contas, há claramente uma redução das despesas com pessoal, mas isso é no ponto a seguir e eu não queria estar a adiantar essa questão. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor – vinte e sete do PSD, dois do CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta; contra – dez do PS; abstenções - duas do PS. =====*

===== ***Ponto dezassete:** Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2011 – Aprovação. ==*

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Este Orçamento para 2011 é demonstrativo de um claro reforço da estratégia e das opções políticas tomadas por este Executivo para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013. E dizer-vos que não foi fácil a elaboração deste orçamento atendendo à conjuntura socioeconómica que está instalada e que não podemos ignorar. Temos também como é evidente e já foi aqui falado um Plano de Saneamento Financeiro no Município que nos cria regras adicionais para a elaboração de uma peça tão importante como é esta do Orçamento e do Plano, mas acima de tudo procuramos aproveitar os fundos comunitários, ou seja, não desperdiçar as oportunidades. Como sabem o QREN, aliás a exemplo de outros projectos que já passaram e de outros quadros, hoje chama-se QREN mas já se chamou QCA, Quadro Comunitário 1, 2, 3. Portugal, não será eternamente recebedor de Fundos Comunitários e, portanto, julgo que há que fazer um esforço suplementar no sentido de aproveitar e potenciar todas as obras do QREN. É vidente que estamos a falar de um Orçamento e é evidente que estamos a falar de limitações orçamentais ao investimento. Dizer-vos que as apostas e dividir isto em eixos: Um primeiro eixo que é a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida dos Oliveirenses, ou seja, já aqui falamos da ultrapassada que foi a fase do estudo e da estratégia de investimento, porque estiveram muitas coisas em cima da mesa relativamente a essa matéria, naquilo que diz respeito à cobertura de água e saneamento do nosso concelho. Podem e já sei que vão dizer que há um desinvestimento no saneamento e na água, obviamente que há no Orçamento, é evidente se a opção é a concessão a privados não vale a pena estar a inscrever, não vale a pena estar a duplicar. Agora há aqui ainda verbas, há aqui ainda obras que constam do Plano, porque algumas que ainda vão ser feitas este ano, algumas obras de saneamento vão ser feitas este ano pela Câmara Municipal, estamos a falar de ligações estratégicas e importantes em algumas freguesias e que serão também acompanhadas pelos interessados na concessão, mas acima de tudo para melhorar a rede de saneamento que temos hoje e, portanto, vai haver também investimento. Eu já me estou adiantar, porque já sei que vão dizer que baixa significativamente*

os valores, mas já estou também a dar a explicação para essa razão. Mas paralelamente a isto, também dizer-vos que na sequência do Plano Estratégico do Ambiente do Município e na defesa da valorização da nossa estrutura ecológica e também da qualidade ambiental, vamos executar durante o ano 2011 a Requalificação das Margens do Rio Caima, que abrangerá o ordenamento florestal, com vista não só à valorização e à potenciação do turismo, mas à redução do risco de incêndio, à despoluição das linhas de água e à criação de percursos ambientais, culturais e de lazer. Naquilo que diz respeito a investimentos em estruturas de referência na área da educação, conforme também já aqui foi dito, voltamos a apostar significativamente na educação. Obviamente que para os dados da educação, para os valores da educação, a surpresa era não utilizar os valores da educação. Eu pergunto: refeições escolares, não é educação? Transportes escolares, não é educação? Eu há pouco já ouvi aqui dizer que não era educação, então é o quê? Transportes escolares, refeições escolares, AEC's, não é educação? Fiquei espantado com essa visão relativamente à educação. É um orçamento próprio de Oliveira de Azeméis e em Oliveira de Azeméis isso não é educação para algumas pessoas. Mas dizer que vamos continuar a apostar na educação, naquilo que é a reabilitação e a requalificação do parque escolar existente. Já há pouco aqui falei do grande investimento que vai ser feito na Vila de S. Roque com a construção do Centro Escolar de S. Roque e não posso deixar também de fazer referência porque é claramente mais um compromisso cumprido e mais um objectivo estratégico alcançado, o início da construção do Parque do Cercal, do Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado, estamos a falar de um custo superior a cinco milhões de euros e isso também na nossa opinião são investimentos essenciais para o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. Naquilo que diz respeito ao investimento no ordenamento do território e na reabilitação rural e urbana, apostamos claramente na área de acolhimento empresarial de UI/Loureiro. Estamos falar de um custo de 14,5 milhões de euros e consideramos que esta área de acolhimento empresarial é estratégica para o crescimento e para o desenvolvimento do Município. Ainda hoje, seguramente que desconhecia que havia a Assembleia Municipal, o Vice-Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte nos escreveu um email muito simpático, dando nota dos progressos e do trabalho que foi feito em tempo recorde para a apresentação da candidatura e como eu também tive oportunidade de dizer há pouco, de um investimento estratégico na área do ambiente, que neste momento procura e já passou pelo menos pelo local, depois fez uma visita à Câmara e certamente no início de Janeiro o Senhor Presidente da Junta de Loureiro será contactado para ir connosco ao terreno para se perceber também as verdadeiras opções desse investidor internacional na área do ambiente, que quer ficar com significativos hectares da zona industrial de UI/Loureiro. Como sabem também este é um investimento estratégico, nós falamos muito nele, nós não queremos que nenhuma empresa saia de Oliveira de Azeméis por não ter condições para se poder instalar. Muitas vezes se falou politicamente dessa questão, que muitas empresas iam para concelhos vizinhos, eram desafiadas para concelhos vizinhos e, portanto, nós "não deixamos" que isso aconteça, ou não é por razões que venham da Câmara Municipal que essas empresas saiam de

Oliveira de Azeméis. Queremos obviamente continuar a criar riqueza, a criar condições para as empresas se instalarem e não é só na área de acolhimento de Ul/Loureiro, mas sim em todas as zonas industriais do Município de Oliveira de Azeméis. Para além disso há a questão, paralelo a isto também, da criação de infra-estruturas rodoviárias. Destaco a 4.ª fase e última da Via do Nordeste, ou seja, a ligação que falta fazer de Cesar a Fajões e também importante e estratégica que é a Via da Sudoeste, que estamos a falar quando a área de acolhimento empresarial da zona de Loureiro à Vila de Cucujães. Também na questão do Plano Director Municipal, vamos quere-lo logo concretizá-lo no início do ano. Dizer que esta era uma meta para 2010 que não foi cumprida, não por responsabilidade da Câmara Municipal que tem todo o trabalho feito e que tem insistentemente batido à porta de quem está em falta connosco, mas que temos o compromisso assumido que em Janeiro essas reuniões terão lugar. Paralelamente a isto temos a questão do projecto de regeneração urbana do centro de Oliveira de Azeméis. Estamos a falar da construção do novo mercado municipal, estamos a falar da reconversão do actual mercado municipal e estamos a falar do tão já falado hoje centro coordenador de transportes. Teremos também em 2011 a requalificação do Parque de La-Salette, ou seja, toda a parte, toda a carga burocrática está ultrapassada, todos já sabem o que é que vai ser feito no Parque de La-Salette, estamos a falar de um investimento que ultrapassa os cinco milhões de euros e será alavanca, este investimento no Parque de La-Salette, desta paisagem protegida do Rio Antuã que acabamos de fazer e destes 206 hectares de terreno que os queremos também disponibilizar para uma nova candidatura a fundos comunitários. Temos também o projecto, temos outros projectos como é evidente, faz parte também do nosso compromisso, está no nosso plano, tem a ver com o novo edifício dos Paços do Concelho, que já aqui hoje foi tão falado e tão desejado e que já percebi que vai ser agora insistentemente reclamado. É uma necessidade evidente, reconhecemos, mas não podemos fazer tudo num dia, mas é também uma das nossas opções. Continuamos e mantemos o compromisso das piscinas, neste caso concretamente os compromissos que foram assumidos para Cucujães e também para Cesar. Dizer que o processo de Cucujães está neste momento numa fase mais adiantada do que o processo de Cesar e também outros equipamentos desportivos, como sabem temos também um compromisso assumido com a questão da pista de atletismo e, portanto, é para manter esses compromissos. Naquilo que diz respeito às responsabilidades sociais, todos nós infelizmente somos confrontados com o aumento estrondoso do desemprego. Não estou aqui a acusar ninguém, a conjuntura leva a que o desemprego tenha infelizmente disparado. No Município de Oliveira de Azeméis temos valores abaixo da média nacional, acho que isso deve ser por nós salientado e deve ser valorizado e trabalharmos cada vez mais para que esse valor seja cada vez menor no nosso concelho, fruto dos investimentos dos nossos empresários mas para isso temos que lhes criar as zonas industriais que há pouco falava para que eles possam crescer e continuar a criar riqueza. Dizer-vos também que em termos de políticas sociais, elas já este ano foram prioritárias e terão que se manter prioritárias, ajudar aqueles que menos têm, ajudar os que mais precisam, criar um concelho onde não existam desigualdades, onde todos se sintam

devidamente incluídos e do ponto de vista da acção social julgo que este trabalho não é tanto para ser publicitado ou para ser anunciado, acho que é para ser feito para que as pessoas se sintam verdadeiramente integradas. Esse trabalho está a ser feito e na minha opinião muito bem feito, porque temos que ter a noção clara, isso já foi discutido na rede social e há aqui pessoas que fazem parte da rede social, que nós temos problemas de pobreza e de pobreza envergonhada, que vai aumentar no ano 2011 e temos que ser capazes de sermos os primeiros, os primeiros são os Senhores Presidentes de Junta mas depois é a Câmara Municipal, de dar resposta para que as pessoas não se sintam excluídas e discriminadas, porque se isso acontecer vamos ter também um outro problema que é o aumento da criminalidade, da marginalidade, da delinquência, da violência doméstica, nós não queremos a violência escolar e temos que ser capazes de prevenir e de criar condições para que isso aconteça. Do ponto de vista dos parceiros, os nossos parceiros principais, para além do QREN como é evidente já o disse, aliás a exemplo de muitos outros municípios por este País fora que vão apostar o seu investimento, canalizar o seu investimento para a participação do QREN, os nossos outros parceiros são as Juntas de Freguesia. São parceiros imprescindíveis, insubstituíveis e, portanto, continuaremos a trabalhar com as Juntas de Freguesia no sentido de forma imediata resolvermos os problemas de forma mais rápida, mais ágil, às vezes até com menos custos, resolver os problemas que afectam o dia-a-dia dos nossos munícipes. Naquilo que diz respeito às contas propriamente ditas, dizer-vos que este Orçamento aumenta relativamente ao ano 2010 e poderão vocês perguntar “então, no meio de tanta crise como é que o orçamento aumenta?”, “com a redução das transferências do Orçamento do estado como é que o orçamento aumenta?”, o Orçamento aumenta cerca de 2,25% e tem a ver com a questão da aposta nos fundos comunitários. Como sabem há aqui uma percentagem que é da Câmara Municipal, outra percentagem vem do QREN, e essas percentagens do QREN em algumas candidaturas apontam para os 80% e isso fez com que o nosso Orçamento tivesse um aumento de € 855.400 (oitocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos euros) e, portanto, como disse há pouco as receitas correntes diminuem cerca de seiscentos mil euros relativamente ao Orçamento de 2010. Dizer-vos também que a arrecadação previsional dos impostos para 2011, o IMT e a Derrama vai ficar muito aquém dos valores conseguidos em anos anteriores, não é um problema só de Oliveira de Azeméis, é do País e, portanto, a redução da arrecadação dos impostos também vai nos afectar no lado da receita. O IMI no Orçamento sofre aqui um aumento, uma pequena variação, mas deixem-me que vos diga, eu julgo que não é pela retoma da economia do mercado, na minha opinião, mas é pelo fim das isenções, finalizando as isenções vão aumentar as receitas também do IMI. Temos um aumento do Imposto Único de Circulação. Dizer-vos também que no capítulo das transferências de capital o Orçamento regista um crescimento de € 1.850.880 (um milhão oitocentos e cinquenta mil oitocentos e oitenta euros) e isto como disse há pouco tem a ver com as candidaturas ao QREN. Estamos a falar da candidatura do Gabinete de Atendimento ao Múncipe no Balcão Único; estamos a falar da Bibliomóvel, a Bibliomóvel foi aquela candidatura que foi aprovada de uma carrinha que vai andar, uma biblioteca

itinerante que funcionará aqui na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro; na recuperação e na refuncionalização também da Escola Soares de Basto em Palmaz, que foi uma candidatura que foi feita à ADRITEM, que teve sucesso e que também permite que aquela, faz parte da história, tenha início em 2011; a requalificação do Parque de La-Salette; o Centro Escolar de S. Roque e a instalação de reguladores de fluxo luminoso e a recuperação das margens do Caima. Do lado da despesa, para terminar, dizer-vos que realçamos o crescimento do investimento total a realizar, neste caso um milhão e meio de euros, comparando com o Orçamento do ano passado, com o Orçamento de 2010, com a área da educação, da reabilitação rural, urbana, da rede viária, contribuir com cerca de 8,3 milhões de euros no exercício de 2011. As despesas com o pessoal, comparativamente ao Orçamento de 2010, reduzem em cerca de 4,3%, portanto, considerada já a redução obrigatória e presente no Orçamento de Estado para 2011, naqueles que são os vencimentos superiores a € 1.500 ilíquidos mensais, respectivos encargos com a Segurança Social e seguros de acidente de trabalho e nas despesas de representação. Se nós tirarmos, eu julgo que era o Ricardo Bastos que estava a dizer, não te esqueças de descontar descontando, ou seja, subtraindo estas questões que acabei de dizer, estamos a falar de um redução real das despesas com o pessoal na ordem dos 3,3%, portanto 1% porque às vezes ao contrário do que parece não são assim tantos os funcionários da Câmara Municipal que ganham mais de € 1.500, às vezes as pessoas têm uma ideia errada. A redução que estamos a falar é a redução via Orçamento de Estado nas Despesas com o pessoal significa 1%, e, portanto a redução são 4,3% e a redução real são 3,3%. Depois dizer-vos também que a rubrica de aquisição de bens e serviços diminui cerca de 4,1%, aqui há uma redução em praticamente todas as despesas desta natureza, ou seja, estamos a falar desde a aquisição de combustíveis, lubrificantes, refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza, higiene, conforto, transporte, representação dos serviços, vigilância, segurança, todas elas têm uma redução. Dizer-vos também que vai haver aqui um aumento das despesas com juros e outros encargos, uma razão já foi apontada, a outra é o próprio mercado e, portanto, dizer-vos que também temos que ter isso em linha de conta neste exercício orçamental. Deixem-me também dar-vos outra nota, e peço desculpa porque me estou a alongar, vai haver obras no PPI, obras por administração directa que os Senhores vão dizer, porque sei que é recorrente dizerem e também têm razão para o dizer porque elas estão inscritas, que já estavam nos exercícios anteriores e que é feito o copy paste e que é feito essas coisas todas. E, portanto, eu aqui tenho que dar uma justificação técnica, porque eu também pedi aos técnicos da Câmara Municipal e aos recursos da Câmara “este ano tentem limpar tudo o que poderem limpar” já está melhor, mas ainda lá estão coisas que eu próprio também olho e vejo, só que tecnicamente há obras que têm que constar, ou porque não estão pagas, ou não está feito o relatório final. Portanto, há um conjunto de situações que os Senhores vão dizer, que é verdade não estão a inventar, mas são obras que constam no PPI e na Divisão de Obras por Administração Directa, que também lá estão e os Senhores dizem “mas está feito”, mas está lá, tenham paciência e isso levo com a culpa, mas a responsabilidade eu tenho que a aceitar porque os técnicos dizem que elas têm que constar e eu

confio no técnicos e, portanto, elas aí estão. A mesma coisa nas candidaturas, há candidaturas, há obras que estão feitas e que também constam. Porquê? Porque não estão pagas e se as vamos ter que as pagar, elas têm que estar no Orçamento. Portanto, Senhor Presidente, peço-lhe desculpa porque lhe roubei muito tempo e pela sua paciência, mas foi o Orçamento que nós conseguimos fazer atendendo às circunstâncias económicas, à conjuntura que estamos a viver, mas mesmo assim julgo que temos aqui um bom Orçamento que tem muito a ver com o dinamismo de um concelho pujante como é o concelho de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado.

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Fernando Pais Ferreira, Ilídio Barbosa, Dr. Miguel Portela e Dr. António Rosa. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Sobre o nosso ponto de vista, pensamos que este Orçamento é um Orçamento que tem várias falhas, falhas sobretudo de ideologia de gestão no que respeita aos aspectos que nós entendemos que são mais importantes para transformar este concelho num concelho pujante. O Partido Socialista não compreende que há aqui algumas obras que devem ser realizadas ou que deviam ser orçamentadas, por exprimirem no nosso ponto de vista um aspecto que o Município tem absoluta necessidade. E de facto nós não conseguimos ver determinadas obras contempladas e no nosso entendimento essas obras deveriam ter sido contempladas pelo menos na sua execução. Desde logo, é um Orçamento que não contempla para o corrente ano a criação do novo espaço para os estaleiros municipais, que permita a deslocalização das actuais instalações no menor curto espaço de tempo possível. A questão dos estaleiros municipais já foi aqui amplamente discutida na Assembleia, pensamos que é um assunto pertinente, é um assunto que merece uma reflexão de todos nós, no sentido de uma optimização dos recursos deste Município. Portanto, deveríamos, é desde logo o nosso primeiro ponto de divergência quanto ao presente Orçamento. Em segundo lugar, também apontamos aqui um erro de consideração, um erro de avaliação por parte deste Município no que respeita a uma ausência total da definição do local e início de construção dos novos Paços do Concelho. Eu acho que isso é importante até para resolver erros graves de gestão do passado, já que esse erro de gestão do passado consome rendas de mais de € 100.000,00/ano e que foi viabilizado pelo Presidente de Câmara actual, à data era Presidente da Assembleia Municipal, e de facto nós lamentamos que não tenha tido uma resposta urgente, séria e objectiva para a resolução deste problema que é uma situação que nos está a preocupar a todos. Quanto às verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, nós a exemplo do que já dizemos nos outros anos, entendemos que deveria haver uma reposição das verbas para as Juntas de Freguesia ao nível de investimentos para os valores praticados em 2005. Recorde-se que os Presidentes de Junta têm razões para se sentirem de alguma forma palpebrados nas verbas transferidas, porque foi exactamente em 2006 que se fez o tal corte dos

42,5% e a partir dessa altura até agora não foi repostos sequer esse nível de investimento, esse nível de transferência para as Juntas de Freguesia. Pensamos que o facto das transferências para o Orçamento do Município de Oliveira de Azeméis, o corte existente efectivamente de 8,6% não justificaria desde logo uma aproximação aos tais valores praticados em 2005. Há aqui muitos Presidentes de Junta que já sabem perfeitamente do que eu estou a falar, portanto, eu entendo que se deveria repor ao nível do investimento os valores praticados em 2005. Ainda sobre as Juntas de Freguesia, é um orçamento que do nosso ponto de vista não é muito claro, não queria adjectivar de outra forma, mas não é muito claro, porque ao celebrar protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, sem a respectiva dotação orçamental, ou seja, o Orçamento apenas prevê € 680.000 de transferências de capital, o que não chega para os protocolos de colaboração financeira de cerca de € 555.000 mais os € 640.000, mas esse é um ponto que eu vou falar à frente, há um ponto que é o ponto vinte e um, também dessa transferência de competências e também queria deixar esse repto aos Senhores Presidentes de Junta, porque de facto é uma questão que os deve preocupar e interessar. Uma situação que também não vem contemplada no Orçamento e no PPI/2011 é a infra-estruturação das Zonas Industriais, sobretudo a Zona Industrial S. Roque/ Nogueira do Cravo/Pindelo. Porquê? Porque existe um Plano de Urbanização, os Senhores Presidentes de Junta sabem, já aprovado e que tem como consequência se não for levado avante vir ao encontro de todos nós, que a saída das indústrias do nosso concelho, ou seja, o Município tem este plano aprovado no papel mas ao nível da implementação não surge nada, o que poderá surgir um êxodo, uma levandada de alguns industriais que poderiam perfeitamente investir no nosso concelho e não o fazem. Outro ponto que nós entendemos que também não está contemplado e que merecia alguma reflexão e contemplação é o reforço no investimento da requalificação da rede viária, em especial do troço da antiga Estrada Nacional 1, entre Cucujães e Travanca, tendo o PSD, segundo informações que tenho, deixado caducar no anterior QREN um protocolo com as Estradas de Portugal, o qual previa 1,5 milhões para a recuperação desta via. Também vemos que há uma criação que não existe, que não está contemplada, uma criação de um programa de atribuição de subsídios às colectividades, com critérios claros, objectivos e de conhecimento geral. Eu acho que esta situação de clarividência e de objectividade urge estar, ou seja, as colectividades por existirem devem saber ou devem ter alguma noção, ou um critério, no sentido de perceber aquilo que a Câmara Municipal lhes pode conceder ao nível do Orçamento. Uma outra questão, de entre várias mas também não me querendo alongar, passará também pela remodelação do Cine-Teatro Caracas, que penso que seria uma obra num espaço emblemático da nossa cidade e seria importante dotar o Cine-Teatro das condições necessárias quer para os artistas, quer para o público, quer dotando até de uma capacidade de recepção, de uma capacidade de receber as pessoas que vêm de fora. Sobre o PPI o Senhor Presidente quase que adivinhava a nossa intervenção. De facto no PPI de 2010 prevíamos para 2011 dezassete milhões e chegados a 2011 temos apenas nove milhões para o investimento, ou seja, os mapas previsionais do Município têm servido para de alguma forma, no nosso entendimento, empolar as expectativas

sem que isso se traduza num investimento real. Como consequência disso e de alguma forma já foi dada aqui uma explicação, a explicação técnica não nos importa muito, nós temos aqui que fazer uma explicação política, de gestão e objectiva. Este PPI é pobre e de fácil execução, porque a grande maioria das obras previstas para 2010 transitam para 2011, é feito quase um copy paste, é empurrar para a frente porque o Plano Plurianual é de facto de quatro anos e nós estamos a assistir a um empurrar para a frente para os outros anos. De facto há uma outra situação que também já foi objecto tal como a análise, ainda que superficial, por parte do Senhor Presidente, mas também numa análise ao Plano Plurianual de Investimentos constato um conjunto de obras que já se encontram executadas e que constam no documento como obras a realizar em 2011. Já ouvimos uma explicação disto, mas de qualquer maneira eu queria salientar aqui os casos da Rua do Cruzeiro em Oliveira de Azeméis, Rua Banda de Música em S. Tiago de Riba-Ul, entre muitas outras. Temos também aqui uma outra questão que é referente à questão do marketing, etc. Exactamente também como o Miguel Portela também referiu há bocado, pensamos que a empresa a quem o Município paga € 4.000/ mês encontrou nestes documentos apenas e só e porque pouco mais havia a elogiar, é o facto de o investimento aumentar 1,5 milhões de euros. Esta empresa de consultadoria entendeu que há um aumento de investimento em Oliveira de Azeméis. O PS entende que não havia necessidade de gastar dinheiro a fazer uma análise circunstanciada atendendo às conclusões que foram tiradas para chegar à conclusão, ou seja, não é o reflexo do aumento de 2,2 milhões de euros de receitas provenientes do QREN, o que significa que sem o aumento dos Fundos Comunitários o investimento reduzir-se-ia apenas a € 700.000. Nós entendemos que este orçamento não contemplando estas obras que são obras que nós entendemos absolutamente prioritárias e obras de urgência, não podemos considerar que este Orçamento reúna condições para que seja um bom orçamento e por isso vamos votar contra. Quanto à questão das receitas, nós também referimos, aliás o Senhor Presidente também já referiu, que as receitas diminuíram, há aqui uma outra situação da arrecadação dos impostos, que nós também compreendemos e também não tem rigorosamente nada a ver, mas também retemos que o aumento do Orçamento para este ano se funda quase, quase, só no apoio dos Fundos Comunitários, o que por si só é bem elucidativo quanto à formulação deste Orçamento. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ilídio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== Boa noite a todos. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011 do Município de Oliveira de Azeméis, como ferramenta importante das políticas orientadoras a implementar e num período de grande exigência e rigor das contas públicas, forçosamente tem que estabelecer prioridades para assegurar os melhores investimentos, sem obviamente comprometer o futuro. É um orçamento que está enquadrado no processo de consolidação orçamental e de saneamento financeiro, que obriga adoptar medidas de eficiência

*e eficácia que permitam assegurar o controlo da Execução Orçamento, não aumentando a dívida nem o endividamento. E por isso, gerir as contas de um Município desta dimensão com o rigor que se exige e num quadro conjuntural que em nada contribui para o desagravamento da situação, aliado aos cortes cegos que ultimamente tem vindo a ser efectuados pela Administração Central nas transferências da receita, não é certamente uma tarefa fácil e torna-se ainda mais difícil com as políticas introduzidas por este Governo em continuar a delegar cada vez mais competências para a alçada dos Municípios, sem que lhes sejam afectados os correspondentes meios financeiros, para além da pressão constante e cada vez mais apertada e exigente sobre acção dos Municípios em nome do cumprimento das metas orçamentais a que todos estão sujeitos “o combate ao famoso défice” mas do qual este Governo não tem dado bom exemplo. E neste contexto, permitam-me que vos diga que o executivo do Município de Oliveira de Azeméis elaborou um Orçamento rigoroso, concentrado não só nos compromissos e objectivos assumidos, mas também com as necessárias adaptações à realidade nacional, nomeadamente à conjuntura socioeconómica. Este Orçamento regista um aumento do seu valor total. Contudo deve-se destacar que este acréscimo de proveito é feito à custa de uma gestão criteriosa e racional da Despesa Corrente, libertando meios provenientes da Receita Corrente, para aplicar em Investimento de Capital (na ordem de € 1.474.000,00). Da análise efectuada aos Mapas Orçamentais, constata-se a previsão de um aumento global de 2,25%, + (€855.400,00) comparativamente ao Orçamento de 2010, que prevê arrecadar um valor de €37.950.000,00, muito embora a Receita Corrente tenha sofrido uma redução cerca de €600.000,00, sobretudo devido á diminuição das transferências para as autarquias locais previstas no Orçamento de Estado para o ano de 2011, mas que acaba por ser compensada com o aumento das Receitas de Capital em mais de 1,4 milhões de euros, oriundas de candidaturas a financiamentos externos já aprovados e que assumem praticamente a total responsabilidade deste aumento. A arrecadação previsional de Impostos Directos para 2011, designadamente o IMT e a Derrama, ficará muito aquém dos valores conseguidos em anos anteriores, essencialmente fruto do abrandamento das relações económicas. O IMI sofre uma pequena variação positiva face ao ano anterior no valor (+€58.400,00), que não é devida na nossa opinião a uma retoma da economia e do mercado do sector, mas sim a novas contribuições originadas pelo fim do prazo das isenções do imposto. O Imposto de Circulação cresce consideravelmente na proporção do aumento da carga fiscal para o sector automóvel (+€176.150,00). O Conjunto das Receitas Próprias Correntes da autarquia, rubricas 2, 4, 5, 7 e 8, que são calculadas na regra previsional que obriga a que não se ultrapasse a média aritmética simples da Receita efectivamente arrecadada nos últimos 24 meses, estando por isso vedada a sobre orçamentação da receita, regista apenas um pequeno aumento cerca de €72.000,00, face ao ano 2010. As transferências do Estado, registam uma diminuição considerável (-€603.810,00), sendo actualmente de €568.000,00 respeitantes às transferências do Orçamento de Estado para 2011, os seguintes valores: **FEF** - Função Equilíbrio Financeiro (- €350.900,00); **FSM** – Fundo Social Municipal (- €108.200,00); **Participação no IRS** (-*

€108.900,00). Prevê-se que as receitas resultantes da venda de bens de investimento possam acontecer durante o ano de 2011 e por facto o valor previsional mantém-se. O Capítulo das transferências de Capital regista um crescimento de +1.850.880,00€, devido às transferências previsionais relativas a financiamentos externos de projectos de investimento objecto de candidaturas ao QREN, e que são exemplo disso candidaturas ao GAM – Balcão Único; Bibliomóvel; Recuperação e refuncionalização da Escola Soares de Bastos em Palmaz; Requalificação do Parque da La Salette; Centro Escolar de S. Roque; Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso; Recuperação das Margens do Caima, entre outros. Também aqui as Transferências de Capital relativas ao **Fundo de Equilíbrio Financeiro** de Capital apresentam uma redução de - €233.900,00, face ao ano de 2010. O valor dos Passivos Financeiros fica no €1.500.000,00, uma vez que o empréstimo a contratar é de igual montante. Centrando a minha análise na componente da **Despesa**, realço o crescimento do investimento total a realizar em mais **1,5 milhões de euros** comparando-o com o Orçamento de 2010, com a Área da Educação, Reabilitação Rural e Urbana e a Rede Viária a contribuírem com cerca de 8,3 milhões de euros no exercício de 2011. **Despesas com o Pessoal** - Neste Orçamento há a destacar a redução nas Despesas com o Pessoal em cerca de 4,3%, comparativamente ao ano de 2010. **Aquisição de Bens e Serviços** - Mesmo considerando o aumento do IVA em dois pontos percentuais para 2011, a rubrica de Aquisição de Bens e Prestação de Serviços, diminui cerca de 4,1%. Aqui observamos uma redução praticamente em todas as despesas desta natureza, desde a aquisição de Combustíveis e Lubrificantes, passando pelas Refeições confeccionadas, material de Escritório, Limpeza Higiene e Conforto, Transportes, Representação dos Serviços, Publicidade, Vigilância e Segurança, Rendas e Alugueres e outras menos significativa. A maioria das rubricas que apresentam um crescimento relaciona-se com a aquisição de bens e prestação de serviços, como por exemplo a aquisição de Água, a Energia de iluminação pública e de espaços e serviços públicos, e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. **Juros e Outros Encargos** - A despesa com juros e outros encargos cresce significativamente (13,5%), admitindo-se uma possível subida das taxas de juro para o ano de 2011. **Transferências Correntes** - Pese embora o Orçamento de Estado para 2011, reduza consideravelmente as transferências para as autarquias locais, as participações correntes saem em 2011 reforçadas em quase €300.000,00, comparativamente ao ano de 2010, denotando a preocupação e o esforço da Câmara Municipal continuar a reforçar o apoio às Instituições do Concelho nestes tempos que são de particular dificuldade. Senhor Presidente, uma questão que pretendo colocar: A rubrica de Outras Despesas Correntes, apresenta um valor previsional superior ao ano de 2010 em €220.000,00. Gostaria que V. Ex.^a me desse uma explicação a que se deve este aumento. **Aquisição de Bens de Capital** - Relativamente ao Investimento a realizar em 2011, como já referi anteriormente, ele cresce em cerca de 1,5 milhões de euros face ao ano de 2010. Gostaria de destacar as principais iniciativas de Investimento para o ano de 2011: Beneficiação e Requalificação da Escola Soares de Basto em Palmaz, €229.620,00; Centro Escolar de S. Roque, €1.411.550,00; Parque do Cercal, €560.890,00; Área Acolhimento Empresarial

*UL/Loureiro, €550,000,00; Instalações de Reguladores de Fluxo Luminoso, € 339.300,00; Requalificação do Parque de La-Salette e Envolvente, €1.610.200,00; Percurso Ambiental e de Lazer de O de Azeméis, € 310.000,00; Recuperação das Margens do Caima, € 876.180,00; Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, €105.030,00; VCI – Troço da Rua Frei Caetano Brandão à Rua Soares de Basto, €241.350,00; Via do Nordeste 4.ª Fase – €102.530,00; Beneficiação da Rua Bento Landureza, € 155.420,00; Adaptação do Posto de Turismo de Oliveira de Azeméis, €95.400,00; Obras Executar por Administração Directa, €300.000,00. **Transferências de Capital** - Verificamos uma redução das transferências de Capital relativamente ao ano de 2010. Senhor Presidente, pela prática e sensibilidade que tem demonstrado em procurar um crescimento harmonioso para as 19 freguesias, estou certo que V. Ex.ª terá em mente para o ano de 2011 mecanismos que permitam reforçar esta rubrica como garante da execução dos Investimentos necessários ao desenvolvimento das freguesias. Termino, desejando a todos boas festas, muita saúde e paz, e um bom ano de 2011. Muito obrigado. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Hoje, ao contrário do que o CDS tem vindo a habituar este elenco, pela primeira vez não vamos comentar este Orçamento. O CDS está consciente da sua responsabilidade e tudo tem feito para que cumpra e ajude a autarquia a desenvolver as suas actividades e a crescer Oliveira de Azeméis. Quando o Senhor Presidente se queixa às vezes da imprensa, nem imagina o que custa a um Partido mais pequeno fazer passar a sua mensagem. Consulte-se os jornais e veja-se a distribuição das páginas, mas tudo bem. Não querendo fazer com isto um discurso do “calimero” como agora tanto se fala, a Câmara sente e de certeza não negará o empenho que eu próprio e o CDS temos feito para o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis e estamos sempre prontos, mesmo sem publicidade do que fazemos, a colaborar com a autarquia. Digo isto porque este ano para meu espanto o elenco camarário falhou de forma grave para com o CDS não cumprindo o Estatuto do Direito de Oposição. O Estatuto do Direito de Oposição materializa o direito da participação na vida pública das minorias, assegurando-lhes o direito de exercer uma oposição democrática. Um dos direitos da oposição é o de consulta prévia que consiste no que se refere às autarquias locais no direito das estruturas representativas dos Partidos Políticos serem ouvidos directamente e em prazo razoável em sede da proposta do Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal. A presente deliberação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara omitiu ou preteriu o dever de prestação de direito de consulta prévia aos seus titulares, violando então o exercício de direito da oposição democrática. Neste sentido e em conformidade com o exposto e atendendo ao dever de observância do princípio da legalidade, o Grupo Municipal do CDS/PP o mínimo que poderá fazer é votar contra a presente deliberação da Câmara Municipal, relativamente ao Orçamento e Plano de Actividades para 2011 como forma de protesto por não ter sido ouvido e lembro aos

Senhores Presidentes de Junta que isto se estende a eles também. O CDS está aqui para trabalhar com Oliveira de Azeméis e não está aqui para atrapalhar o trabalho de ninguém. Se às vezes estamos contra é porque estamos conscientes que é o melhor para Oliveira de Azeméis, provem-nos o contrário se for o caso. Muito obrigado. =====

===== Ausentou-se o Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, Senhores Vereadores, este orçamento com um crescimento de € 800.000,00 em relação a 2010, como já foi várias vezes referido, é no meu entender um orçamento particularmente exigente. Se no cômputo geral regista este aumento, no que respeita ao funcionamento da máquina do Município, ao cumprimento das suas responsabilidades no dia-a-dia ou à implementação de instrumentos de política económica e social, a Câmara Municipal vê os seus recursos disponíveis claramente diminuídos. Isto porque, e vou reafirmar porque entendo que é importante, anulando o efeito do crescimento das receitas de capital que resultam das candidaturas apresentadas pelo Município ao QREN e que já foram aprovadas e que resultam no valor de € 1.850.000,00, o Orçamento excluindo isto apresenta uma redução de aproximadamente de um milhão de euros, cerca de 2,5%, sendo que deste milhão de euros cerca de € 820.000,00 resultam dos cortes das transferências provenientes do Orçamento do Estado. Aqui eu reafirmo, resultam € 820.000,00 a menos nos cofres do Município por cortes nas transferências obrigatórias inscritas na Lei das Finanças Locais para o Município. Imagine-se, somando estes € 820.000,00 aos € 600.000,00 cortados no ano anterior, no âmbito de um outro PEC, resultando em cerca de um milhão e meio de euros cortados ao Município de Oliveira de Azeméis, aquilo que poderia ser feito. Senhor Presidente, este milhão e meio de euros representa três vezes aquilo que a Câmara Municipal transfere para as Juntas de Freguesia, portanto, quanto é que não daria para aumentar e concretizar a vontade que seguramente o Senhor Presidente tem reforçar esta participação que é facultativa, não é obrigatória. Isto significa que a Câmara Municipal disporá de menos recursos para fazer face às suas responsabilidades em áreas como a educação, o ambiente, o associativismo, o apoio às famílias ou o apoio social, que infelizmente espera-se que sejam necessários em necessidades ainda mais prementes no ano que se avizinha. Mas nem por isso se percebe nas palavras do Senhor Presidente, que são constantes nos documentos que nos apresenta, que receia o futuro. A confiança num concelho pujante, cito, cheia de vitalidade e dinamismo e com uma cultura ganhadora, são tónicos que conduzem a Câmara Municipal neste cenário que não é encarado pela Câmara Municipal e pelo Senhor Presidente como um cenário de dificuldade mas sim como um cenário de desafio. É importante reafirmar que muito mais do que as falhas que porventura existam haverá sempre

muitas falhas ainda que seja um orçamento imenso porque não se consegue fazer tudo aquilo que se pretende, mas importa sim realçar as grandes linhas de compromisso deste Executivo e que estão patentes neste Orçamento. Em primeiro lugar, a continuidade da consolidação desta dívida através da execução de orçamentos que são excedentários, a Câmara Municipal tem arrecadado muito mais do que aquilo que gasta, que exemplo seria interessante para o País. Em segundo lugar, um outro eixo, a determinação na cobertura das redes viárias de saneamento também já aqui faladas, sendo que já foram lançados sem retorno os dados para a concessão da construção e exploração por parte de parceiros privados, salvaguardando, tem tido o Senhor Presidente sempre este cuidado e é importante referi-lo, salvaguardando os superiores interesses dos Oliveirenses quanto à justiça e à equidade do nível de serviço e do preço a pagar pela sua prestação. Um terceiro eixo que me é particularmente querido, a valorização dos cursos de água como eixos estratégicos da qualidade de vida e da organização do território do nosso concelho e da nossa cidade em particular, bem como o projecto de requalificação do Parque de La-Salette. A este propósito não resisto a fazer uma referência de regozijo com o passo hoje dado com a aprovação da paisagem protegida local do Rio Antuã, que conferirá a prazo, entenda-se também e é importante que se perceba isto e que não se passe uma mensagem de descrédito, seguramente que isto não acontecerá amanhã, isto é um passo que leva tempo a concretizar-se, mas digo eu que este prazo que hoje foi dado conferirá a prazo à nossa cidade o raro privilégio de conquistar uma mancha verde para o usufruto dos oliveirenses, convertendo-se num braço que abraça a nossa cidade e que enquadrará um imenso parque urbano, único pelas suas características e extensão e qualidade ambiental e paisagística. Será sem dúvida muito mais do que a concretização do antigo anseio de muitos que aqui o referiram por diversas vezes neste mesmo local, o anseio de muitos de uma ligação do Parque de La-Salette à cidade. Este projecto no futuro permitirá assim que o próprio parque desça a encosta para abraçar a cidade, multiplicando-se por oito os trinta hectares que hoje são ocupados pelo Parque de La-Salette. Um quarto eixo, a educação, está presente com a qualificação da rede escolar, através da concretização de mais um Centro Escolar em S. Roque e com o início da construção do tão desejado Parque do Cercal, o Campus Universitário, que conferirá ao nosso concelho um pólo de excelência académica e de articulação com o mundo empresarial em áreas como a inovação, a competitividade e o empreendedorismo. E por falar em competitividade e empreendedorismo, um último eixo que está perfeitamente marcado neste Orçamento e que é destacado para 2011, que é o arranque da execução das infra-estruturas que dão lugar à área de acolhimento empresarial de Ul/Loureiro como há pouco foi aqui orgulhosamente referido também pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. Seria caso para dizer, Senhor Presidente, que é muito pouco orçamento para tanta ambição. Pois bem, tem sido assente nesta ambição e arrojo que Oliveira de Azeméis tem sustentadamente subido degraus na qualidade de vida e no desenvolvimento económico e social. Assim, confiamos que o ano 2011 não será excepção e que num, quadro de cumprimento escrupuloso dos compromissos de carácter financeiro e orçamental a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis continuará contra a corrente a fazer

crescer Oliveira de Azeméis e a reforçar o orgulho e a confiança de todos os Oliveirenses. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, depois destas excelentes intervenções de quem estudou os documentos, permita-me só que rapidamente faça meia dúzia de considerações, porque julgo que também as próprias intervenções foram explicativas daquele que era o sentido de voto e, portanto, por muita argumentação que aqui seja vertida ou traduzida em nada vai alterar o sentido predefinido em lógica meramente partidária. E, portanto, essa argumentação eu guardo-a também para outras alturas. Permita-me só agradecer o elogio que me foi dado pelo Senhor Dr. Fernando Ferreira, porque não é habitual. E o Dr. Fernando Ferreira fez um elogio que eu registo com agrado quando falou, dizendo que isto era quase um copy paste, que era igual ao do ano passado. Eu entendo isso como um elogio Dr. Fernando Ferreira, sabe porquê? Porque eu prezo muito a coerência e isto acontece nos Governos, o Senhor não vê todos os Governos, quando têm o Primeiro-Ministro, não mudam de programa nem de orçamento ano após anos, mantém essa coerência e esse registo. Evidentemente que nós aqui também mantemos e fico satisfeito do Senhor estar a reconhecer essa nossa coerência, ou seja, que mantemos a linha, mantemos o rumo. Ainda bem, agrada-me sinceramente essa sua postura de grande responsabilidade relativamente àquelas que são as orientações estratégicas do Município. Fique bem, Senhor Dr. Relativamente às questões que colocou, às concretas, deixe-me dar-lhe nota do seguinte: falou nos estaleiros municipais, pág. 4 do PPI, eles aqui estão “Construção/aquisição de novas oficinas e armazéns da Câmara Municipal” com verbas devidamente inscritas, dentro deste exercício previsional, que é o Plano Plurianual de Investimentos. Falou o Dr. Fernando Ferreira na Zona Industrial de S. Roque/ Nogueira do Cravo/ Pindelo, eu até pensei que ia falar no acto de coragem da Câmara Municipal ao enfrentar os pareceres negativos que vêm da CCDRN relativamente a essa matéria, aí é que eu depois quero ver o Dr. Fernando Ferreira a falar sobre isso, porque a CCDRN tem ali uma visão absolutamente, eu nem consigo adjectivar, deve ser por causa do vento, só há problemas para a zona de Oliveira de Azeméis, não há problemas para o concelho de S. João da Madeira. Coisa interessante e nós vamos ter que discutir isto aqui porque a CCDRN vai de certeza meter a Câmara em Tribunal e eu espero contar com a sua defesa porque nós estamos claramente a apostar nas zonas industriais, e também aqui pág. 3 do PPI aqui está “requalificação da zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo”. Falou também o Partido Socialista na questão das Juntas de Freguesia e numa outra que eu também não quero deixar passar em claro, a remodelação do Cine-Teatro Caracas, que também está na pág. 5 do PPI “remodelação do Cine-Teatro Caracas”, não vou agora estar aqui a descrever todas as acções porque elas estão aí e são do vosso conhecimento. Permita-me só dar uma explicação porque ela é importante relativamente

aos cortes, uma vez mais “sol na eira, chuva no nabal”. Ora bem, o Governo corta as transferências para as autarquias locais, ninguém tem dúvidas já, houve aí uma altura que ainda houve dúvidas. Nós este ano tivemos um corte de mais de meio milhão de euros, fruto do PEC 2 e temos agora outro corte nas transferências do Orçamento de Estado. Qual é que era a lógica, seguindo esta orientação macroeconómica do Eng.º José Sócrates e do Dr. Teixeira dos Santos? Era também cortar nas Juntas de Freguesia a mesma percentagem. O que é que nós fazemos? Não cortamos nada. Senhor Ramos, pergunte aos Senhores Presidentes de Junta se eles não estão a receber a tempo e horas. O Senhor está a dizer não paga, mas pergunte aos Senhores Presidentes de Junta se estão a receber, pergunte-lhes. É muito bonito falar, eu sei que custa um bocadinho ouvir, mas tenha lá paciência. As transferências de capital em 2010 para as Juntas de Freguesia foram de € 555.455,00, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia em 2011 são € 555.455,00, ou seja, o mesmo valor de 2010. Toda a gente se queixa, até os autarcas do PS quando estão a apresentar o Orçamento se queixam, então porque é que o Senhor se está a dar às dores. Os cortes não são virtuais, são reais, é dinheiro que não entra nos cofres da Câmara. Relativamente à questão das Juntas de Freguesia, é evidente que disse o Dr. Fernando Ferreira, onde é que está o dinheiro, ele consta no PPI para 2012, mas o Senhor Dr. sabe que há um outro mecanismo chamado “alterações orçamentais” que podem ser feitas a qualquer momento e que obras que estão protocoladas, que estão assinadas de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, são obviamente depois objecto destas mesmas alterações. E deixe-me dizer-lhe uma coisa relativamente às Juntas de Freguesia, porque esse discurso também começa a ficar gasto, é que em 2010 o Município de Oliveira de Azeméis apesar dos cortes financiou as juntas de Freguesia, e bem, em mais de dois milhões de euros, porque temos que contabilizar os primeiros protocolos de delegação de competências e não estou a falar neles porque os vamos aprovar a seguir, as transferências de capital no valor de €555.455,00 e também o pessoal que está afecto às Juntas de Freguesia, porque esse pessoal é pago pela Câmara Municipal e tem que ser também contabilizado Junta a Junta. E sobre essa matéria em 2011 vamos ter que fazer uma reformulação total dessa questão, porque há hoje Juntas de Freguesia que têm se calhar pessoas desadequadas para as necessidades que têm, há se calhar possibilidade de ajustar conforme sugeriu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, ajustar brigadas de funcionários a mais do que uma freguesia e há seguramente também hoje freguesias que não têm nenhum funcionário e não podem continuar a não ter funcionário. Isso em Janeiro de 2011, será discutido Junta a Junta, todas as Juntas de Freguesia, mediante as necessidades, estamos a fazer essa avaliação muito séria, muito objectiva para depois irmos ao encontro das necessidades, porque temos hoje funcionários que estão desadequados daquela que é a sua verdadeira função e se calhar até estão acomodados e, portanto, nós precisamos de alterar isso tudo para otimizar e agilizar e dar mais funcionários às Juntas de Freguesia, para lhes dar mais condições para o exercício das suas funções. É verdade, o Dr. Miguel Portela tem razão, não foi ouvido o CDS/PP, não foi ouvido o Partido Socialista, foram ouvidas todas as Juntas de Freguesia, o CDS/PP não tem Juntas de Freguesia.

Eu conheço o Estatuto da Oposição, reconheço aqui abertamente que não ouvi, assumo claramente essa falha. Lembrem-se que no ano passado se falou aqui que as Juntas de Freguesia não foram ouvidas, eu assumi aqui o compromisso de ouvir todas as Juntas de Freguesia e assim o fiz com muito prazer e seguramente que este lapso será corrigido. Agora posso-lhe garantir que aquelas que são as posições públicas assumidas pelo Partido Popular são respeitadas, são lidas, são analisadas e há-de reparar que muitas das suas preocupações enquanto dirigente do CDS/PP, enquanto responsável pela estrutura política, estão vertidas quer no PPI, quer no Orçamento, mas registo, é verdade, não vale a pena estar aqui a fugir à questão. Senhor Presidente obrigado e peço desculpa se me alonguei. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Presidente, não deixamos de ver os valores que estão inscritos quer na zona industrial de Nogueira do Cravo, quer nos estaleiros, achamos que para 2011 não está programado nada, só para 2012 e 2013 e achamos que os mesmos não reflectem uma atitude estruturante quanto à realização dos mesmos, sendo que as verbas que vemos ali inscritas são extremamente exíguas para as necessidades. Quando nós dizemos que não há um reflexo disso no orçamento e no PPI é de facto quanto à estruturalidade da coisa, ou seja, entendemos que devia haver uma visão da Câmara Municipal muito mais estruturante quanto a esta questão. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu agradeço essa sua rectificação, eu pelo menos percebi que eram obras que não estavam traduzidas nem no PPI, nem em local algum e por isso é que eu fiz questão de as ler. Dizer o seguinte: em termos orçamentais há aqui uma outra matéria que é muito importante quando nós definimos outras prioridades, quando nós estamos na Oposição, eu já estive na Oposição, e também apresentamos um conjunto significativo de propostas, de fazer isto e fazer aquilo, devíamos ser obrigados a dizer “olhe, o que eu não fazia era isto e aquilo”, ou seja, eu não fazia o Parque do Cercal, eu não fazia a área de acolhimento empresarial de Ul/Loureiro, eu não fazia isto e eu não fazia aquilo. Se assim fosse eu entendia, agora dizer eu fazia isto e mais isto, os recursos são escassos. Isto é um Orçamento e tem limites, tem regras e há que estabelecer prioridades e essas prioridades são estabelecidas por quem está no Executivo e por quem está sufragado pelos Eleitores. Nós estabelecemos outras prioridades e são essas que vão valer se for o Orçamento aprovado. =====

=====
Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os referidos documentos com a seguinte votação: a favor – vinte e sete do PSD e do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, contra – dez do PS e dois do CDS/PP, abstenções do Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque e do Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. A bancada do CDS/PP, apresentou a seguinte declaração de voto: “1.º- O direito de oposição democrática é uma concretização de todos os princípios e direitos fundamentais que entretencem o princípio nuclear da organização do poder político consagrada na Constituição Portuguesa: o princípio democrático. 2.º- No quadro da democracia representativa, o direito de oposição democrática, definido no n.º 2 do artigo 114.º da Constituição e no Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, materializa o direito de participação na vida pública das minorias, assegurando-lhes o direito a exercer uma oposição democrática. 3.º- Este direito das minorias consubstancia-se nos direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na lei, sendo a sua titularidade, no universo das autarquias locais, reconhecida aos partidos políticos e aos grupos de cidadãos eleitores representados nos órgãos deliberativos, que não estejam representados no correspondente órgão executivo, e aos partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores que estejam representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assumam responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas. 4.º- Um dos direitos de oposição é o de consulta prévia, que consiste, no que se refere às autarquias locais, no direito das estruturas representativas dos partidos políticos serem ouvidas, directamente e em prazo razoável, em sede da proposta do Orçamento e Planos de Actividade da Câmara Municipal. 5.º- É neste quadro de direito e garantias que a oposição conhece e poderá, esclarecidamente, pronunciar-se sobre as orientações políticas da Câmara Municipal e procurar influenciar a elaboração das respectivas propostas, de acordo com o seu entendimento programático e com a sua representação. 6.º- Em concretização, a Lei 169/99, de 18 de Setembro com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, estatui a obrigação dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias locais na observância e no cumprimento dos direitos de oposição. 7.º. A presente deliberação da proposta de Orçamento e Planos da Câmara omitiu ou preteriu o dever de prestação do direito de consulta prévia aos seus titulares, violando o exercício do direito de oposição democrática, estatuído no n.º 2 do art. 114.º da Constituição Portuguesa e no n.º 3 do art. 5.º da Lei 24/98, configurando-se, assim, uma preterição ou uma omissão de uma formalidade essencial, que, no âmbito da Teoria Geral do Acto Administrativo, constitui um vício de forma, sancionável, em sede de consequências jurídicas, pela anulabilidade, de acordo com o art. 135.º do Código do Procedimento Administrativo. Neste sentido, em conformidade com o exposto e atendendo ao dever de observância do princípio da legalidade, o Grupo Municipal do CDS-PP, vota contra a presente deliberação da Câmara Municipal relativa ao Orçamento e Planos de Actividade para o ano de 2011.” =====

===== **Ponto dezoito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Cultural e Etnográfica de S. Miguel de Azagães – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sociocultural, e de tempos livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º1 do art. 13º; artºs. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que a realização de projectos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e, consequentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos; - O teor do ofício enviado pela Associação Cultural e Etnográfica S. Miguel d’Azagães, propõe-se: A Aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Associação Cultural e Etnográfica S. Miguel d’Azagães, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem por objecto apoio financeiro no âmbito do X Festival de Folclore de Azagães e Festival Concelhio de 2010, no valor de € 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros), ao abrigo da alínea a) nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar de um apoio, que já aqui foi falado também numa intervenção durante esta Assembleia Municipal, na necessidade de definirmos regras claras, transparentes e objectivas naquele que é o apoio ao movimento associativo. Eu já tive a oportunidade de reunir com o Senhor Presidente da FAMOA também sobre essa matéria, para nós estabelecermos esses mesmos critérios de apoio ao movimento associativo. Queria só dar nota que estamos a falar de um apoio extraordinário. Este apoio extraordinário ao Rancho de Azagães, tem a ver com a organização do X Festival de Folclore de Azagães e Festival Concelhio de Folclore, ou seja, vieram ranchos internacionais que vieram ao festival, havendo despesas extras por parte do Rancho, que nos apresentaram a situação e nós entendemos que era pertinente aprovar este apoio extraordinário. Outro apoio extraordinário, que eu já posso dizer porque não é segredo, já o disse em reunião de Câmara que vamos propor e que terá depois que vir à Assembleia Municipal e que foge à lógica dos apoios e que terá também que ser extraordinário, porque é uma situação extraordinária, é um apoio ao Grupo Desportivo de S. Roque. O Grupo Desportivo de S. Roque é também uma situação extraordinária, teve que resolver um problema, uma herança terrível que está resolvida, ultrapassou esse problema nas finanças, na segurança* =====

social e nos credores e, portanto, é também um apoio extraordinário, não é um apoio ordinário, não é um apoio normal, porque é também uma situação absolutamente anormal. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Eu não estava para intervir neste ponto, mas uma vez que o Senhor Presidente falou nos apoios às colectividades, é mais uma curiosidade de saber como é que está o plano que aprovamos nesta Assembleia há alguns anos, para pagamento às associações. Há cerca de um ano coloquei a mesma questão, entretanto nunca mais tivemos notícias disso. Tendo algum trabalho feito nessa área, se nos pudesse facultar informação disso, nós agradecemos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Só dar nota de que as coisas estão a decorrer dentro da normalidade e que por vezes os incumprimentos que possam existir têm a ver com razões de ordem de tesouraria, mais nada. Nós também vamos alterar para 2011, já foi assumido em reunião de Câmara e que tem a ver com a validação dos justificativos das despesas apresentadas. Vamos criar um mecanismo mais ágil, que não seja tão burocrático, que não demore tanto tempo e que não levante dúvidas, para que as coisas decorram com normalidade. Nós esperamos durante o ano 2011 ter tudo estabilizado e termos também regras novas no funcionamento dessas matérias. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Cultural e Etnográfica de S. Miguel de Azagães. =====

*===== **Ponto dezanove:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Fundação La-Salette – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se: - A ratificação do meu Despacho de 10 de Dezembro corrente, relativamente ao pagamento do valor de € 15 300,00 (quinze mil e trezentos euros) à

Fundação La-Salette para fazer face a compromissos assumidos e despesas de actividades já ocorridas e em curso; - A aprovação da minuta de adenda ao Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A justificação para esta adenda já foi aqui mais do que justificada tendo em conta o processo que está neste momento em curso no Parque de La-Salette. Portanto, há um conjunto de despesas e de questões que ocorreram acima daquilo que estava inicialmente previsto tendo em conta o início das obras de requalificação do Parque de La-Salette e esta minuta tem um pouco a ver com isso, tem a ver com a transferência de mais € 15.300,00 para a Fundação La-Salette, para actividades directamente ligadas com a candidatura comunitária e com o funcionamento da própria Fundação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *É só para esclarecer, como já falamos no “Período de Antes da Ordem do Dia”, nós não vamos votar favoravelmente enquanto não derem uma justificação fundamentada esclarecedora. Como neste momento ainda sentimos que não é um acto legal, vamos apresentar uma declaração de voto.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Fundação La-Salette, com a seguinte votação: a favor – vinte e sete do PSD, doze do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra – dois do CDS/PP. O CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: “Nos termos do artigo 158º, nº.2, do Código Civil, as Fundações só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento que é feito pela Presidência do Conselho de Ministros. Conforme informação prestada nesta Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e pelo Presidente do Conselho de Administração da Fundação La-Salette, Dr. Ricardo Tavares, esta Fundação não obteve até hoje reconhecimento por parte da entidade competente. Assim, a Fundação La-Salette não possui personalidade jurídica, não podendo por isso ser titular de*

relações jurídicas. Neste sentido, em conformidade com o exposto e atendendo ao dever de observância do princípio da legalidade, o Grupo Municipal do CDS-PP, vota contra a presente deliberação da Câmara Municipal.” =====

===== **Ponto vinte:** Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo 2009/ 2010 a celebrar com as Associações/ Clubes Desportivos e com o Clube de Ténis de Azeméis – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, consignadas designadamente no artigo 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que o desenvolvimento de actividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projectos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como factor de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação activa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art. 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” propõe-se: 1- A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, em anexo, a celebrar com as Associações/Clubes constantes da listagem identificada como ANEXO I, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; 2 - A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Clube de Ténis de Azeméis para formação desportiva e para a execução de obras de beneficiação dos Courts de Ténis; 3 – Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de contratos de desenvolvimento desportivo, um dos quais com o Clube de Ténis de Oliveira de Azeméis, que tem a ver com um conjunto de obras que se fizeram no Clube de Ténis de Azeméis, parte delas suportadas pela Câmara Municipal e por este protocolo, nomeadamente tudo o que é arranjo exterior, pinturas de toda a parte exterior do Clube de Ténis de Azeméis. O Clube de Ténis de Azeméis assumiu a responsabilidade de requalificar o piso dos cortes de ténis, ou seja, assumiu aqui claramente uma fatia muito

superior a esta que nós assumimos. Tem a ver com a disponibilidade do Clube de Ténis de Azeméis em conjunto com a Câmara Municipal em criar condições para se poderem organizar grandes eventos e grandes torneios ligados à modalidade Ténis, que tem um historial enorme em Oliveira de Azeméis e já agora dizer que foi com bastante simpatia e agrado que vimos que no último Torneio de Ténis com alguma dimensão, pelo menos dimensão nacional, organizado pelo Clube de Ténis de Azeméis, o vencedor desse torneio foi um Tenista Oliveirense, neto de um ex-membro desta Assembleia Municipal, o Arqt.º Gaspar, que venceu a final ali com grande força e para grande satisfação de todos nós. Dizer-vos que paralelamente a isso há também o contrato de formação para o ténis, portanto aproveitamos para colocar no mesmo protocolo, a parte das obras tem um valor de € 23.705,00 e a parte da formação € 7.290,00. Relativamente aos contratos de formação desportiva, estamos a falar dos clubes e das diversas modalidades que estão a ser de aprovação e dar-vos nota que abrange várias modalidades, vai desde o atletismo ao futsal, ao futebol, ao xadrez, ao bilhar e ao ciclismo. O montante que está definido é de €25.410,00 e, portanto, esse montante tem a ver com as verbas destinadas à formação por parte das associações e que a Câmara Municipal vai cumprir. Também assumimos o compromisso de fazer estes protocolos e de fazer estas transferências para o movimento associativo mais cedo. E mais cedo porquê? Muitas vezes estas verbas são muito importantes para a inscrição dos atletas nas diversas modalidades. Este processo demorou um pouco mais, por duas ordens de razões; uma, porque esperamos a certificação das associações distritais de cada modalidade; e, uma segunda, porque na primeira ronda nem todos os clubes responderam e nós sabíamos que havia situações de clubes que tinham este processo pendente, reconhecemos às vezes as dificuldades do movimento associativo nesta matéria e, portanto, demos uma segunda oportunidade. Depois de confirmados pelas associações respectivas é levado a reunião de Câmara, o que foi feito, aprovado em Assembleia Municipal e depois para pagar como é evidente porque já está em dívida. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo 2009/ 2010 com as Associações/ Clubes Desportivos e com o Clube de Ténis de Azeméis. =====

*===== **Ponto vinte e um:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com as Freguesias do Concelho, para execução de obras – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das

populações; - *Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas; - A autorização genérica de realização de investimentos pelas Freguesias nos arruamentos das suas áreas de jurisdição (I/69843/2010), aprovada em reunião de Câmara de 27 de Julho de 2010, e sessão da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010, propõe-se: A aprovação da minuta de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar com as Freguesias do Município, bem como aprovação dos dados e valores constantes na listagem identificada como Anexo I, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. Remeta-se à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta matéria já foi discutida noutros pontos da Ordem de Trabalhos, estamos a falar da assinatura destes protocolos, que são protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia para um conjunto significativo de obras. Todos estes protocolos foram conversados com as respectivas Juntas de Freguesia e, portanto, foi também feito um esforço adicional, mas eu acho que é um esforço positivo por parte do Município para afectar estas verbas a estas delegações de competências para as Juntas de Freguesia. Quanto à questão que já há pouco aqui foi aflorada relativamente ao enquadramento destas verbas, dizer-vos que elas constam no PPI e constam no PPI para 2012, mas como eu há pouco já disse à medida das necessidades são feitas as respectivas alterações orçamentais para permitir este enquadramento para as respectivas Juntas de Freguesia. Deixem-me aproveitar este momento para enaltecer a forma extraordinária, todos sem excepção, todos os Presidentes de Junta tiveram durante o ano 2010 uma colaboração extraordinária com a Câmara Municipal, que eu tenho a honra de presidir. Como disse, todos sem excepção, acho que nenhum, estou muito satisfeito porque são todos Presidentes de Junta empreendedores, obviamente que querem sempre mais e nós queremos também lhes dar sempre mais condições para o exercício da sua nova função, mas tenho que realçar aqui a postura positiva de todos sem excepção. Todos exigentes, todos a quererem cada vez mais, todos a solicitarem mais apoio, que às vezes não são recursos financeiros, estamos a falar de outros tipos de apoios que lhes permite resolver os problemas na hora. E todos eles também com uma perspectiva positiva naquele que deve ser o relacionamento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, apresentando inclusive propostas escritas, propostas concretas sobre a relação entre a Câmara e a Junta de Freguesia. O objectivo, qual é? Melhorar essa relação. Estes protocolos foram o último esforço feito ainda em 2010 para fazer face a um conjunto de necessidades urgentes que se sentiam nas dezanove freguesias do*

nosso concelho. Mas acima de tudo, acima dos protocolos tenho que registar a postura extraordinária de todos os dezanove Presidentes de Junta, porque sem a colaboração deles o exercício de 2010 teria sido muito mais difícil e se essa colaboração se desvirtuar ou alterar, seguramente quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia terão mais dificuldades, mas vamos fazer tudo para evitar que essa situação aconteça. Obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ramiro Rosa, Dr. Fernando Pais Ferreira, Bernardo Amaro Simões e Rui Luzes Cabral. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite a todos. É com algum agrado que eu venho a este púlpito subscrever o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de dizer agora, eu estou a falar por mim, não estou a falar pelos meus colegas. Quem não se lembra aqui nesta Assembleia de falarmos na Rua do Cruzeiro, no gaveto da Rua Dr. Salvador Machado, da Rua Boaventura de Sousa, no talude da Rua Dr. José Castro e Lemos, mais propriamente a rua que liga as traseiras do Horto do Paço Velho e a Ponte do Viso, em Vilar. Estas são obras realizadas pela Junta, mas com o respectivo protocolo com a Câmara Municipal. Isto foi feito praticamente numa pequena reunião à mesa do Senhor Presidente da Câmara, em que falamos um pouco e ainda há três meses se falava da vergonha que era aquele recanto da entrada da Rua Dr. Salvador Machado. Está pronto, faltam apenas alguns retoques. Há uma coisa que a mim me entristece de uma forma terrível que é o facto de o empreiteiro ter acabado a obra, há oito dias foram plantadas lá três oliveiras e feito um arranjo de volta das mesmas com umas flores, está lá agora uma ou estava quando eu vim para cá. Por isso é que eu digo que há muitos oliveirenses que não merecem o esforço da Câmara e da Junta. Sinto-me satisfeito, mesmo em relação a algumas chefias, acho que o Senhor Presidente está a fazer um esforço para que os Presidentes de Junta sejam vistos de uma outra forma, porque nós somos colaboradores da Câmara e o pessoal que trabalha na Câmara também deve ser colaborador das Juntas de Freguesia e no passado não era assim tão bem. O meu telemóvel está ao dispor de quem quer que vá à Junta ou vá onde for, tem a autorização para contactar comigo quando quiser, as ordens que as funcionárias têm são essas, aliás eu muitas vezes falo telefonicamente com as pessoas e não estou perto da Junta. Dito isto, eu aproveitava para desejar a todos a continuação de umas boas festas. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== *Eu vou tentar não me repetir relativamente a uma intervenção anterior. Eu penso que nós estamos aqui a tratar diversos protocolos, que tratam exactamente da delegação de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Em primeiro lugar, eu entendo que estes protocolos são normais, são legais, estas transferências de competências também são importantes. O que nós entendemos e o que está em causa nesta delegação de competências é que de facto os Senhores Presidentes de Junta negociem a obra, planifiquem-na e paguem-na. O que nós verificamos aqui é que a maior parte das obras, em Oliveira de Azeméis algumas, já se encontram feitas, ou seja, os Senhores Presidentes de Junta recebem um protocolo, vão assinar um protocolo de uma obra relativamente à qual não tomaram qualquer negociação. Não é assim? Não há nenhuma obra nesta situação? Portanto, as obras que aqui estão incluídas são obras que os Senhores vão negociar o valor? Todas elas? É isso? Pronto. Não há nenhuma excepção? Não há nenhuma obra que aqui conste que esteja concluída ou em fase de conclusão? O que nós achamos aqui é que de facto, falando em fortuna e azar como há bocado, o que nós achamos é que há aqui uma diferença de verbas relativamente a estes protocolos. Alguns Presidentes de Junta recebem menos e outros recebem mais e o que de facto nós achamos que devia haver, Senhor Presidente, era um critério objectivo, claro, conciso, coerente, sustentando em determinados factores objectivos que permitisse que de facto as transferências para as Juntas de Freguesia fosse uma coisa mais ou menos clara e que não houvesse grande divergência de valores relativamente a algumas Juntas do que a outras Juntas. Era só isso. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

===== *Quando há bocadinho levantei a questão e quando congratulei os colegas Presidentes de Junta pelas obras que conseguiram, concerteza com o seu trabalho, eu estava à espera da resposta do Senhor Presidente. Eu também estou satisfeito com a construção do Centro Escolar em S. Roque. Eu até agora só pedi o Centro Escolar, é óbvio, mas não era só pedir porque isto nem sequer dependia de mim, e peço saneamento. Eu não tenho pedido mais nada. Estou muito preocupado com o saneamento. Isto é só para dizer que eu estava à espera da resposta, agora o tom com que foi dada eu não estava à espera, Senhor Presidente. De resto, vou votar a favor deste ponto, porque foi o protocolo que nós negociamos com o Senhor Presidente da Câmara, reconheço que é um protocolo dos pequenos. O que se vai fazer nas freguesias não depende só dos protocolos, há outras obras que realmente se podem fazer e estou à espera que haja uma compensação nesse sentido, porque se fosse só pelo protocolo eu sentir-me-ia muito triste porque há protocolos que são maximalistas e outros que são minimalistas e acho que nós devemos de ser todos tratados de igual, mas há outras formas de compensar e eu espero que essa forma de compensar também possa ser posta em prática. Obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Eu também não era para intervir, mas já agora um esclarecimento. Obviamente que os Senhores Presidentes de Junta, ou a maior parte deles votarão a favor destes protocolos, porque não tem grande lógica negociar uma coisa e depois votar contra essa mesma coisa. Agora, isso não é do conhecimento da Assembleia Municipal, mas também pode ser se o Executivo Camarário assim o entender ou se alguém o pedir, eu também já o enviei a alguns colegas, pelo menos os Vereadores têm esse documento na sua posse, de algumas indicações daquilo que eu considero serem importantes no relacionamento das Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal. Ainda agora dizia aqui na minha bancada que mais importante do que aprovar o Orçamento, obviamente que é importante, mas eu preocupo-me sempre mais com a Conta de Gerência que é depois aprovada em Abril, aí é que depois se vê o que realmente é que foi feito e o que é que foi cumprido. Obviamente que os protocolos são muito bons para as Juntas de Freguesia, mas também digo uma coisa, já disse isto aqui numa Assembleia Municipal, podem achar que eu estou a ser parvo ou que eu não estou a ser sincero, eu olho para minha freguesia mas também olho muito para o concelho e digo com sinceridade que não gostaria de ver Loureiro a receber protocolos gigantescos e outras freguesias ao lado a receberem coisas pequenas. Assim como já tive oportunidade de dizer ao meu amigo Carlos Silva de S. Tiago de Riba-Ul, que ele já deveria ter funcionários da Câmara na Junta de Freguesia dele. Era só esse esclarecimento, obrigado.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração dos referidos protocolos de delegação de competências, com a seguinte votação: a favor – vinte e sete do PSD, um do CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque e Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro; abstenções – dez do PS.* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Revogação de protocolos de delegação de competências celebrados com as Freguesias de Carregosa, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo e Travanca – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foram celebrados Protocolos de delegação de competências com as freguesias de Carregosa, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo e Travanca para execução de obras; - Que nos termos da clausula Segunda, ponto II. ”Compete por sua vez, à Segunda Outorgante: a) ...; b) ...; c) Elaborar os documentos de despesa, calendarização e programa de execução e remeter fotocópia dos mesmos ao Primeiro Outorgante.” Considerando ainda a deliberação tomada em 13 de Janeiro de 2009 relativamente à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis; -Que não*

foram apresentados justificativos de despesas, não se encontrando reunidas as condições necessárias à sua validação; Propõe-se que a Câmara Municipal delibere: - Revogar os protocolos celebrados com as freguesias referidas e constantes da lista, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Revogar a deliberação de 13 de Janeiro de 2009 de atribuição de subsídio às obras de remodelação do Auditório da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. - Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art. 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Na sequência da explanação que eu fiz no ponto anterior, isto tem a ver com a reunião que tivemos Junta a Junta e da necessidade que tivemos de revogar estes protocolos e colocar os compromissos em sede de PPI, porque havia dificuldade de execução em 2010, dificuldade e impossibilidade. E, portanto, fazemos esta alteração que teve a anuência e a concordância dos Senhores Presidentes de Junta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade revogar os protocolos de delegação de competências celebrados com as Freguesias de Carregosa, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo e Travanca. =====

*===== **Ponto vinte e três:** Contrato de gestão e ratificação do Acto de Negociação Prévia de 14 de Dezembro de 2010 com a GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a) Que a GEDAZ - Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM tem por objecto a gestão de equipamentos desportivos, actividades, programas desportivos e sócio-recreativos; b) Os instrumentos de gestão previsional e planos de actividades remetidos pela mesma; c) Que nos termos do n.º3 da cláusula terceira do Contrato de Gestão, celebrado em 19 de Novembro de 2009: “Os montantes estabelecidos no número um, poderão ser ajustados anualmente, em função do que se vier a apurar e a demonstrar de forma justificada, para a eventual e efectiva cobertura de todos os custos de exploração”; d) Que por força de imperativos inerentes ao serviço público desenvolvido pela GEDAZ e por expressa indicação da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e havendo lugar à prossecução de objectivos ou investimentos de natureza político-social de que resulte um afastamento dos princípios da equilibrada gestão empresarial,

deverão ser acordadas entre a GEDAZ e a Câmara Municipal as contrapartidas destinadas a reequilibrar a equação económica, que existiria se não houvesse lugar aos referidos investimentos (art. 17.º n.º 3 dos Estatutos); e) Que pelo n.º4 do art.º 20 da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro “O desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais depende de negociação prévia com os accionistas de direito público dos termos que regulam as transferências financeiras necessárias ao financiamento anual da actividade de interesse geral, que constam do contrato de gestão”, propõe-se: - A aprovação da minuta de Contrato de Gestão, a celebrar com a GEDAZ documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, nos termos do n.º2 do art.º 9º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro; - A ratificação do Acto de negociação prévia celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a GEDAZ, em 14 de Dezembro de 2010, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Que se remeta Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) do nº 2 do art.º 53º e alínea a) do n.º6 do art.º 64º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Tendo nós a presença do Senhor vereador que tem esta responsabilidade, se o Senhor Presidente autorizasse eu pedia ao Dr. Pedro Marques para dar as explicações. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra no Senhor Vereador Dr. Pedro Marques. =====

===== Muito boa tarde. De forma muito breve, entre a Câmara Municipal com base na Lei do Sector Empresarial Local, é necessário haver um acordo de negociação prévia no valor a transferir por cada previsto nesse próprio contrato de gestão. Neste segundo ano de contrato de gestão e de acordo com as negociações entre a GEDAZ e a Câmara Municipal, ficamos muito aquém do valor definido no próprio contrato de gestão assinado em 2009, que se previa €585.000 mais ou menos e, portanto, nós entendemos considerando todo o plano de eventos e plano de actividades e considerando o custo social dessas actividades que o valor a transferir seria apenas de € 306.906,00. É uma performance, no fundo uma exigência, um requisito legal entre a colaboração, entre a empresa municipal detida a 100% do capital social por parte da Câmara Municipal e, portanto, é um valor que nós prevemos como viável, como possível, como necessário para viabilizar a empresa municipal. Reparem que estamos no segundo ano de actividade da empresa municipal, é um ano que ainda requer alguns cuidados no que diz respeito ao investimento, estamos a falar também de uma aposta muito forte nos eventos, vamos ter grandes eventos desportivos para o ano 2011 e estamos aqui a prever também estas duas

vertentes, quer o investimento, quer os eventos. No fundo este contrato, este acordo de negociação prevê também para além destes factores o custo social desses próprios eventos e da participação da empresa municipal nos eventos de desporto por parte da Câmara Municipal. Há uma transferência das competências, há uma transferência das obrigações e, portanto, o custo social que a Câmara Municipal assume tem que estar aqui também previsto e é isto que aqui está. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Algumas questões sobre a gestão deste tipo de equipamentos e património. De facto, a GEDAZ foi criada como empresa municipal mais ou menos na altura e que as piscinas começaram a ficar prontas e em que se teve que começar a pensar como gerir um equipamento daqueles. Mas a GEDAZ é muito mais do que as piscinas municipais, naturalmente. Se fosse só as piscinas, à semelhança do que se fez com o Parque Molinológico, entregava-se à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis por exemplo e eles faziam a gestão daquilo. Mas por se entender exactamente que o desporto em Oliveira de Azeméis é muito mais do que aquele equipamento, que é muito importante, criou-se este tipo de empresa. Esta empresa gere, entre outras coisas ou tem à sua responsabilidade os polidesportivos que nós temos por todo o concelho. E nessa área o que nós vislumbramos é muito pouco, de facto aquela obra é importantíssima mas parece absorver quase todo o tempo da GEDAZ. Este tipo de equipamentos tem custos e obviamente também se pensa que tem que ser a participação das pessoas a custear tudo, há aqui uma parte com que o Município se compromete. Sabemos que há um custo mais ou menos de quinhentos mil euros, sabemos que o Município já em sede de orçamento se compromete com trezentos mil euros e esperando que as próprias receitas consigam repor estes duzentos mil que faltam. A questão é quando pensamos em fazer outras piscinas no nosso concelho, por exemplo em Cucujães e em Cesar, ou uma pista de atletismo que naturalmente poderá estar no âmbito desta empresa, tudo isto são questões que nós devemos colocar sempre. Obviamente que não vamos votar contra isto, não é essa a questão, mas pensarmos sempre, quando pensamos nessas questões, na sustentabilidade deste tipo de equipamentos e na forma como entendemos que deve ser a gestão. Obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: vinte e sete do PSD, dois do CDS/PP, um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções – doze do PS. =====

=====**Ponto vinte e quatro:** *Isenção total de taxas, preços e outras receitas municipais à Empresa Municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM” – Aprovação.* =====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a ”GEDAZ - Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM” tem por objecto a gestão de equipamentos desportivos, actividades, programas desportivos e sócio-recreativos; - O pedido de isenção total de taxas, preços, e outras receitas municipais previstas no “Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis”, apresentado pela GEDAZ; - O previsto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 12.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro; - Que o “Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis”, prevê no seu art.º 6º a possibilidade de concessão da isenção total de taxas, preços e outras receitas municipais; - O interesse público e municipal que representa as actividades e fins da GEDAZ, bem como o facto de o seu capital ser integralmente subscrito pelo Município, propõe-se: - A concessão da isenção total de taxas, preços e outras receitas municipais, à Empresa Municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM ”, pelo período de 5 anos; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado no art.º art.º6º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis e alínea e) do nº 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com os nºs 2 e 3 do art.º 12.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro.”* =====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra no Senhor Vereador Dr. Pedro Marques.* =====

=====*De certo que esta vai ser a minha última intervenção aqui, assim aproveito para desejar a todos, permitam-me que vos trate assim, os amigos aqui presentes um excelente 2011 que se espera com muita dificuldade, mas que se calhar com algum espírito de união os Portugueses poderão superar estes anos difíceis. Relativamente a esta matéria, a empresa municipal é recente e esta é uma situação que se calhar não se previu, mas a verdade é que há muitos eventos, ou melhor os eventos desportivos da Câmara Municipal são todos assumidos hoje pela empresa municipal e não parece muito lógico que a Câmara Municipal como única accionista da empresa municipal cobre licenciamentos e taxas à empresa municipal que lhe trata dos próprios eventos desportivos. Portanto, é só mesmo uma questão de pôr isto no papel.*

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Regulamento Municipal de Instrução de Operações Urbanísticas e Actividades Conexas em Formato Digital – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - No período de Discussão Pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta em Reunião do Executivo de 12 de Outubro de 2010 não foram apresentadas quaisquer sugestões de correcção/alteração; - A análise realizada internamente apontou para a necessidade de correcção de um erro tipográfico da alínea c) do n.º 2 do art. 8º, passando apenas a impor-se que o levantamento represente uma envolvente de 10 metros; - Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros Órgãos Autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa (art. 53º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); - Se pretende realizar uma “formação” destinada a informar como deverão ser organizados os ficheiros para apresentação em conformidade com o presente Regulamento. E, que o mesmo carece de publicação em Diário da República, procedeu-se à alteração da entrada em vigor do mesmo. Alteração esta que prevê a sua entrada em vigor no dia 28 de Fevereiro de 2011. Propõe-se: 1- Que se submeta o presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao Órgão Executivo, elaborado com fundamento legal nos art. 112º, n.º 8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, art. 64º, n.º 4, alínea c) e art. 53º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2- Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata em Diário da República.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra no Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *Este regulamento é uma imposição legal, entrada em vigor do Decreto-Lei 26/2010 prevê a tramitação dos pedidos de licenciamento e de comunicação prévia e de todos os procedimentos urbanísticos em formato digital e, portanto, foi necessário criar regras para a*

apresentação desse tipo de pedidos. Conforme podem ver aqui na nota justificativa, esses pedidos podem ser em formato pdf ou noutra formato e está aqui a explicação em que constitui cada um destes ficheiros. A entrega dos pedidos em formato digital implica a apresentação só de um processo em formato papel, basta só a entrega de uma cópia em formato papel. Este projecto foi sujeito a discussão pública e não houve grandes sugestões alternativas. Nós pretendemos ainda fazer uma acção de formação para explicar exactamente os termos deste regulamento e por isso é que propomos a entrada em vigor deste regulamento no dia 28 de Fevereiro de 2011, para antes disto fazermos ainda as acções necessárias para explicar às pessoas o teor deste regulamento. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e seis:** Proposta de ordenação do trânsito na Rua Salvador Machado – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respectivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito no espaço verde da Rua Salvador Machado, a fim de evitar condicionamentos e problemas no tráfego viário; - Nesse sentido, tomando em conta a Informação Técnica I/114747/2010, proponho: A implantação, na zona supra mencionada, de um sinal vertical C1 (sentido proibido) e um sinal vertical C2 (trânsito proibido) com placa adicional modelo 10a com a inscrição Excepto a moradores. Na implementação da sinalização vertical deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de colocar na ordem, a partir do momento em que foi feita esta benfeitoria que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis acabou de falar na Rua Salvador Machado. Entendemos, fruto de alguns excessos que muitas vezes a noite

proporciona, a necessidade de acautelar aqui esta situação. Infelizmente aquilo que o Senhor Ramiro aqui disse é verdade, naquele jardim, aquelas flores colocadas junto às oliveiras, flores que tinham a ver claramente com bandeira de Oliveira de Azeméis, com o vermelho e branco, foram todas roubadas, só deixaram ficar uma flor, isto foi na noite de 23 para 24, o que é triste e quem as roubou que seja muito feliz e que elas cresçam lá pela casa adentro, porque isto é lamentável. É lamentável, é falta de civismo, é falta de respeito, é uma vergonha. Isto é acto recorrente na rua que liga a zona da Praça da Cidade à entrada do parque de estacionamento da Câmara, todos aqueles canteiros onde são colocadas flores da época vão desaparecendo lentamente. Achamos que isto é realmente uma falta de respeito por todos, sinceramente deixei-me triste e queria associar-me aqui ao lamento que o Senhor Presidente da Junta fez e se calhar até fazer aqui um apelo já que está aqui a Comunicação Social, as pessoas que roubam as flores se têm necessidade que venham à Câmara pedir, que se calhar nós damos um amor-perfeito para plantar que não é assim tão caro, mas roubar é feio. Sinceramente tenho que lamentar, porque isto revolta quem gosta de ter as coisas bonitas, quem se preocupa pelo asseio dos jardins, dos espaços públicos e depois as pessoas fazem estas poucas vergonhas. Peço desculpa, Senhor Presidente, já estava aqui a fugir do tema. Como agora há uma zona que foi pavimentada junto às casas, entre o jardim e as casas, nós ali no terreno com o Senhor Presidente da Junta e com os moradores lembramo-nos que se não se colocasse ali ordem no trânsito podia haver ali umas pequenas disputas em quem vem da zona da escola de condução, uns iam pelo sítio correcto e outros tentavam “cortar caminho”. Agora proibimos o trânsito nesse bocadinho, na zona ascendente e só é permitido entrada pela Rua Dr. Salvador Machado, via descendente, trânsito proibido excepto a moradores. Aquilo não é uma zona de passagem, é só para os moradores e os moradores em vez de o fazerem no sentido ascendente fazem-no no sentido descendente porque essa zona também está toda pavimentada, entrando pela Rua Dr. Salvador Machado. Isto foi de acordo com a Junta de Freguesia, foi de acordo com os moradores, mas temos a necessidade de aprovar em sede de Assembleia Municipal senão depois não tem validade para as nossas autoridades. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e sete:** Designação de quatro elementos para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. =====*

===== Foi apresentada a seguinte proposta: Representante da Mesa da Assembleia – Prof. Isabel Vilhena; Representante do PSD – Enf.ª Paula Pinto; Representante do PS – Dra. Ana de Jesus; Representante do CDS/PP – Dr. João Osório. =====

=====
 Colocada à votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade, sendo designados para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens os Membros: Prof. Isabel Vilhena; Enf.^a Paula Pinto; Dra. Ana de Jesus e Dr. João Osório. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

=====
 Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores António Barbosa, António Cruz, Jorge Paiva, Inês Lamego e Ricardo Bastos. =====

=====
 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Barbosa, residente na freguesia de Fajões. =====

=====
 Eu sou de Fajões, mas não é Fajões que me traz cá. O que me traz cá é um abaixo-assinado que tenho aqui e que vou entregar à Mesa e é sobre S. Roque. Fiquei satisfeito de ouvir aqui o Senhor Presidente falar no Parque Escolar de S. Roque, é de enaltecer pela educação dos nossos filhos e familiares. Mas o que me traz cá é uma mancha negra em S. Roque, que é a estrada da Lomba, que liga o lugar de Bustelo, freguesia de S. Roque ao lugar de Outeiro, S. Tiago de Riba-Ul. Eu gostaria que vocês lá passassem hoje, se puderem façam esse exercício, peguem nas vossas viaturas e tentem lá passar e depois digam-me alguma coisa, se forem capazes. Eu pessoalmente passo lá há um ano, todos os dias, de manhã e à noite e com as últimas chuvas aquele troço tornou-se intransitável. Como sabem o trânsito pesado que vem daquela zona tem de lá passar e vou denunciar todos com os que cruzo todos os dias: Suma, Somical, camiões da Simoldes e da Azemoldes, entre outros. Aquela rua é remendo sobre remendo. Já dei conhecimento desta situação à Junta de Freguesia e disse que ia fazer isto. Desloquei-me aos moradores e pus o problema e eles disseram-me “o senhor não vai resolver nada, temos promessas desde há anos, de há muitos anos, não é de agora”. E posso-vos informar a todos que a Câmara Municipal vai começar a receber dentro de dias participações da GNR, porque pessoas ficaram lá com os carros atascados, nomeadamente pneus e algumas jantes foram ao ar. Agora eu queria saber, se fosse possível, para quando é que aquilo é reparado. Era essa a questão que eu gostava de ver respondida para transmitir às pessoas que se dignaram a assinar esta folha, eu andei de porta em porta, parei na estrada, pedi aos automobilistas para assinarem. Depois eu disse “eu vou entregar”, mas como soube que hoje era dia da Assembleia vim para aqui. É esta a minha pretensão. Sou de Fajões como disse, mas sou utente deste troço. Desejo a continuação de boas festas e de um bom ano para todos. =====

=====
 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Cruz, residente na freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== Boa noite. Saúdo o Senhor Presidente da Mesa e na sua figura os restantes elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, a sua Vereação, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Eleitos desta Assembleia, os Oliveirenses, a Comunicação Social. O assunto que motiva a minha interpelação considero muito sério, tem a ver com o acesso aos cuidados de saúde básicos na freguesia de S. Martinho da Gândara. Como breve história dos últimos meses, posso dizer que a extensão de saúde local foi encerrada por alegada falta de médicos em Fevereiro. Os utentes receberam a informação para irem para Cucujães. Reunidos em plenário, os mesmos utentes criaram uma Comissão de Utes. Perante cerca de seiscentas presenças, portanto, utentes, o Senhor Vice-Presidente da Câmara assumiu o compromisso de tudo fazer para repor a normalidade. O Senhor Presidente Hermínio Loureiro, volvidos poucos dias, recebeu a dita Comissão de Utes e diligenciou o encontro com a Senhora Presidente da ACERS e o melhor que se conseguiu foi a deslocação à Extensão de Saúde Local de um auxiliar administrativo e de uma enfermeira algumas horas por semana. Desde final de Março que a dita Comissão de Utes aguarda uma reunião que o Senhor Presidente Hermínio Loureiro prometeu diligenciar com o responsável da Administração Regional de Saúde do Norte. Realmente há políticos que quando nomeados para desempenhar funções em causas públicas tornam-se muito ocupados e de difícil acesso, pelos vistos até para um Presidente de Câmara. O que é que acontece aos utentes com direito a cuidados de saúde a serem prestados na Extensão de S. Martinho da Gândara, é o seguinte: não fomos bem recebidos em Cucujães, pelo motivo de termos ido engordar uma lista de seis mil utentes que lá já existiam sem médico de família. Se não havia médico para os utentes de Cucujães, para os de S. Martinho de certeza absoluta que não há. Difícilmente se consegue consulta dentro dos tempos máximos de resposta garantida que o Ministério da Saúde pela Portaria 1529/2008 estipulou. Os utentes vêm sucessivamente adiadas os agendamentos de consultas não urgentes. Nos últimos meses consultas agendadas são sistematicamente canceladas, consultas domiciliárias são literalmente negadas e mais ainda, nem sequer é avaliada a situação destes pedidos. Onde param as 24 horas previstas pela Lei? A renovação de medicação não respeita os três dias, as receitas chegam muitas vezes ao utente com o prazo de validade expirado e por caricato que pareça até com frequentes erros detectados por farmacêuticos que quando vão aviar a receita dizem “isto não é para si”. Doentes crónicos e idosos com prescrição medicamentosa não têm acesso a controle médico e a meios de diagnóstico que afira a evolução dos seus casos clínicos, muitos estão há longos períodos a comer medicamentos, vai lá de manhã o filho ou o vizinho e coloca os remédios no copo e diz “este é para o meio-dia, aquele é para a noite e aquele é para de manhã” e estão há oito meses, nove meses, um ano, sem consulta. É usual alguns utentes quando vêm dos hospitais ou de serviços médicos especializados verem a correspondência dirigida ao médico de família ser aberta, ser aberta, por funcionários administrativos ou funcionários de limpeza e depois dizem “eu não posso dizer nada, senão lá vai a consulta, “eu não posso dizer nada, senão eles marcam-me”. Doentes em convalescença ou com necessidade de baixa médica fazem vias-sacras à Extensão de Saúde de Cucujães. Lá, são sucessivamente flagelados na alma e na saúde,

já de si precária, com tempos de espera inadmissíveis e propostas “venha cá outra vez”, nova via-sacra. A estes factos acrescem as seguintes conjunturas: os Utentes do Serviço Nacional de Saúde de S. Martinho da Gândara são em considerável número idosos, com dificuldades ou mesmo incapacidade de se deslocarem para Cucujães pelos próprios meios e não há serviços públicos ou carreiras regulares que satisfaçam isso. Há uma vasta franja de utentes com tão poucos recursos económicos que não podem recorrer ao sector privado para questões de saúde. Estes mesmos utentes são os mais sofrendores com a actual situação e o que manifestamente vive apavorado com medo de represálias. O Ministério da Saúde ou os organismos dele dependente nunca gastaram um tostão com o edifício, a luz, a água, a pintura, a televisão, todos os confortos que lá estão foi a autarquia que sempre pagou, não gastaram um tosto. Perante estas conjunturas e factos, apelo à vossa ajuda e mobilização de esforços para que os utentes de S. Martinho da Gândara tenham o quanto antes acesso aos cuidados primários de saúde, a serem prestados em S. Martinho da Gândara, naquele posto que a autarquia construiu e que para construir o posto deixou de fazer outros investimentos na freguesia. Senhor Presidente Hermínio Loureiro, basta de adiamentos, paciência e boas intenções. Não é justo que até na saúde haja no nosso Município utentes que, ainda bem, vejam melhorados os acessos a cuidados de saúde e outros que são usurpados dos mais elementares básicos direitos. Os utentes de S. Martinho da Gândara ao terem conhecimento do recente acordo celebrado entre a ACERS, a ARS Norte, a Segurança Social e o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis sentem-se defraudados pelos organismos que tutelam a saúde e abandonados pelos seus representantes autárquicos. Para que a freguesia de S. Martinho da Gândara faça parte do concelho “Azeméis é Vida”, é preciso devolver aos Gandarenses o acesso a preservarem e a cuidarem da sua saúde. Nós queremos ser munícipes, queremos ser seus munícipes, mas com igualdade de oportunidades e usufruindo dos direitos que nos assistem. Senhor Presidente, à Assembleia a que preside também quero fazer uma interpelação: a alínea o) do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002 atribui-vos responsabilidade e competência, passo a citar: “Tomar posição perante Órgãos do Poder Central sobre assuntos de interesse para a autarquia”. Felizmente, para aqui relatarem a gravidade da situação e do que enunciei, esta Assembleia possui nos seus Eleitos clínicos e personalidades com formação e sensibilidade para o fazer. Não queremos propostas de serviços de saúde privados a serem suportados pelos utentes para o espaço da Extensão de S. Martinho da Gândara, como alguém de entre vós logo que aquilo fechou foi propor ao Senhor Presidente da Junta. Com a miséria dos outros, não ganhem dinheiro. A este tipo de propostas nós só lhes dizemos para terem vergonha e não tentarem negociar situações de miséria. Senhores Eleitos, tratem a situação com afinco e desprendimento político. Muito obrigado e um Bom Ano. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, residente na freguesia de Fajões. =====

===== *Boa noite. Não contava vir a este púlpito tão cedo, mas quis o destino que viesse aqui para falar sobre alguns assuntos de primordial importância para a vida da Vila de Fajões, que pela sua importância merecem uma reflexão muito profunda, por parte dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, até porque vocês também têm o poder de decisão sobre matérias que a todos dizem respeito, neste caso concreto do Município de Oliveira de Azeméis. É sobre a gestão que está a ser feita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, que a seu belo prazer, quero posso e mando, sem dar qualquer importância ao Tesoureiro e a hostilizar a Presidente da Assembleia da Freguesia, bem como ao seu todo Membros da Assembleia. Reporto-me a várias tomadas de posição que tomou secretamente e sozinho, sem reunir com os elementos da Junta de Freguesia e muito mais grave não levou esses mesmos assuntos à Assembleia de Freguesia, estou a referir-me aos limites geográficos com a Freguesia de Cesar, no qual eu próprio tive uma participação em 08/12/2009, que posso provar com fotografias, onde tive o cuidado de mostrar «in loco» ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia recém-eleito, onde estavam os marcos e quais eram os erros que continham o documento apresentado em Assembleia de Freguesia realizada em 07/12/2006, a qual não ratificou essa proposta por unanimidade. A proceder assim o Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, violou o preceituado no Decreto-Lei 175/95 de 16 de Junho, no seu artigo 14º, em que só a Assembleia da Freguesia tem poderes para aprovar delimitações entre freguesias. Mais, está a mentir não só ao povo de Fajões constantemente e quiçá a V. Exas. de que o topónimo proposto e votado em meados de 2009, com o nome de Augusto Rocha Pais Ferreira e por unanimidade pela Assembleia da Freguesia de que não tinha sido alterado. Pois o que de facto relatam os documentos publicados no site oficial da Câmara Municipal mostram o contrário, alterou o topónimo para a actual Rua 30 de Agosto sem dar qualquer satisfação aos colegas da Junta e Assembleia de Freguesia. Pergunto: se o que a Câmara aprovou e ratificado por esta Assembleia não tem valor jurídico? Será que os moradores cerca de 200, não têm o mínimo de respeito para serem ouvidos nesta matéria, até porque os problemas que daí acarretam? Esta Rua teve já uma alteração há relativamente pouco tempo, foi inclusive já efectuada um abaixo-assinado, para repor essa situação e manutenção da Rua 30 de Agosto. Trata-se de uma brincadeira de mau gosto e de tomar decisões avulsas sem consultar os colegas. Mas mais: Fechar as portas ao tesoureiro de à meses a esta parte; Deliberar sem ter feito reuniões ordinárias; Colocar a secretária da junta sem ela fazer parte da conta bancária, nem ter sido deliberado fazer parte através do órgão, tendo sido devolvidos por saque irregular alguns cheques; Estar em ilegalidade de facto com os serviços, não permitir que o vogal participe nas reuniões e dar as suas opiniões o que se arrasta já há meses; Não permitir que o tesoureiro controle as suas responsabilidades diárias e respectivos mapas; Falsificações de documentos; Ter participado à freguesia que não era da competência da Presidente da Assembleia de Freguesia marcar uma Assembleia de Freguesia extraordinária, quando ela tinha toda a legitimidade para o fazer, com o requerimento de cinco elementos, quando a Lei diz que bastava só um terço, numa evidente forma de boicotar a realização de uma Assembleia esclarecedora da*

verdade. E outras mais questões teria para transmitir a V. Exas., que terão de ser tratadas a outro nível. Mais alguém poderá estar por detrás destes acontecimentos, que são de uma extrema gravidade para a democracia. Está em causa não só os orçamentos, os protocolos e a própria gestão autarquia, que não esta a ser acompanhada em resultado dos resultados de 11 de Outubro de 2009. A par disto tudo, a 20 de Outubro, a eleição de uma mesa ad hoc, sem obedecer aos pressupostos legais. E continua o chorrilho de ilegalidades. Deixo o alerta à Ex.ma Câmara e Assembleia Municipal de todas estas gravidades, que podem dar a perda de mandato a curto prazo e sei o que estou a dizer. Já agora, Senhor Presidente, permita-me que lhe entregue um abaixo-assinado com todos os moradores da Rua 30 de Agosto. Muito obrigado pela atenção. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Inês Lamego, residente na freguesia de Madail. =====

===== A razão desta minha intervenção é a obra em curso na Rua de S. Mamede, na freguesia em qual resido, Madail. Para que todos se situem, falo da Rua que se encontra logo a seguir à Ponte do Ruivo, à direita, vindo do centro da cidade e que é utilizada por muitos Oliveirenses, Madailenses ou não, tanto no acesso a outras freguesias do nosso concelho como para chegar ao concelho vizinho de Ovar. Aquela que desde o momento da sua construção ficou conhecida como a Estrada Nova, pelo menos entre o povo de Madail, há muito que merecia já a atenção das autoridades competentes, que iam tapando um ou outro buraco maior, de quando em vez, o que também já há algum tempo não se apresentava como solução à circulação numa estrada tão movimentada e com um piso tão degradado. Aquando os alertas para o estado de deterioração da dita estrada em Assembleia de Freguesia, a resposta prontamente devolvida pela Junta é que se estava à procura da melhor forma de resolver o mais rapidamente possível o problema, consagrando também e em simultâneo a instalação da rede de água e de saneamento na mesma. Com o que lá me foi dito por mais do que uma vez e que passo a citar “não faz sentido fazer obras naquela estrada e pôr tapete, para daqui a pouco tempo voltar a cortar a estrada para colocar água e saneamento. Queremos a estrada em boas condições, mas não abdicamos da rede de água e de saneamento.” Com tudo isto eu não poderia estar mais de acordo. Para meu júbilo e de todos os Madailenses, penso, as ditas obras começaram e avançam parece que a bom ritmo. Eis que descubro o que penso que muitos Madailenses ainda não sabem, que as referidas obras não contemplam a colocação das redes de água e de saneamento tão desejadas. Afinal, a espera que até então era justificada por uma conjugação de esforços, que permitiria a Madail, ainda que parcialmente, cobertura de água e de saneamento revelou-se inglória. Uma das mais importantes, senão a mais importante, obra em Madail dos últimos anos fica pela metade, justamente no que toca a uma das maiores bandeiras da campanha eleitoral da lista encabeçada pelo actual Presidente da Câmara. Certa da seriedade da Junta que preside aos destinos de Madail e porque por A mais B me parece que esta só terá

aceitado esta situação por acreditar que à espera da prometida os Madailenses não veriam a concretização desta obra num futuro próximo, o que sinto neste momento é que fomos enganados. Enganados, se não se vier a cumprir a promessa da instalação da rede de água e de saneamento e/ou enganados se por uma questão de se cumprir pelo menos parte do prometido uma estrada nova for rasgada e depois remendada para instalação da dita rede por culpa de falta de visão e planeamento estratégico. Obrigado pela vossa atenção e um bom ano para todos. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Duas notas só, uma dela perfeitamente escusada se tivesse a palavra quando falei no assunto e tem a ver com o que se passou na última Assembleia Metropolitana. A avaliação vai ser feita em tempo oportuno, de qualquer maneira na última Assembleia o Plano de Actividades e o Orçamento foram reprovados. O Dr. Rui Rio deu ao Senhor Presidente a versão dele, mas o que se passou lá e os que lá estiveram presenciarem uma falta de educação, uma falta de consideração, uma arrogância, uma coisa que só quem lá está e convidado todos vocês a irem às Assembleias Metropolitanas para verem o que é que não deve ser uma Assembleia. Já depois da nossa Bancada ter dito qual ia ser a nossa intenção de voto, a abstenção, naturalmente fizemos algumas considerações, perguntamos porquê esta obra e não aquela, porque é que a sul do Douro não existe praticamente nada e o que veio a seguir nas explicações foi “os Senhores Deputados do PS não têm formação com os vossos Presidentes de Câmara? Vejam as vossas intervenções e as nossas, é que os Deputados do PSD reúnem-se com Presidentes de Câmara, sabem o que estão aqui a dizer.” Eu quando vinha para aqui até telefonei a um Presidente de Câmara e perguntei “o Senhor explicou aos seus Deputados o que é o orçamento e o plano de actividades? Deram-lhes esta formação?” Perante isto e esta é a versão, vocês podem ler as actas, nós não podíamos fazer outras coisa senão ir rever novamente a nossa posição. É certo que faltaram algumas pessoas, mas o que é também certo é que o orçamento e o plano de actividades foram reprovados. Segundo assunto: tem a ver com aquele ponto que nós discutimos do plano de necessidades em que o Senhor Presidente falou de actos de vandalismos na cidade e eu queria-lhe dizer que não poderia estar mais solidário consigo nessa revolta, porque eu próprio que me levanto muito cedo, no dia de Natal andava nas ruas da cidade e foi desolador passar na avenida em frente ao edifício liceu, onde está a Câmara e não estava nenhum canteiro que tivesse a planta no sítio, mas mais grave é que ninguém roubou, porque as plantas estavam em cima dos bancos que lá estavam. Dizer que ali é puro e simplesmente vandalismo. Ponho-me ao dispor do Senhor Presidente da Câmara para qualquer acção de sensibilização ou outra, para que entenda, porque estes actos são recorrentes na nossa cidade. É urgente fazer uma campanha de cidadania e de boas maneiras e poderá contar

comigo e com mais alguém que se queria solidarizar, para essa campanha porque começa a ser demasiado mau o que se passa à noite em Oliveira de Azeméis. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Antes de terminar eu quero dar duas explicações. Uma, é ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, que no período do Público que tem a duração de 30 minutos e segundo o Regimento eu não posso, nem a Mesa pode aceitar mais inscrições depois das pessoas inscritas começarem a falar, portanto não foi por desrespeito. Em segundo lugar, agradecer os cartões de boas festas mandados para a Assembleia Municipal, retribuir essas boas festas e ter a esperança e a fé que realmente este ano de 2011 seja um ano fundamentalmente de união e fundamentalmente de solidariedade. Avizinham-se tempos difíceis e é a altura de todos nós com um bocado de sacrifício podermos olhar para o lado, olhar para os outros, estendermos as mãos e vermos que se calhar vale a pena unirmo-nos todos porque só o concelho na generalidade tem a ganhar. Nós já somos um concelho solidário, mas nunca é demais lembrar e não só nestas alturas do Natal, já é comum dizer-se que o Natal não é só no dia de Natal, temos que fazer todos os dias Natal para que sejamos mais tolerantes e para que possamos superar os grandes desafios que nos próximos anos vão pairar no país e aqui em particular em Oliveiras de Azeméis. Que todos nós sintamos que estamos, dentro dos possíveis, a fazer o melhor pelo desenvolvimento do nosso concelho para que realmente o nosso concelho seja cada vez mais um concelho pujante e que nos orgulhe. Para isso, peço-vos encarecidamente que Oliveira de Azeméis está primeiro e vale a pena unirmo-nos pela causa e vamos deixar que certas questiúnculas pessoais, certas questiúnculas mesmo políticas nos dividam nos próximos anos, porque todos unidos ainda seremos poucos, mas tenho a certeza que vamos todos conseguir. São os desejos que eu deixo. Muito obrigado a todos. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====